



**UMA ABORDAGEM CONSTRUCIONAL DOS GÊNEROS TEXTUAIS:
O CASO DO GENERO PIADA**

GLAUCE SOARES FERNANDES

**JUIZ DE FORA
2006**

GLAUCE SOARES FERNANDES

**UMA ABORDAGEM CONSTRUCIONAL DOS GÊNEROS TEXTUAIS:
O CASO DO GÊNERO PIADA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras – Lingüística da Faculdade de Letras, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Lingüística.

Orientadora: Neusa Salim Miranda

Juiz de Fora
Novembro de 2006

GLAUCE SOARES FERNANDES

**Uma abordagem construcional dos gêneros textuais:
o caso do gênero piada**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras – Lingüística da Faculdade de Letras, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Neusa Salim Miranda – Orientadora
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Profa. Dra. Maria das Graças Dias Pereira
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ)

Prof. Dr. Luiz Fernando Matos Rocha
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Juiz de Fora, 22 de novembro de 2006.

Ao Leriã, meu
marido, pelo carinho, pelo apóio,
pelo companheirismo, por ter
adiado seus planos para que este
projeto se tornasse realidade.

Ao Davi, meu filho,
minha dose diária de alegria e
esperança.

À Neusa Salim
Miranda, que me iniciou no
caminho da pesquisa,
a quem devo tudo que sou.

AGRADECIMENTOS

A Deus, em primeiro lugar, por tudo, tudo.

À minha mãe, Maria Imaculada, pela sua dedicação incondicional, pelo seu enorme e inesgotável amor e, principalmente, pelos seus exemplos que se transformaram em lições de vida essenciais a minha formação.

À minha irmã, Graciele, responsável direta por este caminho percorrido, por nunca desistir de mim, por ser a minha grande incentivadora, por ser a minha melhor amiga.

Ao meu pai, Moacir, pelo seu amor, pela sua generosidade em ser meu pai.

À minha orientadora, Neusa Salim Miranda, pela sua dedicação, pelo seu entusiasmo contagiante, pela sua orientação sempre competente, segura e generosa, a quem sou eternamente devedora.

Aos meus inesquecíveis professores, Cristina Name, Paulo Gago, Sônia Bittencourt, Margarida Salomão, Nilza Barroso, Fábio Bonfim, pela atenção, pela cordialidade, pela competência, e acima de tudo, por compartilharem conosco seus conhecimentos e experiências.

Ao meu professor mais que amado, Mario Roberto Zágari, a quem eu aprendi a admirar e a respeitar, por estar sempre ao meu lado, por tudo que fez por mim.

Aos meus amigos do mestrado, Azussa, Bethânia, LÍlian, Luciana Arruda, Luciana Genevan, Luciene, Mônica, Roberto, pela amizade, pelas descobertas acadêmicas, pelas tardes de confraternização, enfim, por tudo que vivemos juntos nessa louca face de nossas vidas. Em especial, a amiga Patrícia, companheira de velhas lutas e vitórias.

À Maria Clara Castellões de Oliveira, pela sua cordialidade, pelo seu carinho, pela sua tolerância, pelo seu apoio nos momentos de crise.

Ao Sr. Hermano pela amizade, pelos inúmeros favores, pela torcida sempre calorosa.

Às minhas eternas amigas e incentivadoras, Gislene, Cristiane, Lara, Sandra, Glória, Fabíola, Valéria (amigas da graduação); Cláudia e Elaine (amigas de sempre).

À CAPES, pelo apoio financeiro.

A todos que, de uma forma ou de outra, contribuíram para a realização deste projeto.

Os enunciados e seus tipos, isto é, os gêneros discursivos, são correias de transmissão entre a história da sociedade e a história da linguagem. Nenhum fenômeno novo (fonético, léxico, gramatical) pode integrar o sistema da língua sem ter percorrido um complexo e longo caminho de experimentação e elaboração de gêneros e estilos.

Mikhail Bakhtin (1952)

RESUMO

Palavras-chave: Lingüística Cognitiva, Gramática das Construções, Gêneros Discursivos, Piada.

Um dos principais postulados assumidos pela Lingüística Cognitiva é afirmação da continuidade essencial entre gramática, léxico e discurso, isto é, entre todos os níveis de conhecimento que instituem a arquitetura de nosso saber lingüístico. Nessa perspectiva, a proposição central do presente estudo consiste na extensão dos constructos teórico-analíticos da Gramática das Construções, tradicionalmente aplicados ao nível da palavra e da frase, ao nível do discurso. Para tanto, elegemos como agenda investigativa as construções discursivas e, mais especificamente, a construção do gênero ‘piada’. Nosso objetivo é, portanto, corroborar com a hipótese de que é possível dispensar às construções discursivas o mesmo tratamento dado às construções gramaticais e lexicais. Assim, postulamos que as construções discursivas são um pareamento de forma e modos de significação e esses dois aspectos são os responsáveis pela sua definição e distinção. Para evidenciar tal postulado, descrevemos o padrão construcional do gênero piada, recobrando tanto o seu aspecto formal, quanto o seu aspecto semântico-pragmático. Em síntese, estamos postulando a existência de um padrão discursivo do gênero ‘piada’ [PD ‘Piada’]. Tal padrão é inseminado pelo **Padrão Abstrato Narrativo Genérico (PANG)** e instancia uma rede de construções substantivas de piadas, ou seja, construções concretas. Essa rede de construções é estruturada a partir de dois *clusters* básicos que são o *cluster* de **compressão formal** e o de **compressão conceptual**. No cumprimento dessa agenda investigativa, o Programa Sociocognitivo, nos termos postos por SALOMÃO (1999; 2003; 2004) e MIRANDA (2000; 2003, 2006), constitui-se como o enquadre teórico principal. Tal programa enfeixa os pressupostos teóricos da Lingüística Cognitiva nos termos da Teoria Conceptual da Metáfora (LAKOFF & JOHNSON, 1980; LAKOFF, 1987; JOHNSON, 1987), Teoria dos Espaços Mentais (FAUCONNIER, 1994; 1997) Teoria da Integração Conceptual (FAUCONNIER & TURNER, 2002), Teoria da Gramática das Construções (GOLDBERG, 1995; MANDELBLIT, 1997). Além desses pressupostos, assumem papel relevante neste trabalho, a concepção de léxico como uma rede de padrões construcionais proposta na Teoria da Arquitetura Paralela (JACKENDOFF, 2002) e a postulação de construções discursivas nos termos de ÖSTMAN (2005) e de MIRANDA (2000, 2006). Os resultados aferidos em nossas análises, apontando a sustentabilidade de nossa hipótese acerca do caráter construcional dos gêneros discursivos, representam um ganho teórico, na medida em que fenômenos lingüísticos de complexidades distintas passam a ser recobertos pelos mesmos princípios, o que significa uma grande economia analítica.

ABSTRACT

Key-words: Cognitive Linguistics, Construction Grammar, Discursive Genres, Joke.

One of the main postulates adopted by Cognitive Linguistics is the assertion of the essential continuity amongst grammar, lexicon and discourse, that is, amongst all levels of knowledge which establish the architecture of our linguistic learning. From this perspective, the central proposal of this study consists in the extension of the theoretical-analytical constructs of Construction Grammar, traditionally applied to the word and sentence level, on discourse level. To do so, we have selected the discursive constructions and, most specifically, the construction of the “joke” genre, as the investigation program. Our aim, thus, is to corroborate with the hypothesis that it is possible to give discursive constructions the same treatment given to grammatical and lexical constructions. Thus, we have postulated that the discursive constructions are a matching of form and modes of meaning where these two aspects are responsible for their definition and distinction. To make this postulate clearer, we have described the constructional pattern of the joke genre, covering both its formal and its semantic-pragmatic aspects. To sum up, we are postulating the existence of a discursive pattern of the “joke” genre [*Piada* = *PD* (or, joke)]. Such pattern is produced by the **PANG** (*Padrão Abstrato Narrativo Genérico*, or Generic Narrative Abstract Pattern) and establishes a network of substantive constructions of jokes, i.e., concrete constructions. This network of constructions is structured from two basic clusters: the **formal compression** cluster and the **conceptual compression** cluster. When carrying out this investigation program, the Sociocognitive Program, under the terms proposed by SALOMÃO (1999; 2003; 2004) and MIRANDA (2000; 2003), forms the main theoretical focus. Such program encompasses the theoretical conjectures of Cognitive Linguistics in the terms of the Conceptual Metaphor Theory (LAKOFF & JOHNSON, 1980; LAKOFF, 1987; JOHNSON, 1987), Mental Spaces Theory (FAUCONNIER, 1994; 1997), Conceptual Integration Theory (FAUCONNIER & TURNER, 2002), Construction Grammar Theory (GOLDBERG, 1995; MANDELBLIT, 1997). Besides these conjectures, the conception of lexical as a network of constructional patterns, proposed in the Parallel Architecture Theory (JACKENDOFF, 2002), as well as the postulation of discursive constructions in the terms of ÖSTMAN (2005) and MIRANDA (200, 2006) play a relevant role in this study. The results from these analyses, pointing to a sustainability of our hypothesis on the constructional discursive genres, represent a theoretical gain whereby linguistic phenomena of different complexities are covered by the same principles leading to great analytical economy.

Sumário

1. Introdução.....	11
2. Tecendo os fios condutores da Lingüística Cognitiva.....	15
2.1 A questão do sentido e a tradição científica.....	15
2.1.1. As raízes na Antiguidade Clássica.....	16
2.1.2. O estatuto periférico do significado na Era da Forma.....	19
2.2. A dissidência no seio da tradição cognitivista: a Semântica Cognitiva.....	23
2.3. A pertinência do Programa Sociocognitivo para o estudo da significação.....	25
2.3.1. O princípio da escassez da forma lingüística.....	27
2.3.2. O princípio da semiologização do contexto.....	28
2.3.3. O drama das representações.....	29
2.4. As principais construções teóricas da Lingüística Cognitiva.....	30
2.4.1. Projeções figurativas: metáforas e metonímias.....	31
2.4.2. Teoria dos Espaços Mentais.....	33
2.4.3. Teoria da Integração Conceptual ou Mesclagem (<i>Blending</i>).....	36
2.4.3.1. A teoria da mesclagem e a teoria da metáfora.....	41
2.4.4. A noção de construção na integração entre forma e sentido.....	42
2.4.4.1. A Gramática das Construções na perspectiva de Goldberg.....	44
2.4.4.2. Uma perspectiva multidirecional para a Gramática das Construções.....	48
2.4.4.3. A Gramática das Construções no domínio do discurso.....	50
2.5. O léxico como uma rede de padrões construcionais.....	53
2.6. Considerações finais.....	57
3. Reflexões em torno das teorias de gênero.....	59
3.1. O conceito de gênero.....	61
3.2. A noção de tipo.....	66
3.3. A noção de seqüência.....	68
3.3.1. A seqüência narrativa.....	70
3.4. Considerações finais.....	74

4. No domínio do humor.....	75
4.1. Um breve passeio sobre o humor.....	75
4.2. Estudos relevantes sobre o gênero piada.....	78
4.2.1. A relevância da análise freudiana.....	79
4.2.2. A abordagem clássica de Raskin.....	87
4.2.3. A abordagem cognitivista de Giaro.....	90
4.2.4. A contribuição de Possenti no cenário nacional.....	93
4.2.5. Uma abordagem centrada na teoria de gênero.....	95
4.3. Considerações finais.....	97
5. Uma abordagem construcional dos gêneros – o caso do gênero ‘piada’.....	99
5.1. Metodologia de trabalho.....	102
5.2. O Padrão Abstrato Narrativo Genérico (PANG).....	103
5.3. O Padrão Discursivo do Gênero ‘Piada’ – [PD ‘piada’].....	106
5.3.1. A estrutura composicional do PD ‘piada’.....	106
5.3.1.1. Abordagens distintas: contribuições e confrontos.....	113
5.3.2. Descrição da função semântico-pragmática do PD ‘piada’.....	115
5.3.2.1. O jogo pragmático no gênero ‘piada’.....	115
5.3.2.1.1. Os papéis discursivos dos enunciadores.....	115
5.3.2.1.2. O PD ‘piada’ como um macroato de fala diretivo.....	118
5.3.2.2. A especificidade semântica do gênero ‘piada’.....	120
5.4. Os <i>clusters</i> construcionais do gênero ‘piada’.....	126
5.4.1. O <i>cluster</i> de compressão formal.....	127
5.4.2. O <i>cluster</i> de compressão conceptual.....	134
5.5. Na periferia do PD ‘piada’.....	139
5.6. O PD ‘piada’, outros gêneros do humor e do narrar.....	141
5.7. Considerações finais.....	144
6. Conclusão.....	145
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	149

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA.....	156
-------------------------------------	------------

ANEXOS

1. Introdução

*Imaginer est le premier devoir; le second c'est
de vérifier la légitimité de ses imaginations.*

H. Wallon

O presente estudo, tendo a Lingüística Cognitiva como seu escopo teórico fundamental (LAKOFF, JOHNSON, FAUCONNIER, TURNER, SWEETSER, FILMORRE, GOLDBERG, SALOMÃO, MIRANDA) elege, como matéria, os gêneros discursivos e, como foco de análise, o caso do gênero ‘piada’. Nesse recorte, nosso estudo constitui-se, portanto, como mais um nó da grande rede investigativa posta pelo grupo de pesquisa (GP) Gramática e Cognição da UFJF, sob orientação de Salomão e Miranda. Trata-se do estudo de construções do Português do Brasil em nível do léxico (Botelho, 2004; Carmo, 2005; Santos, 2005) e da gramática (Pulhiese, 2004; Ferreira, 2004; Timponi, 2005). Além desses estudos, fazem parte dessa rede investigativa os trabalhos de Fernandino (2003) e Jesus (2003) que recortam o fenômeno da idiomatidade, frasal e proverbial, respectivamente, em uma perspectiva construcional.

É fato que os objetos de tais estudos (construções lexicais, construções sintáticas, idiomas frasais, proverbiais) podem parecer, à primeira vista, como inteiramente divorciados do objeto eleito para o presente estudo, a ‘piada’, enquanto gênero discursivo. No entanto, na perspectiva sociocognitiva e construcional que emoldurará nossas escolhas teórico-analíticas, os gêneros discursivos são vistos como **CONSTRUÇÕES LINGÜÍSTICAS**, i.e., como **padrões construcionais** ou **itens lexicais** nos termos da teoria do léxico posta por Jackendoff (2002). Assim vistos, nossa hipótese é de que integram o repertório de construções que compõem o léxico, do mesmo modo que o fazem construções morfológicas e/ou sintáticas já amplamente reconhecidas. São itens lexicais complexos e implicam um conhecimento de bases conceituais, lingüísticas e pragmáticas do falante. São as piadas, portanto, pareamentos de forma e modos de significação, armazenadas no léxico.

Nesse sentido, nosso trabalho vai assumir a perspectiva teórica posta por Östman (2005) e Miranda (2000, 2006) que reivindica a possibilidade de se estenderem os constructos teóricos da Lingüística Cognitiva, mais especificamente, da Gramática das Construções, ao domínio do discurso. Um argumento relevante nesta direção é o princípio científico da

Navalha de Occan que afirma que um número limitado de hipóteses deve ser capaz de explicar o maior número possível de fenômenos. Para a Linguística Cognitiva, a economia de hipóteses, de noções e de instrumentos analíticos fortalece a sua tese anti-modularista, que afirma a continuidade essencial entre linguagem e cognição e entre os domínios de conhecimento que compõem a arquitetura da gramática. Nesses termos, estamos, pois, reivindicando a continuidade entre os constructos da gramática, ampliando o conceito de construção para além do domínio frasal, e assumindo um conceito de léxico que implica desde unidades menores que a palavra como morfemas (Botelho, 2004; Carmo, 2005; Santos, 2005) até unidades maiores que a palavra como sentenças (Pulhiese, 2004, Ferreira, 2004, Timponi, 2005), como idiomas (Fernandino, 2003; e Jesus, 2003) e como gêneros textuais (Östman, 2005; Miranda, 2000, 2006). O nosso pleito, portanto, é de que “tamanho não é documento”.

A partir desse enquadre, propomos a análise dos gêneros como signos, i.e, como unidades linguísticas sistemáticas e convencionalizadas. Portanto, a noção de signo se equipara ao conceito de construção, concebida como unidade simbólica instituída, conforme já anunciamos, de um pareamento de forma e modos de significação convencionalizados. Em termos da Gramática das Construções (GC), concebe-se o gênero ‘piada’, ou qualquer outro gênero, como um padrão/construção discursivo [pd ‘piada’] disponível, de forma guestáltica, no léxico e inseminador de uma rede de construções. Tal padrão implica expectativa, necessariamente emparelhada, de forma (tipos textuais em termos de seqüências textuais, escolhas lexicais e sintáticas) e funções de significação (semântico-pragmática), o que inclui o reconhecimento de seu caráter estável e flexível, a um só tempo.

Assim, partindo dos fios condutores da Linguística Cognitiva, tomamos como objeto de análise o gênero ‘piada’ enquanto construção discursiva. Nossa agenda consiste, pois, na tarefa de descrever o padrão discursivo do gênero piada, tanto no que se refere ao seu aspecto formal quanto ao seu aspecto semântico-pragmático, desvelando ainda parte de suas redes de relações.

O presente estudo se justifica pelo seu olhar inovador para os fenômenos discursivos e pela contribuição que pode oferecer a uma abordagem construcional e integradora de todos os níveis que instituem o conhecimento linguístico.

Isto posto, passamos a apresentar a metodologia e a organização do trabalho.

Depois dessa breve introdução, no segundo capítulo, “*Tecendo os fios condutores da Lingüística Cognitiva*”, apresentamos, primeiramente, uma sucinta discussão sobre o estatuto da significação, desde as raízes clássicas até o advento da Lingüística Cognitiva, passando, em seguida, à apresentação das principais construções teóricas postuladas por essa vertente para o estudo da linguagem, tais como a Teoria Conceptual da Metáfora (Lakoff & Johnson, 1980); a Teoria dos Espaços Mentais (Fauconnier, 1994, 1997); a Teoria da Mesclagem (Fauconnier & Turner, 2002), a Gramática das Construções na perspectiva de Goldberg (1995) e na perspectiva de Mandelblit (1997). Além desses estudos nucleares, destacamos os projetos teóricos de Östman (2005) e Miranda (2000, 2006) que reivindicam a extensão dos fundamentos da Gramática das Construções ao terreno do discurso. Outra contribuição relevante apresentada neste capítulo é a concepção de léxico como uma rede de padrões construcionais, posta por Jackendoff (2002).

No terceiro capítulo, “*Reflexões em torno das teorias de gênero*”, discorremos sobre as noções principais dessas teorias, tais como **gênero, tipo e seqüência**, tentando verificar possíveis convergências entre essas teorias e os princípios assumidos pelo Programa Sociocognitivo no trato dos gêneros discursivos.

No quarto capítulo, “*No domínio do humor*”, primeiramente, discorremos, de forma sucinta, sobre a questão do humor para, em seguida, procedermos a uma apresentação de alguns estudos relevantes sobre o gênero piada, tanto no cenário internacional, quanto no nacional.

No quinto capítulo, “*Uma abordagem construcional dos gêneros – o caso do gênero ‘piada’*”, apresentamos nossa análise, descrevendo o padrão construcional do gênero piada (PD ‘piada’), tanto o seu aspecto formal quanto o seu aspecto semântico-pragmático. Desenhamos ainda uma proposta de inserção desse padrão dentro de uma rede construcional, a partir dos princípios de herança e motivação.

No sexto capítulo, anunciamos os principais achados de nossa empreitada.

Conforme nossa epígrafe anuncia, se o primeiro passo é imaginar, o segundo é, por certo, verificar a legitimidade de nossa imaginação. Assim, se imaginamos e reivindicamos ser possível estabelecer uma aproximação entre os vários níveis de análise lingüística, emprestando aos gêneros discursivos um trato construcional, é chegada a hora de verificar a legitimidade dessa hipótese. É o que nos propomos no presente trabalho, ainda que sabedores

de que, por estarmos enfrentando um território até certo ponto inédito (não encontramos, no Brasil, qualquer abordagem construcional dos gêneros; no exterior, apenas o trabalho de Östman (2005)), muitas lacunas importantes ficarão por ser preenchidas.

2. Tecendo os fios condutores da Lingüística Cognitiva

O sentido é o ‘santo graal’ não só da lingüística, mas também da filosofia, da psicologia, e da neurociência – para não mencionar domínios mais distantes, tais como a cultura e a teoria literária.

R. Jackendoff

2.1. A questão do sentido e a tradição científica

Ao se contar uma história, é questão primeira estabelecer-se o ponto de vista do “contador”. Assim, da perspectiva relevante para o presente estudo, qual seja, a da investigação sobre o processo de significação, a história do pensamento sobre a linguagem, desenvolvida no ocidente, deve começar na mais remota Antiguidade Clássica. É sabido que é dessa tradição filosófica que advêm as raízes do pensamento metafísico e epistemológico sobre a linguagem e sobre o sentido. As primeiras perguntas originárias dessa tradição - o que é o sentido e em que medidas se equacionam a essência universal ou o caráter cultural do mesmo – ocuparam e ainda ocupam o debate sobre a linguagem no seio das ciências da linguagem.

Nessa perspectiva, para compreendermos o percurso traçado pela *questão do sentido* ao longo da história dos estudos sobre a linguagem cabe, pois, lançar nosso olhar, primeiro em direção ao advento do pensamento filosófico na Antiguidade Clássica para, em seguida, considerar a abordagem do sentido no campo específico da Lingüística. É o que buscaremos fazer nas subseções seguintes (2.1.1 e 2.1.2).

Dados os limites do presente estudo e do nosso saber frente a tão complexa questão, cabe considerar que a decisão por abordá-la não passa por uma ingênua pretensão de trazer-lhe qualquer acréscimo, mas sim pela convicção de que não se pode entrar no território da Semântica elegendo um paradigma teórico-analítico, como o faremos (a Semântica Cognitiva), sem pagar um tributo à gênese metafísica e epistemológica desse campo.

2.1.1. As raízes na Antiguidade Clássica

O *pensamento filosófico* surge na Antiguidade Clássica, por volta do século VI a.C., em contraposição ao *pensamento mítico* praticado na época. Este “*se caracteriza por recorrer a um discurso não justificado, e, portanto, não sujeito a questionamento; por exigir adesão a lendas e narrativas tradicionais; por apelar recorrentemente ao sobrenatural nas explicações fornecidas*”, conforme Marcondes (1997, *apud* MARTINS 2004, p. 446)¹. Assim, o *pensamento filosófico* nasce com a tarefa de propor um novo modo de explicar os fenômenos “assombrosos” do mundo, de buscar uma explicação racional e não sobrenatural para os fenômenos “admiráveis”. Marcado pelo caráter crítico e pelo discurso justificado, o *pensamento filosófico* abre espaço para questionamentos e possíveis discussões (MARCONDES, 1997 *apud* MARTINS, 2004, p. 446).

É, pois, dentro dessa nova ordem discursiva, o *pensamento filosófico grego*, que duas respostas à questão do significado se impõem de modo antagônico, quais sejam, o ESSENCIALISMO, dentro das raízes socráticas (Platão e Aristóteles) e o RELATIVISMO, na tradição sofista (Protágoras (485-415 a.C.)). Concebendo de modo distinto a *questão da verdade*, para o último “o logos (ou discurso) é um grande senhor” (Protágoras) e o consenso prevalece, pois, sobre a verdade. Para os primeiros, as coisas têm uma essência permanente e a verdade prevalece sobre o consenso, i.e., a verdade não pode flutuar ao sabor da opinião.

Assim, os *socráticos*, assumindo uma visada realista (Platão) ou mentalista (Aristóteles), defendem que as coisas possuem uma essência permanente. O grande pensador, Platão (427-347 a.C.), em sua *Teoria das Idéias*, cria uma clara “*distinção entre as coisas assim como as percebemos, por um lado, e a sua natureza essencial, por outro*” (MARTINS, 2004, p. 454). Assim, para Platão, há um *mundo sensível*, das aparências; e um *mundo inteligível*, das essências ou idéias. Variação e mutabilidade pertenceriam ao *mundo sensível*, ao mundo dos sentidos: neste mundo, está tudo que é corpóreo, imperfeito e mutável. Já no mundo das idéias, encontraríamos uma outra dimensão do real, inatingível pela percepção de nossos sentidos. É, nesse espaço, que o nosso intelecto poderia apreender, de forma plena, as coisas em si mesmas, i. e., capturar a essência das coisas ou a sua verdadeira natureza. Essa

¹ MARCONDES, Danilo. Iniciação à história da Filosofia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

essência transcenderia a nossa experiência concreta; dessa forma, haveria um real de coisas invisíveis, perfeitas e eternas. O mundo das idéias é concebido como o espaço dos exemplares “verdadeiros”, dos quais as coisas que podemos ver e tocar não passariam de cópias imperfeitas (MARTINS, 2004).

Importa enfatizar que, para Platão, a essência das coisas não reside na mente humana, seja como conceito, seja como representação mental, abstrata; ela existe em si mesma, não está nem nos objeto que representa, nem no sujeitos que manipulam esses objetos (MARTINS, 2004).

Nessa perspectiva, podemos constatar que, para o pensamento platônico, não existem verdades possíveis, existe apenas uma verdade, e que esta verdade está acima de nossa opinião, e não se adapta a circunstâncias diversas. Essa idéia referente à questão da verdade se irradia para a questão do sentido. O sentido, então, é visto como algo que por si mesmo tem a função de descrever e informar sobre as coisas do mundo de forma objetiva (MARTINS, 2004). O sentido seria, assim, algo independente dos sujeitos e constitutivamente exterior ao indivíduo. Esse modo de pensar sobre a verdade e o sentido inaugura a abordagem **realista** na Filosofia e, posteriormente, na Lingüística.

Para os socráticos, a linguagem deveria representar somente a dimensão fixa e essencial do real. *“As palavras representariam a realidade essencial das coisas, ou seja, as palavras representariam entidades extralingüísticas, universais, autônomas e transcendentess”* (MARTINS, 2004, p.461).

Embora discípulo de Platão, Aristóteles (384-322 a. C.) vai rejeitar a idéia de que as coisas podem existir por si mesmas, independente de nossas experiências. Para ele, então, somente a mente poderia abstrair as essências universais das coisas, por meio do contato com as mesmas. Assim, Aristóteles compreende que a linguagem está subordinada, antes de qualquer coisa, à capacidade mental ou racional humana (MARTINS, 2004). A título de ilustração, damos voz ao próprio filósofo:

Antes de tudo: o que existe na voz é símbolo das afecções da alma, e o que está escrito é símbolo do que existe na voz. E assim como as letras não são as mesmas para todos os homens, tampouco os sons vocais são os mesmos. No entanto, aquilo de que os sons vocais são signos, as afecções da alma, são as mesmas em todos, como já são as mesmas as coisas às quais essas afecções se assemelham (ARISTÓTELES, *apud* MARTINS, 2004, p. 464).

Nessa passagem, podemos perceber que Aristóteles mantém a objetividade essencial da linguagem, defendida por seu mestre Platão, mas instaura a possibilidade de uma abordagem **mentalista**, ao assumir que as essências das coisas residem no âmbito da mente humana, no interior do homem. Assim, a linguagem deveria representar aquilo que está no espírito do homem, o modo que ele é afetado pelas coisas do mundo (MARTINS, 2004).

Para Aristóteles, a linguagem simboliza o pensamento, que por sua vez simboliza o real. Dessa forma, podemos sintetizar que a divergência entre Platão e Aristóteles reside no fato de que o primeiro ancora sua concepção de linguagem em uma díade: linguagem-real; o segundo em uma tríade: linguagem-alma-real (MARTINS, 2004).

Para os sofistas, não há uma verdade única que ultrapassa as opiniões dos homens sobre as coisas, podendo essa deixar de coincidir até mesmo com as mais consensuais dessas opiniões (MARTINS, 2004). Para eles, as coisas não têm essências próprias, não existem por si mesmas, são aquilo que nos parecem ser, variando de acordo com as circunstâncias. Dessa forma, os sofistas entendem que o sentido não é algo fixo, que a mesma expressão lingüística pode apresentar vários sentidos distintos, dependendo do contexto em que está inserida. Assim, nos termos de Martins (2004, p. 453):

(...) as expressões significam não porque representam algo por si sós, não por possuírem qualquer sentido imanente, mas antes porque, jamais dissociando-se dos assuntos humanos de que tomam parte, inscrevem-se circunstanciadamente no fluxo dessas práticas, com efeito possíveis muito variados, efeitos que podem talvez ser estimados mas nunca garantidos de antemão.

É nesse cenário de questionamentos sobre INTERNALIDADE e EXTERNALIDADE, i.e., sobre a possibilidade dos fenômenos do mundo terem ou não uma essência transcendente e se, havendo tal essência, ela seria uma entidade exterior ou interior ao homem, que se fincam as raízes de três paradigmas sobre a compreensão do significado, presentes no debate contemporâneo da Lingüística. Sob o eixo essencialista temos o *realismo* que, marcado pela visão platônica, pensa o significado em sua relação com a realidade; e o *mentalismo*, em assonância com o pensamento aristotélico, que coloca a essência do significado no conteúdo mental. Sob o ângulo relativista, o *pragmatismo* vai se associar ao modo sofista de interpretar as coisas do mundo.

Dentro desse debate, a relação entre linguagem, pensamento e cultura tem ampla repercussão no seio da Lingüística através da hipótese relativista apresentada pelo antropólogo Benjamin Lee Whorf (1897-1941). Whorf era discípulo de Edward Sapir (1884-1939) e, por essa razão, sua hipótese ficou conhecida como a “*hipótese de Sapir-Whorf*”. Essa hipótese defendia a tese de que a cultura, através da linguagem, **determina** a percepção e o pensamento, especialmente o modo como classificamos o mundo que experimentamos.

Na contramão desta visão, os diferentes modos de expressão do realismo e do mentalismo, presentes no século XX, afirmam a universalidade do significado. Nesse viés, o pensamento é concebido como anterior a qualquer língua e a qualquer cultura e todos os homens experimentam e classificam o mundo da mesma forma. Assim, pensamento, linguagem e cultura se relacionam, mas são independentes entre si.

Tal controvérsia em torno da questão primeira do significado, longe de um bom termo, ainda divide as águas nas ciências da linguagem, ocupando hoje um espaço significativo, crucial mesmo, no campo específico da Lingüística, em especial, no território da Semântica.

É o que passamos a tratar na próxima subseção, ao recortamos o formalismo lingüístico do século XX.

2.1.2. O estatuto periférico do significado na Era da Forma

A história da Lingüística em sua relação com o sentido, tomando o século XX como o marco inicial dessa ciência, é, de fato, uma história de ausências. Assim, partindo dos dois marcos iniciais dessa ciência, o *estruturalismo* e o *gerativismo*, o que se pode afirmar é que o sentido foi a “ovelha negra” da família dos fenômenos “enigmáticos” merecedores de atenção dessas tradições. Assim, consideramos importante para este estudo uma breve recensão desses dois importantes marcos da tradição lingüística, focalizando estritamente a questão do sentido. Começaremos pelo estruturalismo que, em termos históricos, precede a abordagem gerativista.

Inaugurado com os estudos de Ferdinand de Saussure (1857-1913), através de sua obra póstuma *Cours de linguistique générale* (1916), o estruturalismo saussureano começa por rechaçar, de modo explícito, uma visão nomenclaturista da linguagem, que a concebe, de modo simplista, como “*uma lista de termos que correspondem a outras tantas coisas*”

(SAUSSURE, 1916 [1975], p. 79). Negando, pois, a possibilidade de a linguagem oferecer “rótulos” para um mundo organizado *a priori*, Saussure define o pensamento como uma “*massa amorfa e indistinta*”, como “*uma nebulosa onde nada está necessariamente delimitado*”. Para ele, “*Não existem idéias preestabelecidas, e nada é distinto antes do aparecimento da língua*” (SAUSSURE, 1916 [1975], p. 130).

Nesse enquadre, a língua é pensada como um sistema ANTERIOR, EXTERIOR E SUPERIOR ao indivíduo, que a ele se impõe. Os valores lingüísticos, **determinados** pela coletividade, resultam do uso e do consenso geral e “*o indivíduo por si só, é incapaz de fixar um que seja*” (SAUSSURE, 1916 [1975] p. 132).

Nesses termos se impõe a visão de cada língua como um sistema fechado e a tese da diversidade e da incomparabilidade entre sistemas. Tal forma de conceber a língua, de certo modo, se alinha com uma visada relativista, nos termos aqui definidos.

É desse modo que Saussure, no momento inaugural da Lingüística como um projeto de ciência, reacende a polêmica entre essencialismo e relativismo. O que se tem, pois, por trás das famosas “contradições” do curso é a plausibilidade de uma perspectiva não-essencialista (MARTINS, 2004), de uma visada relativista na obra saussureana que, ao modo de um projeto científico tradicional, é vista, de fato, como uma inconsistência científica.

Sinalizada a polêmica, importa-nos, no momento, dentro da lingüística saussureana, ressaltar o trato conferido à dicotomia definidora do SIGNO e as conseqüências desta polarização em termos do estatuto do significado no território específico do estruturalismo lingüístico.

Para Saussure, o signo se constitui da união de dois termos, ambos psíquicos: o *significante* e o *significado*. Nas palavras do próprio lingüista:

O signo lingüístico une não uma coisa e uma palavra, mas um conceito e uma imagem acústica. Esta não é o som material, coisa puramente física, mas a impressão (*empreinte*) psíquica desse som, a representação que dele nos dá o testemunho de nossos sentidos; tal imagem é sensorial e, se chegamos a chamá-la “material”, é somente neste sentido, e por oposição ao outro termo da associação, o conceito; geralmente mais abstrato (1975 [1916], p. 80, aspas do autor).

Apesar de reconhecer a relevância do significado - “*Esses dois elementos, conceito e imagem acústica, estão intimamente unidos e um reclama o outro*” (SAUSSURE, 1916

[1975], p. 80) - a agenda investigativa que se ergue sob este eixo teórico, na Europa, é marcada, substancialmente, por uma Lingüística da palavra, enquanto formas (morfemas, fonemas) que se opõem, se substituem no eixo paradigmático. Tal abordagem analítica acaba por privilegiar o *significante* em detrimento do *significado*, dando início ao que viria a ser a “Era da Forma” da Lingüística (FAUCONNIER & TURNER, 2000). Desse modo, o estruturalismo apresenta como sua característica mais marcante a centralidade no *significante*.

Neste cenário, a exclusão ou a “desconstrução” do sujeito também contribui para o trato periférico conferido ao significado. Nos mesmos termos da Sociologia de Durkheim (1858-1917), para quem os fatos sociais ou “fenômenos sociais são coisas e devem ser tratados como coisas” (DURKHEIM, 1995 [1901], p. 28), a Lingüística, nessa esteira de exterioridade, exclui radicalmente o sujeito. Frege (1848-1925), ao pensar os processos de referenciação, recusa-se a abordar a dimensão mental da significação, tentando defender o território da Semântica de qualquer intromissão subjetivista (SALOMÃO, 1999b). É, pois, nesse cenário, que se desenvolvem os estudos referentes ao sentido e à linguagem no início do século XX.

O estruturalismo americano, cujo eixo analítico se desloca para o sintagma (para além da palavra e do paradigma), vai desenvolver, de modo mais radical, uma Lingüística do significante. Daí deriva o sintatocentrismo gerativista (JACKENDOFF, 2002), i. e., o império da sintaxe que passa a ser concebida, como um domínio autônomo e responsável, em grande parte, pela criatividade da linguagem humana.

Vale destacar, dentro do estruturalismo americano, a presença de Leonardo Bloomfield (1887-1949) que, influenciado pela psicologia da linguagem de Wundt (1832-1920), adota uma perspectiva analítica à luz do behaviorismo, assumindo o postulado de que a linguagem, como exterioridade absoluta, é adquirida através de estímulos externos e respostas. Em favor da “objetividade científica”, o estruturalista americano abandona toda referência a categorias mentais ou conceituais. No que se refere à questão do sentido, o trato behaviorista compreende o significado como uma simples relação entre o estímulo e uma reação verbal. De acordo com Weedwood (2002), como a ciência, naquela época, não era capaz de explicar, de forma abrangente, a maioria dos estímulos, nenhum resultado importante ou satisfatório poderia ser esperado. Então, a saída encontrada por Bloomfield foi evitar qualquer análise semântica.

Com isso, um dos aspectos mais marcantes do estruturalismo americano pós-bloomfieldiano foi seu completo desprezo pela semântica (WEEDWOOD, 2002).

De qualquer forma, o Estruturalismo, em suas distintas vertentes, se afirma pela tese central da DIVERSIDADE, de viés relativista, contrapondo-se às teses de visada UNIVERSALISTA ou ESSENCIALISTA.

Na segunda metade do século XX, o gerativismo, que tem na figura de Noam Chomsky o seu grande idealizador, vai impor às investigações lingüísticas, de forma hegemônica, um paradigma radicalmente *internalista*, *mentalista*, contrapondo-se fortemente, nesse aspecto, ao projeto estruturalista e ao comportamentalismo de Bloomfield. O gerativismo, de explícita visada *essencialista*, assume, de forma categórica, que a linguagem é uma faculdade específica da espécie humana, não apreendida ou adquirida por meio de estímulos e respostas, e não sendo, pois, uma reação a algo **externo**. Ela é, pois, uma capacidade biológica, uma herança genética que é transmitida a todos os seres da espécie humana.

Em sua obra *Aspects of theory of syntax* (1965), Chomsky reforça o compromisso cognitivista de sua abordagem gerativista, ao declarar que “*a teoria lingüística é mentalista, na medida em que tem como objetivo descobrir uma realidade mental subjacente ao comportamento efetivo*” (CHOMSKY, 1975 [1965], p. 84). Nesse sentido, as raízes do pensamento chomskyano remontam às idéias essencialistas de Aristóteles (cf. seção 2.11.). O compromisso cognitivista racionalista delimitado por Chomsky resgata o indivíduo “que pensa” (o falante-ouvinte ideal) excluído das abordagens estruturalistas, o que não significa dizer um resgate do sujeito enquanto ator social, interacional e emocional (o sujeito “real”).

A grande questão motivadora do empreendimento gerativista é a criatividade humana. Como através de meios finitos podemos expressar infinitos pensamentos? Tentando dar conta dessa inquietante pergunta, o programa gerativista propõe que o componente sintático sozinho é o grande responsável por essa maravilhosa capacidade humana, que é a *criatividade*. Os componentes fonológico e semântico seriam apenas níveis de interpretação. Como podemos atestar através das palavras do próprio autor:

O componente fonológico de uma gramática determina a forma fonética de uma frase gerada pelas regras sintáticas. Isto é, relaciona uma estrutura gerada pelo componente sintático com um sinal foneticamente representado. O componente semântico

determina a interpretação semântica de uma frase. Quer dizer, relaciona uma estrutura gerada pela componente sintático com uma determinada representação semântica. Ambos os componentes, o fonológico e o semântico, são, portanto, meramente interpretativos (CHOMSKY, 1965 [1975], p. 97).

A sintaxe passa a ser considerada como um componente autônomo, independente dos outros componentes, tais como o fonológico e o semântico; e independente também do contexto em que se inserem os enunciados. Nesse sentido, a Gramática Gerativa inaugura o sintatocentrismo (JACKENDOFF, 2002), i. e., a supremacia da sintaxe em detrimento dos outros níveis lingüísticos. Motivada pelo sintatocentrismo, tal teoria negligenciou, de tal modo, o sentido, que tem pouco a dizer sobre a questão do significado.

Foi, justamente, a questão do sentido que veio a desencadear uma dissidência teórica no seio da tradição gerativa. É o que vamos focalizar na próxima seção.

2.2. A dissidência no seio da tradição cognitivista: a Semântica Cognitiva

É no seio da tradição gerativista, no contexto ainda do Modelo da Teoria Padrão (1965), que emerge a dissidência ao cognitivismo praticado por Chomsky, hoje nomeado como **Lingüística Cognitiva**.

A ruptura com o programa gerativista tem uma motivação central, como já mencionado à seção anterior - a questão do significado - e vai se concretizar em etapas paulatinas. A seguir, esboçamos, de modo breve, o percurso traçado por essa dissidência.

De acordo com o Modelo da Teoria Padrão, doravante TP, a gramática apresenta a seguinte configuração: a base, constituída pelas regras sintagmáticas ou categoriais mais o léxico, geraria estruturas profundas (EP) que vão ser a entrada do componente semântico. O componente semântico interpreta a estrutura profunda, obtendo o significado das seqüências. Em seguida, essa estrutura passa pelo componente transformacional e se converte em estrutura superficial (ES), que será interpretada pelas regras do componente fonológico, resultando na forma sonora das seqüências em questão. Assim, na TP, os componentes semântico e fonológico são componentes apenas interpretativos, cabendo exclusivamente ao componente

sintático a geração de sentenças. O componente sintático é formado pela base mais o componente transformacional (LOBATO, 1986).

A estrutura profunda é gerada diretamente pela base da gramática e traduz as regularidades da língua e é, nesse nível, que se determina a interpretação semântica. Já a estrutura superficial é uma estrutura que expressa a ordem gramatical dos itens lexicais de uma determinada sentença. Uma vez que a estrutura profunda é responsável sozinha pela interpretação semântica, a TP afirma que as transformações não geram mudanças de significado das seqüências às quais se aplicam (LOBATO, 1986).

O fato é, no entanto, que as evidências empíricas se acumularam na comprovação de que há certos aspectos da interpretação semântica que não podem ser determinados na estrutura profunda. Um dos exemplos arrolados neste debate é a EP da regra de apassivação. Quando há associação de passiva com quantificador, ou de passiva com quantificador e negação, pode ocorrer mudança de significado entre a EP e a ES. Se considerarmos que as frases aparentadas possuem a mesma EP e se mantivermos o princípio de que a interpretação semântica só se processa na EP, não será possível explicar a diferença semântica entre as frases consideradas aparentadas, como, por exemplo, o parentesco entre sentenças ativas e passivas.

Diante desse impasse, os lingüistas gerativos tinham duas alternativas: a primeira seria continuar afirmando o princípio de que as transformações não alteram o significado e, então, atribuir estruturas profundas diferentes a frases aparentadas, mas com diferenças semânticas; ou adotar a segunda alternativa possível, que consistiria em abandonar o princípio de que transformações não alteram o significado e postular que frases aparentadas possuem a mesma EP e que as regras de interpretação semântica operam não só na EP, mas também em outros níveis.

A segunda alternativa foi a adotada por Chomsky, Jackendoff e outros, criando assim, uma nova versão do modelo gerativo, denominado por Chomsky de Teoria Padrão Estendido (TPE).

Na TPE, a gramática sofre uma mudança significativa em relação ao modelo anterior, i.e., ao Modelo da Teoria Padrão. A EP, neste novo modelo, continua sendo a porta de entrada para o componente semântico e transformacional, mas as regras de interpretação semânticas não são mais exclusividade da EP e podem também atuar em outros níveis. É importante

salientar que, nesse novo modelo gerativo, a sintaxe permanece como a base da gramática; é a responsável pela geração de sentenças, cabendo ao componente semântico apenas a função de interpretar as sentenças geradas pelo componente sintático.

Um outro grupo de lingüistas, liderados por nomes como Ross, McCawley, Lakoff e Postal, adotou a primeira alternativa, criando, assim, um novo modelo gerativo, nomeado de Semântica Gerativa. Este novo modelo propunha, na contramão do sintatocentrismo chomskiano, derivar a sintaxe da semântica. Dessa forma, a semântica passava a ser vista como um componente não só interpretativo, mas principalmente como um componente gerativo. Nesse enquadre, os lingüistas que inauguraram a Semântica Gerativa reivindicavam o caráter não autônomo do componente sintático. Promovendo a radicalização da EP como o *locus* do sentido, mas guiada por modelos lógicos e formais da Gramática Gerativa, a Semântica Gerativa não teve êxito ao derivar a sintaxe da semântica, conforme acreditava ser possível e o projeto teve que ser abortado. Novas evidências empíricas apontavam para a precariedade de um modelo semântico mentalista formal.

No entanto, a tentativa não foi um equívoco total, pois, o compromisso com o sentido e a busca de ruptura como o sintatocentrismo significou o surgimento de uma nova abordagem cognitivista no cenário dos estudos lingüísticos. Essa nova abordagem desistiu, como já foi dito anteriormente, de derivar a sintaxe da semântica, nos termos propostos, porém, marcou, de forma relevante, os estudos da linguagem, ao introduzir em sua análise uma vigorosa agenda sobre a questão do **SENTIDO** e sobre a insuficiência do significante. Considerações sobre os usuários da linguagem e sobre o uso efetivo da linguagem por estes usuários também vão-se infiltrando, aos poucos, nessa cena teórica em que o mentalismo racionalista de Chomsky passa a se confrontar com o relevo da experiência física e social do homem. Nessa perspectiva, essa nova abordagem, cunhada sob o rótulo de Lingüística Cognitiva, inaugura, para a Lingüística, a chamada “Era da Imaginação” (FAUCONNIER & TURNER, 2002).

Nas seções que se seguem, apresentaremos o programa sociocognitivista da Lingüística e também as mais recentes teorias concebidas por esse programa.

2.3. A pertinência do Programa Sociocognitivo para o estudo da significação

O Programa Sociocognitivo, posto pela Lingüística Cognitiva, vai apresentar uma agenda teórico-analítica fortemente diferenciada daquela praticada por Chomsky e seus adeptos. Enquanto a primeira vertente, o cognitivismo chomskyano, assume a crença de que a linguagem é um módulo autônomo, portanto, independente dos demais domínios cognitivos; a segunda vertente cognitivista, nascida da dissidência do gerativismo, postula que a linguagem é apenas um dos modos da cognição humana e está intimamente relacionada com os outros modos. Nessa perspectiva, portanto, a linguagem não é um módulo isolado, como afirmam os chomskyanos; é parte de uma grande rede de capacidades cognitivas da mente humana, tais como percepção, memória, concentração.

É nesse enquadre antimodularista que o Programa Sociocognitivo reivindica uma revisão na agenda de estudos sobre a linguagem e, mais especificamente, nos estudos referentes à questão da significação. Tal revisão se orienta por um viés INTEGRADOR dos diferentes fenômenos e níveis do conhecimento lingüístico. Nesses termos, busca-se compreender a significação como um grande empreendimento mental (ou cognitivo), social e interacional, como uma construção em que se mesclam vários conhecimentos suscitados por uma cognição situada e distribuída. Situada, enquanto cognição cultural, histórica; distribuída, enquanto partilhada, envolvendo intenção e atenção conjuntas. Cada conhecimento suscitado contribui de alguma forma para a construção do sentido, ocupando o foco da cena real de comunicação ou ficando ao fundo da mesma. Com essa visão de sentido, o Programa Sociocognitivo rechaça, no trato dos fenômenos lingüísticos, não só a “exclusão do sujeito” como também a “a sua exclusividade”.

Assim, na busca pelo “santo graal”, o significado, revela-se a complexidade da tarefa imposta ao lingüista: *“se não se está preparado para tratar, pelo menos, linguagem, inteligência, consciência, o eu, a interação social e cultural, não se está em condições de entender o significado”* (JACKENDOFF, 2002, p.268) e, conseqüentemente, nenhuma outra questão referente à linguagem.

É, pois, nessa cena teórica, que a SIGNIFICAÇÃO ganha relevo e a Semântica se afirma como um campo investigativo privilegiado. As principais construções teóricas do Programa Cognitivista são, de fato, grandes contributos à questão da significação. O estatuto teórico desse modelo é, se pensado com rigor, muito mais o de uma teoria semântica (Semântica Cognitiva) do que de uma teoria lingüística (Lingüística Cognitiva).

Uma agenda com tamanha ambição tem que ser sustentada por pilares sólidos. É nesse sentido que passamos a apresentar as três premissas básicas que orientam essa agenda investigativa, quais sejam, **a escassez do significante, a semiologização do contexto e o drama das representações.**

2.3.1. O princípio da escassez da forma lingüística

Esse princípio está intimamente associado com a questão da *subdeterminação do significado pelo significante* (SALOMÃO, 1997,1999a) e (MIRANDA, 2000). O sinal lingüístico, ao contrário do que pensa a longa tradição formalista, não é detentor do sentido; ele é apenas uma pista relevante, no processo de construção do sentido. O significante guia o sentido, mas não o determina. “*O sentido não seria, pois, uma propriedade intrínseca da linguagem, mas o resultado de uma **atividade conjunta** que pressupõe cooperação, consentimento e partilhamento*” (MIRANDA, 2000, p. 30, grifos da autora).

A Lingüística Cognitiva entende a linguagem na indissociabilidade dos dois lados que instituem o signo: significante e significado. Assim sendo, abre-se espaço para o estudo do significante, mas compreendido em sua intrincada e indissociável relação simbólica com os modos de significação semântico-pragmático.

Nesse rumo traçado, a pista lingüística, ou qualquer semiose, não deflagram sozinhas a significação de um dado enunciado, antes, desencadeiam complexos processos de inferenciação (conceptual, pragmática, figurativa), capazes de gerar as representações evocáveis. Nos termos de FAUCONNIER, 1994, p. 23:

(...) a linguagem não realiza por si a construção cognitiva – ela oferece pistas mínimas, mas suficientes para localizar os conhecimentos e princípios apropriados a operar em cada situação (...) de tal modo que a representação resultante excede em muito a informação implícita (...).

As palavras de Fauconnier não nos deixam dúvidas sobre o caráter construcionista da interpretação pleiteado pela Lingüística Cognitiva. Em outros termos, Salomão (1997, p.26) advoga “*ser a significação uma construção mental produzida pelos sujeitos cognitivos no*

curso de sua interação comunicativa”. Esta perspectiva contrapõe-se fortemente à concepção da semântica clássica, segundo a qual a significação corresponde às condições de verificação de uma enunciação em um modelo, quer seja “o mundo real” ou “universos possíveis”. Os adeptos dessa concepção crêem na suficiência do significante e na possibilidade da expressão lingüística representar, de forma objetiva, o “mundo real” ou o “mundo possível”, o que implicaria um acesso verídico à realidade.

Nos termos apresentados, o princípio da escassez da forma lingüística está fortemente articulado com o segundo princípio que trataremos a seguir: *a semiologização do contexto*.

2.3.2. O princípio da semiologização do contexto

Este princípio articula-se com o princípio da escassez do significante, na medida que postula outra insuficiência da forma lingüística. Assim, a expressão verbal é vista como uma das semioses concorrentes, na construção da significação e, nestes termos, instaura-se a dinamicidade das informações contextuais conconcorrentes disponibilizadas na cena de interação. Em outras palavras, cada informação, verbal ou não, disputa a posição de foco relevante no interior de cada cena instanciada e cabe ao analista ou aos participantes envolvidos na interação desvelar qual das informações em disputa está desempenhando, num dado momento, o papel de “protagonista” da cena. É importante salientar que, na dinamicidade do jogo interativo, uma instrução “principal” pode ser rebaixada no momento seguinte ao papel de “coadjuvante” e outra instrução assumir o papel principal. Conforme Miranda (2000, p. 54) “*a seleção da informação e da semiose que constroem o entendimento implica sensibilidade ao jogo interativo, o realinhar-se dinamicamente a cada novo lance, alterando o foco (footing²)*”. A alteração do foco pode acarretar uma nova seleção da semiose relevante para aquele novo enquadre configurado. É nos termos acima expostos que Salomão (1999a, p. 20) situa esse enquadramento semiológico do contexto:

² O termo *footing* foi cunhado por Goffman (1979) para enfatizar a natureza dinâmica do conceito de enquadre (*frame*), porque no curso da interação há constantes reenquadres e realinhamentos dos falantes e ouvintes. Mudança de *footing* equivale a uma mudança em nosso enquadre dos eventos.

(...) onde termina a linguagem? Onde começa o contexto? Dentro da perspectiva que adotamos, o mundo (para nós que o percebemos ou o conceptualizamos) é também **siná**; há, portanto, uma continuidade essencial entre **linguagem**, **conhecimento** e **realidade** que não as reduz entre si, mas as redefine em sua fragmentária identidade (como **realidade**, ou como **conhecimento**, ou como **linguagem**), segundo as necessidades locais da interação humana (grifos da autora).

Nessa perspectiva, o Programa Sociocognitivo da Linguagem reivindica uma noção mais dinâmica de contexto. Nos termos de Miranda (2000, p. 55), “*o contexto passa a ser entendido como instruções concorrentes, organizadas sob a forma verbal ou não (pistas contextualizadoras), que atuam na construção das molduras comunicativas*”.

Em síntese, pode-se afirmar, enfim, que o princípio de semiologização do contexto confere uma dinamicidade aos processos de interpretação, ao reconhecer que todo tipo de informação acessada torna-se pista para o desvendamento de qual o jogo da linguagem está sendo jogado naquele momento determinado.

O drama das representações, como terceiro princípio, vai se articular, de forma clara, com o conceito de contexto apresentado.

2.3.3. O drama das representações

O terceiro princípio nos conduz à relevância dos *frames* interativos e aos jogos dramáticos, nos termos de Goffman (1974), presentes nas ações de linguagem. É assim que, diante de cada interação lingüística, assumimos papéis discursivos distintos que determinam o nosso modo de agir e de relacionar como os demais participantes da cena interativa. Esses papéis só podem ser definidos por meio de um conhecimento cultural e socialmente estruturado sobre a natureza dos eventos comunicativos e seus participantes.

É esse conhecimento que permite a identificação da natureza da interação em curso, ou seja, se estamos diante de uma aula, de um bate-papo ou de um debate (cf. capítulo 3 sobre gêneros textuais). E, em cada uma dessas construções discursivas, sinaliza também o papel de cada ator. Nesse jogo, entram as relações de simetria ou assimetria de papéis; entra a hierarquia, o trabalho com a face, nos termos de Goffman (1970, 1976). Esse conhecimento historicamente construído é uma herança continuamente renovada, o que garante o seu caráter

estável, mas não estático. Assim, cada evento disponibiliza uma série de elementos estáveis, que são os responsáveis pelo seu reconhecimento como tal. Entretanto, esses elementos são dinâmicos, são flexíveis. Um bom exemplo disso são as salas de bate-papo na internet, os *chats*, que alteraram, substancialmente, o evento bate-papo. Nesse contexto, o bate-papo é mediado pelo computador, a modalidade da língua empregada é a escrita eletrônica, e, apesar disso tudo, respeitando as devidas diferenças, o evento continua sendo um bate-papo.

Nesse enquadre, postulamos que participar de uma cena interativa é produzir sentido e construir sentido é sempre uma atividade social, pois, é para o Outro que o fazemos. Interpretar é conciliar os conhecimentos de mundo, de si mesmo e de linguagem, com as interações sociais (SALOMÃO, 1999a).

Na seção seguinte, apresentamos as principais construções teóricas da Lingüística Cognitiva e sua relevância para os fenômenos da significação.

2.4. As principais construções teóricas da Lingüística Cognitiva

Nos termos de Jackendoff (2002), se a pergunta primeira sobre o significado, posta pela Filosofia, foi “O que é o significado?”, para uma Semântica de viés sociocognitiva a pergunta principal seria: “*O que faz com que as coisas tenham significado para as pessoas?*” (JACKENDOFF, 2002, p. 268).

Tal mudança implica, como já anunciado na seção anterior, uma agenda investigativa comprometida com os aspectos interacionais, sociais, culturais da significação, sem abrir mão, é claro, do empreendimento cognitivista, i.e., das bases conceptuais do significado postas, no jogo, pela expressão lingüística.

É nesse enquadre que subquestões cruciais, no campo dos estudos semânticos, emergem como essenciais na agenda investigativa posta pela Lingüística Cognitiva. É assim que a questão do poder figurativo da linguagem ocupa hoje o coração da Semântica Cognitiva, através da Teoria Conceptual da Metáfora (cf. seção 2.4.1); a questão dos processos de referenciação é tomada como centro da Teoria dos Espaços Mentais (cf. seção 2.4.2); a questão da integração de significados ou da composicionalidade é pensada, no seio da

Semântica Cognitiva, pelas redes de integração conceituais ou MESCLAS (cf. seção 2.4.4) e também pela Teoria da Gramática das Construções (cf. seção 2.4.5).

Em suma, todas essas questões, além de cruciais para a agenda programática da Semântica Cognitiva, são também de igual relevo para o presente estudo. Diante disso, apresentaremos, de forma sucinta, as principais construções teóricas da Semântica Cognitiva, enfatizando que essas teorias terão a missão de sustentar, mais tarde, a nossa análise. Para a apresentação das teorias, seguiremos o critério cronológico.

2.4.1. Projeções figurativas: metáforas e metonímias

Desde a antiguidade clássica, até as últimas décadas do século XX, metáfora e metonímia, vistas como simples figuras de linguagem, vinham sendo confinadas aos campos da arte, da literatura e da retórica e inteiramente afastadas do campo de investigação lingüística. Foi com o advento da Lingüística Cognitiva que o estatuto teórico das mesmas mudou de forma radical. Metáfora e metonímia passaram a ser concebidas como capacidades cognitivas estruturantes do pensamento, da linguagem e das ações humanas (LAKOFF & JOHNSON, 1987, p.11). Desse modo, estariam presentes em qualquer tipo de ordem discursiva, fosse essa cotidiana, acadêmica, política, literária.

Esse modo novo de conceber a metáfora e a metonímia foi inaugurado com a obra *Metaphors We Live by* (1980) de George Lakoff e Mark Johnson. Nessa obra, os autores asseveram o caráter corporificado, inconsciente e imaginativo do pensamento e da linguagem, dando os primeiros passos para a construção de uma teoria cognitiva da metáfora, que mais tarde receberia o nome de TEORIA CONCEPTUAL DA METÁFORA.

Nos moldes da Lingüística Cognitiva, a categorização humana implica a existência de estruturas pré-conceptuais da experiência, onde por experiência, se entende a experiência física, sensorio-motora e também a experiência social. São essas estruturas que possibilitam a emergência da centralidade do corpo na organização de nossos sistemas conceituais, e a centralidade das projeções figurativas. Estruturas pré-conceptuais da experiência organizam, portanto, o nosso pensamento e têm para nós um significado mais imediato e automático.

Essas estruturas podem ser de dois tipos: (i) categorias de nível básico, que refletem o modo como categorizamos, de uma forma relativamente precisa, as discontinuidades do mundo (a diferença entre um tigre e um cachorro, a diferença entre uma saia e um vestido, a diferença entre falar e cantar); (ii) esquemas imagéticos que, nas palavras de Johnson (1987, p.29), “(...) *seriam gestalts experienciais minimamente estruturadas, que permitiriam a organização de um número indefinidamente grande de percepções, imagens e eventos*”. O autor ainda destaca que esquemas imagéticos estruturam nossa experiência pré-conceptual; que existe uma relação de correspondência entre esquemas imagéticos e conceitos e, por último, que metáforas projetam esquemas imagéticos em domínios abstratos, preservando sua lógica de base.

Dentre os principais tipos de esquemas imagéticos, apontados pela literatura (LAKOFF, 1987), temos: esquema do recipiente; esquema parte-todo; esquema do elo; esquema centro-periferia; esquema do trajeto. Além desses, Johnson (1987) destaca outros esquemas tais como: em cima, em baixo; frente, atrás; ordem linear; escala; perto/longe; atração; compulsão; cheio/vazio; ciclo; fusão; processo, equilíbrio, raso/fundo, etc.

Os autores destacam que as projeções figurativas têm grande relevo em nosso sistema conceptual, organizando nossas experiências. Nas palavras dos autores: “nosso sistema conceptual ordinário, em termos do qual não só pensamos, mas também agimos, é fundamentalmente metafórico por natureza” (LAKOFF & JOHNSON, [1980] 2002, p.45).

Em síntese, a Teoria Conceptual da Metáfora define três pressupostos teóricos fundamentais, quais sejam: a existência de estruturas pré-conceptuais da experiência, a centralidade do corpo em nosso sistema conceptuais; a centralidade das projeções metafóricas em nossos sistemas conceptuais.

A diferença básica entre metáfora e metonímia, segundo Lakoff & Johnson (1980), reside no fato de que a metáfora é principalmente um modo de conhecer uma coisa em termos de outra, e a sua função essencial é a **compreensão**. A metonímia por outro lado, tem principalmente uma função **referencial**, i. e., a metonímia permite-nos usar uma entidade para representar outra. No entanto, a metonímia não é meramente um recurso referencial, a metonímia também apresenta uma função de propiciar o **entendimento**.

Estudos recentes levantam a questão da contigüidade entre os conceitos metáfora e metonímia, e a dificuldade de um recorte preciso desses fenômenos. Silva (2003), seguindo a

tendência dos novos estudos sobre esses conceitos, ressalta que a metáfora e a metonímia apresentam semelhanças muito significativas tais como: ambas estabelecem uma conexão entre duas entidades, na qual um termo é substituído por outro; ambas descrevem projeções conceptuais sistemáticas de um domínio fonte para um domínio alvo, motivadas experiencialmente.

Contudo, o autor enfatiza que, para compreendermos a distinção entre metáfora e metonímia, devemos associar uma interpretação mais antiga desta distinção, que estabelece a diferenciação com base na oposição entre **similaridade da metáfora** e **contigüidade da metonímia**, com a interpretação mais recente desenvolvida no seio da Semântica Cognitiva, que explica a distinção por meio da extensão envolvida, tendo por ponto de referência o **conceito de domínio experiencial e conceptual**.

É nessa esteira que Silva (2003, p. 27) esclarece que a metáfora envolve domínios conceptuais (experienciais) distintos, projetando um domínio-fonte em um domínio-alvo, sendo que este último passa a ser compreendido em termos do primeiro. Esta projeção é motivada por um conjunto sistemático de correlações por similaridades conceptuais. Já a metonímia envolve um mesmo domínio conceptual (experiencial), no qual um sub-domínio é selecionado em vez do outro, ou seja, há uma relação de contigüidade conceptual entre elementos de um mesmo domínio conceptual. Em suma, a função da metáfora é a estruturação do domínio alvo em termos do domínio fonte; já a metonímia tem como função a ativação mental do domínio alvo, tendo o domínio fonte por ponto de referência.

O autor destaca ainda que, apesar dessas diferenças, metáfora e metonímia não são mecanismos conceptuais independentes, mas mecanismos que se integram freqüentemente. Por essa razão, Silva defende a investigação de todos os diferentes tipos de integração entre metáfora e metonímia e a verificação do continuum entre esses dois surpreendentes mecanismos cognitivos e, finalmente, salienta que há mais elementos comuns que elementos de contrastes entre os processos metafóricos e metonímicos.

Na próxima seção destacamos a Teoria dos Espaços Mentais que, de forma inovadora, tenta explicar os fenômenos de referenciação.

2.4.2. Teoria dos espaços mentais

A **Teoria dos Espaços Mentais** proposta por Fauconnier (1994, 1997) é uma valiosa contribuição para o tratamento de fenômenos da linguagem referentes ao discurso. Na verdade, a Teoria ou Modelo dos Espaços Mentais tem como ambição a tarefa de tentar resolver um problema caro e antigo da Lingüística Tradicional ou, mais especificamente, da Semântica Formalista, a complexa **questão da referenciação**. Tratada em termos estáticos pela tradição formalista, através da noção de universos possíveis, a questão da referenciação vai receber da Teoria dos Espaços Mentais um tratamento processual, capaz de emprestar ao fenômeno a dinamicidade necessária à sua construção no fluxo do discurso interativo, REAL.

O Modelo dos Espaços Mentais apresenta a noção de **domínio** e **projeções** como as bases nucleares da cognição humana. Essas duas noções nucleares, anunciadas na hipótese-guia do Programa Sociocognitivo, são postas nos termos seguintes por Salomão (1998 *apud* MIRANDA, 1999, p.82): “*O princípio nuclear da cognição humana corresponde à projeção entre domínios, dessa forma, operando produção, fracionamento da informação, transferência e processamento do sentido*”.

Domínios são conjuntos de conhecimentos organizados. São de natureza estável ou local. Os primeiros referem-se a estruturas de memórias pessoal ou social (esquemas e *frames*³). São estáveis, mas não são estáticos; ao contrário, apresentam um caráter flexível, ou seja, esses domínios podem ser alterados ou elaborados, conforme as necessidades apresentadas no processo de interação.

Os domínios estáveis podem, nos termos de Salomão (1999a), ser agrupados em três tipos: **Modelos Cognitivos Idealizados, Molduras Comunicativas e Esquemas Genéricos**.

Modelos Cognitivos Idealizados (MCI) são domínios ou esquemas conceptuais que estruturam o pensamento, através de conhecimentos socialmente produzidos e culturalmente disponíveis.

Molduras Comunicativas equivalem ao conceito de *frame* de interação, nos termos de Tannen & Wallat (1987). São conhecimentos configurados durante o processamento do

³ Os dois termos correspondem a estruturas de expectativas, nos termos de Tannen & Wallat (1987). Ainda de acordo com as autoras, essas estruturas apresentam duas categorias: uma categoria interativa para os **frames (enquadres)** e uma categoria de estrutura de conhecimento para os **esquemas**. Assim, o conceito de **frames** está associado com o tipo de evento que está sendo constituído em uma determinada interação comunicativa, se é um evento de brincadeira ou um evento de disputa, por exemplo. Já o conceito de **enquadre** reflete as expectativas dos sujeitos sobre pessoas, objetos, eventos, papéis sociais, etc.

evento. Incluem todos os tipos de informações que estruturam internamente o evento, tais como identidades, papéis sociais, pauta do encontro e alinhamento.

Esquemas Genéricos são esquemas conceptuais de natureza abstrata. De acordo com Salomão (1999a), são estruturas de expectativas bastante desencarnadas e por isso muito mais flexíveis em suas aplicações. A autora ainda realça que boa parte de nossas interpretações dependerá do acesso aos esquemas genéricos.

Os domínios estáveis (MCIs, molduras comunicativas ou esquemas genéricos) podem ser caracterizados nos seguintes termos: (i) pela sua permanência como ordens cognitivas identificáveis e evocáveis; (ii) pela organização interna das informações que os constituem; (iii) pela flexibilidade de sua instanciação, conforme as necessidades locais manifestadas, conforme Salomão (1999a, p.32).

Os **domínios locais** são estruturas de informação ativadas e desativas no curso da interação e são nomeados por Fauconnier (1994, 1997) como Espaços Mentais (EM). Sempre que pensamos ou falamos, estamos produzindo EM, por isso, esses espaços são diferentes e novos em cada momento da comunicação. Nos termos de Miranda (1999, p. 86) “*São produzidos como funções da expressão lingüística que os suscita e do contexto que os configura*”. São organizados internamente pelos domínios estáveis, que são estruturas de conhecimento prévio.

Outra noção fundamental para a cognição humana pleiteada pela Lingüística Cognitiva é a noção de **projeção**, entendida como uma capacidade cognitiva presente na mente humana, capaz de interligar múltiplos domínios. Tem como sua função primordial a tarefa de construir e ligar domínios. Esta noção está intimamente associada com os nomeados **três Is da cognição** que são **identidade**, **integração** e **imaginação** (FAUCONNIER & TURNER, 2002). Através da projeção, é possível estabelecerem-se identidades, integrarem-se conceitos e inventarem-se domínios inéditos.

Na próxima seção, abordaremos a teoria da mesclagem que representa um avanço significativo da teoria dos espaços mentais.

2.4.3. Teoria da Integração Conceptual ou Mesclagem (*blending*)

Compreendida como um mecanismo projetivo genérico e múltiplo da cognição humana, a mesclagem é um constructo teórico que ultrapassa o limite do lingüístico, manifestando-se em todas as formas de expressão humana.

A Teoria da Mesclagem (*blending*) surge no cenário da Lingüística Cognitiva como um constructo teórico que tem como missão principal a tarefa de explicar a questão da criatividade lingüística, ou seja, a capacidade de se criar e de se entender uma infinidade de construções em termos não algoritmos. Na verdade, a Teoria da Mesclagem, nos termos de Fauconnier (1997), pretende ser uma teoria que elege como sua agenda principal a questão da integração conceptual ou da significação. Nesse sentido, essa teoria torna-se essencial para o Programa Sociocognitivo, ao qual nos filiamos, uma vez que esse programa defende, como já afirmamos repetidas vezes, a inclusão dos estudos sobre a significação como agenda permanente de pesquisa na investigação dos fenômenos da linguagem.

Através dos processos de mesclagem, podemos compreender como o nosso pensamento é capaz de organizar e construir novos conceitos, inéditas significações, estabelecendo novas relações. Assim, podemos, talvez, afirmar que o processo de mesclagem é um instrumento cognitivo grandemente responsável pela fascinante capacidade criativa do pensamento humano e da linguagem. Nos termos de Miranda *et all* (2004, p. 225-226), “*a mesclagem é uma operação cognitiva genérica, que atua em diferentes níveis de abstração, com múltiplas funções e em diversificados contextos. É, portanto, um mecanismo cognitivo de produtividade lexical e renovação gramatical*”.

Fauconnier (1997) concebe a mescla como “*um poderoso processo de construção de sentido **on-line**; é dinâmica, flexível e ativa no pensamento*” (grifos nossos). O autor em parceria com Turner lança uma obra em 2002 inteiramente dedicada à questão das redes de integração conceptual ou mescla. Fauconnier & Turner consideram a importância de se levar em frente a agenda investigativa sobre as mesclas. Para os autores, não basta a descoberta dessa categoria, crucial aos estudos cognitivos, é necessário precisar o OBJETIVO sociocognitivo desses processos, assim, como entender mais profundamente sua ESTRUTURA e chegar a sua tipologia, i. e., aos TIPOS de mesclas possíveis. É sobre tais questões que falaremos, de modo sucinto, a seguir.

Quanto ao OBJETIVO da mescla, Fauconnier & Turner (2002) revelam que o processo de mesclagem tem como objetivo converter à escala humana para facilitar a compreensão. Tal

conversão significa que, neste processamento, reduzimos aquilo que não compreendemos ao que já nos é familiar, ou seja, criamos o novo ou o compreendemos através do velho. Para tanto, a mescla se vale do precioso mecanismo de *compressão*. Logo, “comprimir para entender” esse é o objetivo da mesclagem. As mesclas se realizam integrando significados e formas, de modo a alcançar legibilidade. Reduzindo à escala humana, fazendo emergir protonarrativas, alcançando *insights* globais, podemos compreender palavras e expressões, sejam antigas ou novas, realizando assim categorizações, inferências metafóricas, ironias, etc, em um processo quase sempre de forma automática e rotineira.

Todo processo de mesclagem implica importantes e reiteradas relações conceptuais entre domínios que foram nomeadas como **relações vitais**. As relações vitais identificadas por Fauconnier & Turner (2002) são: identidade; tempo; espaço; causa-efeito; parte-todo; representação, papel, analogia, desanalogia, similaridade, categoria, intencionalidade, unificação e mudança. Todos esses tipos de relações vitais podem ser comprimidas no domínio-mescla com o intuito de produzir novos sentidos e de criar novas possibilidades de entendimento.

Em termos de ESTRUTURA, o processamento cognitivo da mesclagem implica a ativação de, no mínimo, quatro domínios, conforme Fauconnier & Turner (2002). Assim, temos dois **domínios fontes**, um **domínio genérico** e um **domínio-mescla**, que terá vestígio de todos os demais domínios. Desse modo, podemos afirmar que o domínio-mescla é um espaço específico, gerado a partir de, pelo menos, dois espaços mentais e um espaço genérico. A mesclagem incorpora estruturas parciais de ambos os espaços mentais fontes, articula um espaço de homologia entre esses domínios e faz emergir uma estrutura própria, a mescla, que representa um domínio totalmente inédito. Nos termos de Fauconnier & Turner (2002, p. 47):

Na mesclagem, as estruturas dos dois espaços mentais *inputs* são projetadas para um novo espaço, a mescla. O espaço genérico e o espaço mescla são relacionados: as mesclas contêm estrutura genérica capturada no espaço genérico, mas também contêm mais estrutura específica, e elas podem conter estrutura que não existe nos *inputs*.

Em síntese, a formulação do processo de mesclagem se dá, portanto, da seguinte forma; há uma projeção parcial entre os Espaços Mentais fontes; em seguida, o espaço genérico, espaço de homologia, reflete estruturas e organizações comuns e usualmente mais

abstratas de duas fontes; finalmente, ocorre uma última projeção, na qual o domínio-mescla é gerado a partir da projeção das fontes 1 e 2, possuindo uma **estrutura emergente** própria, distinta da estrutura das fontes que o constituem.

A estrutura emergente surge na mescla sem ser copiada diretamente de nenhum dos *inputs*; ela pode ser produzida a partir de três modos distintos que são: **composição** consiste na fusão de elementos dos espaços inputs para produzir relações que não existem nos inputs separados; **completação** refere-se ao acréscimo de estruturas adicionais à mescla, importadas de outros domínios subfocalizados (MCI, Molduras), **elaboração** quando o domínio mescla, de acordo com sua própria lógica emergente, evoca conexão com outros domínios que podem afetar o espaço originário.

A seguir, apresentamos a formalização de uma rede mínima, nos termos de Fauconnier & Turner (2002, p.46):

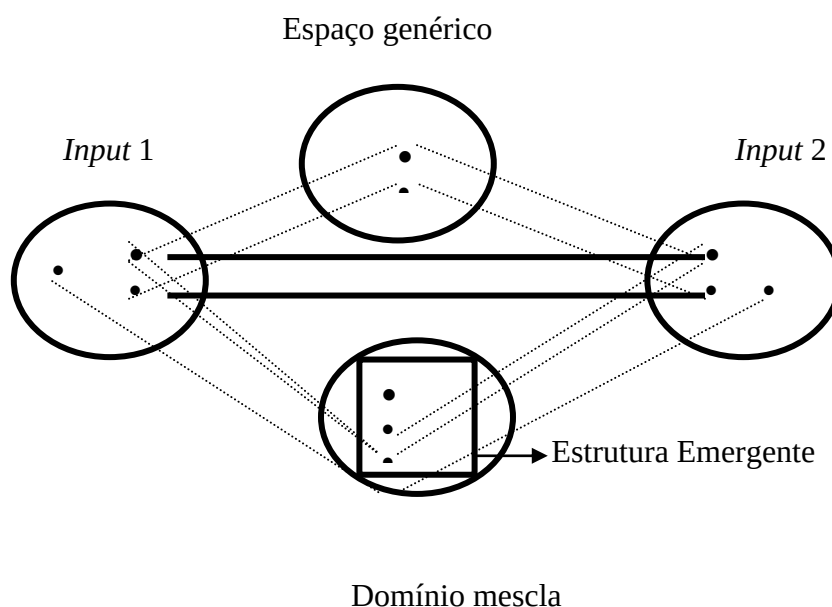


Diagrama 1: Formalização de uma rede mínima

Para ilustrar o processo de mesclagem, recorreremos a uma construção comparativa hiperbólica (Fernandino, 2003), extraída do programa de televisão do Casseta e Planeta, exibido no dia 29/05/2004: “*O livro da turma do Casseta e Planeta é mais vendido que pastel de feira*”.

Em termos de sua gênese conceptual e deixando de lado, portanto, as complexas projeções formais que instituem este tipo de construção (cf. FERNANDINO, 2003, p. 69), podemos descrever seu processamento em mescla nos seguintes termos:

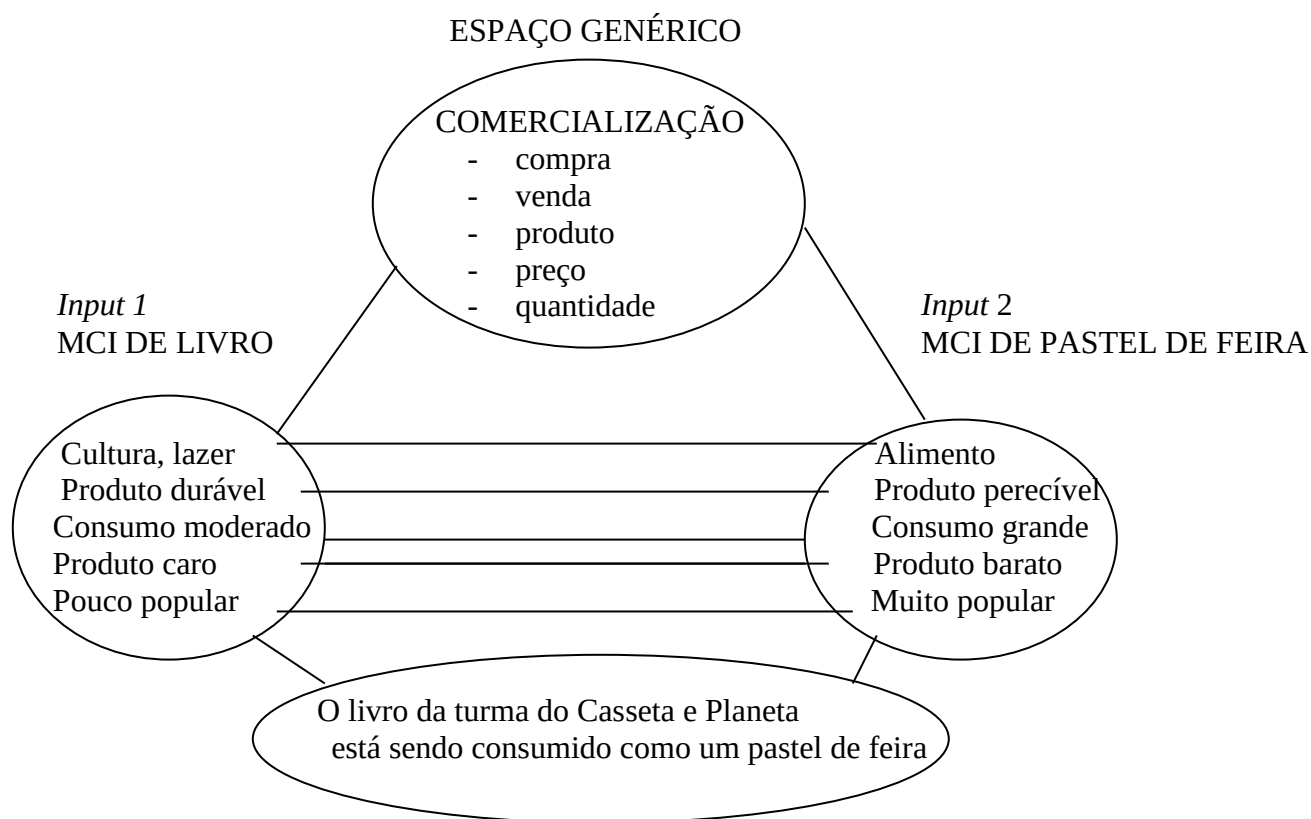


Diagrama 2: formalização da construção comparativa hiperbólica

Esta construção institui dois domínios-fontes, o primeiro domínio evoca o MCI de livro e o segundo o MCI de pastel de feira. Estes dois domínios projetam-se um no outro, em termos de relações vitais de identidade, analogia, desanalogia, unicidade e integram-se, mais uma vez, em um espaço de caráter mais abstrato, que é o espaço de homologia entre eles. No caso da construção apresentada, nesse espaço encontramos o MCI de COMERCIALIZAÇÃO. Novamente, ocorre uma nova projeção, em que todos os domínios são projetados para a mescla. O resultado da mescla pode ser compreendido, por meio da metáfora comparativa “O livro da turma do Casseta e Planeta está sendo consumido como pastel de feira”. Esta metáfora pode ser classificada como uma METÁFORA CONCEPTUAL COMPARATIVA (FERNANDINO, 2003).

Vale ressaltar ainda que na construção apresentada “o pastel de feira” atua como uma metonímia (parte pelo todo) como um ícone, referenciando produtos populares, altamente consumidos.

Quanto à TIPOLOGIA da mescla, Fauconnier & Turner (2002) também identificaram alguns tipos: **mescla em espelho**, **mescla simplíssima**, **mescla de único escopo**, **mescla de duplo escopo** e **mescla múltiplo escopo**. Sendo assim, abordaremos, de forma bem concisa, os tipos de mesclas identificadas pelos autores.

Iniciaremos pela **mescla simplíssima** ou **rede simplíssima**. Na rede simplíssima, a parte relevante de um dos domínios é projetada com seus **papéis**, e os elementos são projetados para outro *input* como **valores** daqueles papéis dentro da mescla. A mescla integra o *frame* e os valores de um modo muito simples. O domínio em um dos *inputs* é compatível com os elementos do outro. Nesse tipo de rede, não há confronto entre os *inputs*.

A **rede ou mescla em espelho** é uma integração de rede em que todos os espaços (*inputs*, genéricos e mescla) compartilham um mesmo domínio organizado. Esse tipo de rede pode integrar muitos espaços diferentes, contanto que eles compartilhem o mesmo domínio organizado. Um domínio organizado sustenta um cenário de relações organizadas entre os elementos no espaço, o que torna mais fácil a correspondência entre os elementos desses espaços.

A **rede ou mescla de escopo único** apresenta dois espaços *inputs* com diferentes domínios organizados, em que um desses espaços é projetado para organizar a mescla. Sua propriedade definida é o que organiza o domínio da mescla, que é uma extensão do *frame* organizado de um dos *inputs*, mas não do outro. As extensões metafóricas são um claro exemplo desse tipo de mescla ou rede, uma vez que as metáforas apresentam um domínio fonte que estrutura um domínio alvo em termos do domínio fonte. Nesse tipo de rede, como os *inputs* apresentam sempre domínios diferentes, há um choque conceptual visível entre os *inputs*.

A **rede ou mescla de duplo escopo** apresenta *inputs* com diferentes domínios organizados; também apresenta um domínio organizado para a mescla que inclui partes de cada um dos domínios e tem sua própria estrutura emergente. Em tais redes, ambos os domínios organizados fazem contribuições relevantes para a mescla, e suas diferenças compartilhadas oferecem a possibilidade de uma rica colisão entre os *inputs* na mescla. Essas

colisões ou choques entre os domínios não impossibilitam a construção da rede, ao contrário, tais choques oferecem um intrigante desafio para a imaginação, produzindo, de fato, a criatividade humana.

Fauconnier & Turner (2002) acreditam que é justamente o surgimento desse tipo de rede, a **rede de duplo escopo**, com o contínuo desenvolvimento da capacidade de mesclagem, que possibilitou o desencadeamento da especificidade da cognição humana que, por sua vez, acelerou, em pouco tempo, a extraordinária evolução da espécie humana.

A rede ou mescla de múltiplo escopo define-se pela possibilidade de manifestar mais de um espaço genérico. Nesse tipo de rede, vários *inputs* são projetados em paralelo, ou eles podem ser projetados sucessivamente dentro de mesclas intermediárias, que servem elas próprias como *inputs* para mesclas complexas.

Nesse enquadre, entende-se que a linguagem e também outros tipos de organizações simbólicas tais como, a arte, a ciência, a religião, a política e etc, surgiram graças ao advento da capacidade humana de integração conceptual, ou melhor, foi a capacidade humana de colocar “duas coisas juntas” que abriu as portas para a evolução da espécie humana. Assim, os processos de mesclagem são a resposta não só para a questão da criatividade humana, mas também para o enigma da evolução espantosamente meteórica da espécie humana.

2.4.3.1. A teoria da mesclagem e a teoria da metáfora

Recentemente a literatura lingüística tem feito importantes considerações sobre as diferenças e similaridades entre a Teoria Conceptual da Metáfora formulada por Lakoff & Johnson (1987) e a Teoria Conceptual da Mesclagem cunhada por Fauconnier (1997).

Nos termos de Silva (2003), essa nova teoria, i.e., a teoria da mesclagem não é incompatível com a teoria conceptual da metáfora. Na verdade, estas duas abordagens podem ser vistas como complementares, uma vez que compartilham diversos aspectos conceituais, tais como: para ambas as teorias, a metáfora é um mecanismo conceptual e não simplesmente um mecanismo lingüístico; ambas implicam operação sobre projeções sistemáticas de linguagem, imagens e estrutura inferencial entre domínios conceptuais; ambas reconhecem condições e limites nessas projeções.

Além desses pontos de contato, Silva (2003), seguindo a tendência do debate travado no cenário da Semântica Cognitiva, aponta possíveis distinções significativas entre essas duas teorias. Primeiro, a teoria conceptual da metáfora postula projeções entre pares de representações mentais, enquanto a teoria da integração conceptual (ou teoria da mesclagem) permite projeções entre mais do que duas representações mentais ou domínios mentais. Segundo, a teoria conceptual da metáfora concebe a metáfora como um fenômeno direcional, linear, já a teoria da mesclagem nega essa unidirecionalidade e postula a multiplicidade direcional de domínios. Terceiro, a teoria da mesclagem refere-se a novas conceptualizações que podem ser temporárias, o que significa um avanço substancial na natureza dinâmica dos processos de significação e ressignificação.

O autor conclui que o caráter complementar estabelecido entre essas duas abordagens teóricas reside no fato de que as relações interdomínios reconhecidas pela teoria conceptual da metáfora condicionaram e modelaram o processo mais complexo de integração conceptual. A teoria da mesclagem é uma teoria mais ampla que a teoria da metáfora conceptual.

2.4.4. A noção de construção e a questão da integração entre forma e sentido

Contrapondo-se fortemente à tradição formalista sustentada pela crença na suficiência do significante e no trato da forma como o objeto estrito de análise, a Lingüística Cognitiva, representada por nomes como Fillmore, 1976; Lakoff, 1987; Fillmore e Kay, 1988; Goldberg, 1995, Mandelblit, 1997; Fauconnier & Turner, 2002; Jackendoff, 2002, no contexto internacional; e Salomão, 2002; Miranda, 2000, 2003, 2006, no cenário nacional, vem revisitando a noção de **Construção** com o intuito de responder à questão da integração conceptual e da composicionalidade. Essa noção vem ganhando relevo no cenário dos estudos lingüísticos graças ao trato integrador que confere à estrutura conceptual e formal na linguagem. Nesse enquadre, é vista como fundamental ao avanço do Programa Sociocognitivo, no sentido de garantir-lhe um estatuto mais consistente no encalce de uma **Lingüística Cognitiva** em lugar de um restrito modelo de Semântica Cognitiva. Nos termos de Salomão (2006), o estatuto da nomeada Lingüística Cognitiva, é, de fato, o de uma Semântica Cognitiva ainda incipiente. Um caminho teórico possível na direção de uma

Linguística Cognitiva, capaz de propor um modelo de Gramática e não apenas um modelo semântico, seria, pois, a efetiva consideração das Teorias da Gramática das Construções.

A construção, uma unidade básica e singular da língua, é definida nos termos de Lakoff (1987, p.467), como “*um par forma-sentido (F, S), onde F é um conjunto de condições da forma sintática e fonológica e S é um conjunto de condições de significado e uso*”. Ao romper com a hipótese gerativista, que distingue radicalmente léxico e gramática, a Teoria da Gramática das Construções (Goldberg, 1995) desenha tais componentes como um contínuo de representações linguísticas. As estruturas gramaticais, assim como os itens lexicais, são vistos, nessa abordagem, como pares de forma e sentido, que se diferenciam, apenas, em nível de complexidade. Nesse sentido, lexemas e morfemas são elementos integrados da descrição de uma língua como construções mais elementares, e sentenças como, construções mais complexas.

Desse modo, ao contrário do que defendem os gerativistas, não são as regras e restrições as responsáveis pela criatividade da linguagem, mas sim as construções. Nessa perspectiva, as construções passam a ser entendidas como unidades básicas das línguas, que vão representar uma inovação no campo dos estudos linguísticos. Assim, a agenda investigativa se desloca da busca por regras e restrições, passando para o levantamento do repertório de construções de cada língua. Enfim, cabe ao linguista, em uma abordagem construcional, a tarefa de identificar e especificar todas as construções de uma língua, em suas múltiplas conexões em redes, além de especificar seu padrão genérico e identificar as condições de uso de cada uma dessas construções.

Nas subseções seguintes, pretendemos abordar, de modo sucinto, os importantes estudos referentes à Gramática das Construções, quais sejam, o trabalho de Goldberg (1995), a abordagem multidirecional de Mandelblit (1997) e a proposta inovadora de Östman (2005) e Miranda (2000; 2006), que defendem a extensão da teoria da GC ao nível do discurso.

2.4.4.1 A Gramática das Construções na perspectiva de Goldberg

Adele Goldberg (1995) desenvolveu um estudo sobre a Teoria da Gramática das Construções, no qual elegeu como objeto de análise a variação de valência na língua inglesa. Orientada por George Lakoff, a autora defende como tese central de sua investigação,

intitulada como *Construction: a construction grammar approach to argument structure*, que as sentenças básicas de uma língua são correspondências entre forma e significado, que existem independentemente dos verbos particulares que as instanciam, i.e., as construções em si possuem significados, independentemente das palavras das sentenças que as constituem (GOLDBERG, 1995, p. 01).

Nessa esteira, a autora (1995, p.04) assevera que as construções são concebidas como unidades básicas da linguagem e podem ser definidas nos seguintes termos: “C é uma construção se C é um par forma/sentido <Fi, Si> de forma que algum aspecto de Fi ou algum aspecto de Si não seja estritamente preditível das partes componentes da construção ou de outras construções previamente estabelecidas”.

Portanto, uma construção, na visão de Goldberg (1995), implica a associação de uma estrutura argumental básica e de uma cena dinâmica, básica à experiência humana. Sendo assim, a estrutura argumental de uma construção apresenta os seguintes elementos formais: (i) um **verbo** que auxilia a definição dos papéis dos participantes e que, por meio de sua valência, focaliza ações específicas dentro de uma cena humanamente relevante; (ii) uma **construção** que se caracteriza como um esquema sintático cindido por um padrão oracional básico, porém lexicalmente aberto, e uma estrutura argumental que encerra em si cenas cognitivamente básicas.

A associação desses dois elementos formais, de acordo com a autora, não ocorre de forma desordenada, mas sim por meio de uma operação denominada de FUSÃO (GOLDBERG, 1995, p. 50). Tal fusão obedece a dois princípios básicos:

- I. **Princípio da coerência semântica:** só é possível fundir papéis semanticamente compatíveis;
- II. **Princípio da correspondência:** cada participante previsto lexicalmente deve fundir-se com uma função gramatical.

A formalização esquemática dessa associação entre verbo e construção, é proposta pela autora nos seguintes termos:

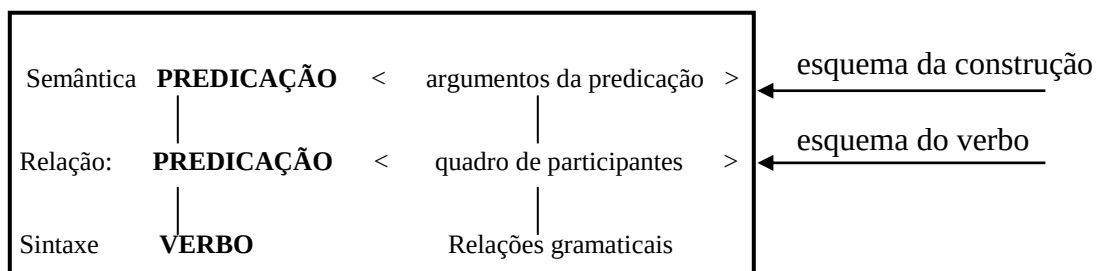


Diagrama 3: Fusão abstrata dos esquemas verbo e construção

A autora identifica cinco tipos de construções argumentais básicas da língua inglesa. Dentre elas, a construção de movimento causado (X causar y mover Z): *Kaká lançou a bola para Ronaldo*, que apresentamos como um exemplo ilustrativo a seguir:

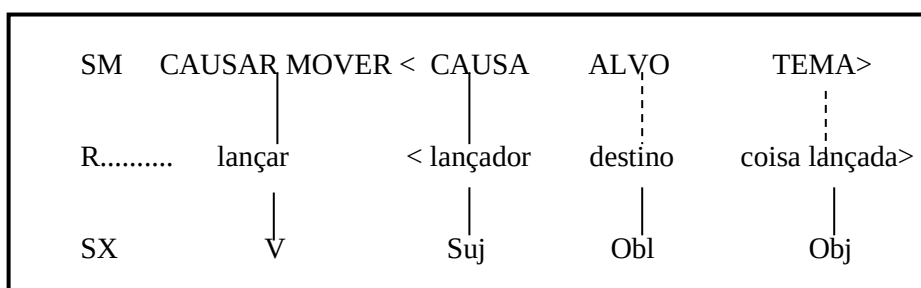


Diagrama 4: Fusão da construção de movimento causado

Nesta construção, temos a semântica CAUSAR MOVER <causa alvo tema>. Percebemos, através do diagrama acima, que esta construção estabelece uma relação entre os seus papéis argumentais e o padrão sintático determinado pelo verbo, que corresponde às relações gramaticais de (Suj V Obl Obj). As relações gramaticais se fundem aos papéis dos participantes oferecidos pela valência do verbo **lançar**: Kaká (*lançador*), Ronaldo (*destino*) e a bola (*coisa lançada*).

Na abordagem construcional, o verbo não tem o papel de determinar sozinho a configuração sintática da sentença. Na verdade, a valência dos verbos interage com esquemas gramaticais mais abstratos, de modo que verbo e construção se inter-relacionam para instanciar as sentenças que, uma vez distintas na forma, serão também distintas quanto ao sentido que irão evocar. Nesses termos, a integração verbo-construção se dá, como vimos, a partir da análise das combinações particulares de *papéis* que designam cenas humanamente relevantes e

que são associadas com a *construção de estrutura argumental*. A natureza do significado verbal é descrita em termos de papéis dos participantes que se distinguem dos papéis associados à construção.

Goldberg também ressalta a extraordinária capacidade de reiteração manifesta por essas construções. Essa capacidade ocorre mediante a existência de dois princípios básicos que são a **motivação** e a **herança**. Nesse enquadre, as construções são organizadas em rede por relações de herança motivadora de outras construções (A motiva B que, por sua vez, é herdeira de A). Esses princípios possibilitam a explicação não só de construções centrais de uma língua, mas também de construções tidas como periféricas.

A autora aponta ainda possíveis elos de conexões (*links*) entre as construções de uma língua (Goldberg 1995, p. 74-81), identificando quatro tipos desses elos:

- **Elo por Polissemia (Lp):** captura a natureza da relação semântica entre um sentido particular de uma construção e qualquer extensão de sentido. As extensões herdaram as especificações sintáticas da construção central;
- **Elo por Subpartes (Ls):** ocorre quando uma construção é subparte de outra construção, existindo independentemente. Caracteriza-se também pela redução de valência do verbo;
- **Elo por instanciamento (Li):** é postulado quando uma construção particular é um caso especial de outra construção, ou seja, motivada por outra construção. Neste elo, pode haver ocorrência de múltipla herança sintática e semântica associada a outras construções;
- **Elo por Extensão Metafórica (Lm):** define que duas construções são relacionadas metaforicamente se a semântica da construção dominante for mapeada na semântica da construção dominada. É no sentido central da construção que está o domínio fonte da extensão metafórica.

Recentemente, essa tipologia vem sofrendo algumas críticas: Miranda (2004) observou que a condição da polissemia, como um efeito de processos integradores, melhor qualifica a natureza de uma rede do que explica as conexões nela apresentadas; Salomão (2004), na mesma direção, argumenta que as conexões “por subparte” correspondem, na verdade, a projeções metonímicas (PULHIESE, 2004).

Goldberg aponta para a possibilidade de existirem relações de Herança Múltipla, ou seja, casos em que uma construção pode ser motivada por mais de um vínculo. Suas análises, no entanto, não contemplam tal caso. Também destaca que as relações entre as construções

ocorrem mediante quatro princípios psicológicos relevantes para a organização da linguagem, quais sejam:

- **Princípio da Motivação Maximizada:** Se uma construção A se relaciona sintaticamente com uma construção B, então o sistema da construção A é também semanticamente motivado pelo sistema da construção B;
- **Princípio da Não-sinonímia:** Se duas construções são sintaticamente distintas, elas serão semântica ou pragmaticamente distintas;
- **Corolário A:** Se duas construções são sintaticamente distintas e semanticamente sinônimas, então elas são pragmaticamente distintas.
- **Corolário B:** Se duas construções são sintaticamente distintas e pragmaticamente sinônimas, então elas são semanticamente distintas.
- **Princípio da Expressividade Maximizada:** O repertório de construções é maximizado procurando atender às necessidades comunicativas;
- **Princípio da Economia Maximizada:** O repertório de construções não excederá as necessidades comunicativas (GOLDBERG, 1995, p. 67-68).

Mediante esses princípios, pode-se constatar que qualquer mudança na forma implica uma mudança na significação.

Salomão (2002) destaca, outro ponto relevante a respeito da GC, qual seja, o de que as construções divergem apenas no caráter de sua especificação formal interna. Nesse sentido, pode-se afirmar que há construções inteiramente abertas (não cristalizadas), há construções parcialmente especificadas ou semi-abertas (parcialmente cristalizadas) e há construções inteiramente especificadas (totalmente cristalizadas). Como exemplo do primeiro caso, podemos citar as Construções Sujeito-predicado (Maria comprou um livro); como exemplo do segundo caso, temos as Construções Condicionais Universais (Quem quer conforto, dorme em casa); como exemplos do último caso, citamos as Construções Proverbiais (Quem não chora, não mama).

2.4.4.2. Uma visão multidirecional para a Gramática das Construções

Uma importante contribuição para a teoria da Gramática das Construções surge com a tese de Nili Mandelblit (1997). Sua proposta reside na associação do modelo de Gramática das Construções posto por Goldberg (1995) com as redes de integração conceptual concebidas por Fauconnier (1994, 1997) e Fauconnier & Turner (2002).

A grande contribuição de Mandelblit à teoria da Gramática das Construções está na substituição do processo de FUSÃO proposto por Goldberg pelo processo de MESCLAGEM (cf. seção 2.4.4), nos termos de Fauconnier & Turner (2002). Nessa esteira, a autora abre espaço para a contribuição da Teoria dos Espaços Mentais (cf. seção 2.4.2) no âmbito da teoria da GC.

A abordagem de Mandelblit rompe com o caráter linear e estrutural posto pelo processo de fusão, e instaura uma nova perspectiva, mais consistente com os princípios da Linguística Cognitiva, ao propor um processo analítico, capaz de realçar o caráter mais dinâmico e multidirecional dos processos de integração conceptual.

Em sua investigação, a autora revisita as construções analisadas por Goldberg, especialmente a construção de movimento-causado, fazendo uso, inclusive, dos exemplos que a autora apresentou em sua tese de doutorado. Assim como Goldberg, Mandelblit postula que a estrutura sintática da construção de movimento-causado (Suj V Obj Obl) tem um significado independente de seus itens lexicais particulares, os quais instanciam a construção, o que implica a afirmativa de que a construção como um todo é que faz com que o enunciado tenha sentido e não os seus itens lexicais isolados.

A autora busca em sua investigação uma explicação para o fenômeno recorrente em língua inglesa da alteração de valência de alguns verbos. Como exemplo, a autora cita o verbo espirrar (*sneeze*), que no contexto da frase: “*Frank espirrou o guardanapo para fora da mesa*” (exemplo retirado de Goldberg, p.09), sofre uma mudança em sua valência, passando de um predador de um lugar para um predador de três lugares. Dessa forma, a autora observa a existência de vários verbos que, mesmo não sendo prototipicamente verbos de construções de movimento-causado, podem se apresentar como tal, em contextos específicos.

Na tentativa de explicar esse intrigante fenômeno, a autora propõe o processo de mesclagem, conforme Fauconnier & Turner (2002), defendendo a hipótese de que, nesses casos, haveria uma mescla (*blending*) entre instâncias prototípicas do movimento-causado e seqüências de eventos de movimento-causado originais. Dessa forma, no *input 1*, teríamos a

seqüência de eventos “causal” concebido no mundo, e no *input 2*, a representação esquemática do evento do movimento-causado. No domínio mescla, teríamos uma extensão do uso prototípico desta construção. A autora destaca que a mescla é uma representação abstrata da construção do movimento-causado e o evento concebido de movimento-causado, ou seja, o *input 2* não representa uma sentença concreta da língua, mas um esquema abstrato capaz de recobrir todas as instâncias da construção.

Com o intuito de ilustrar a proposta de Mandelblit, recorremos a uma construção transitiva básica da língua portuguesa, formalizando o processo de mesclagem, seguindo a proposta da autora para uma construção básica do Inglês:

Exemplo: Davi comeu o bolo

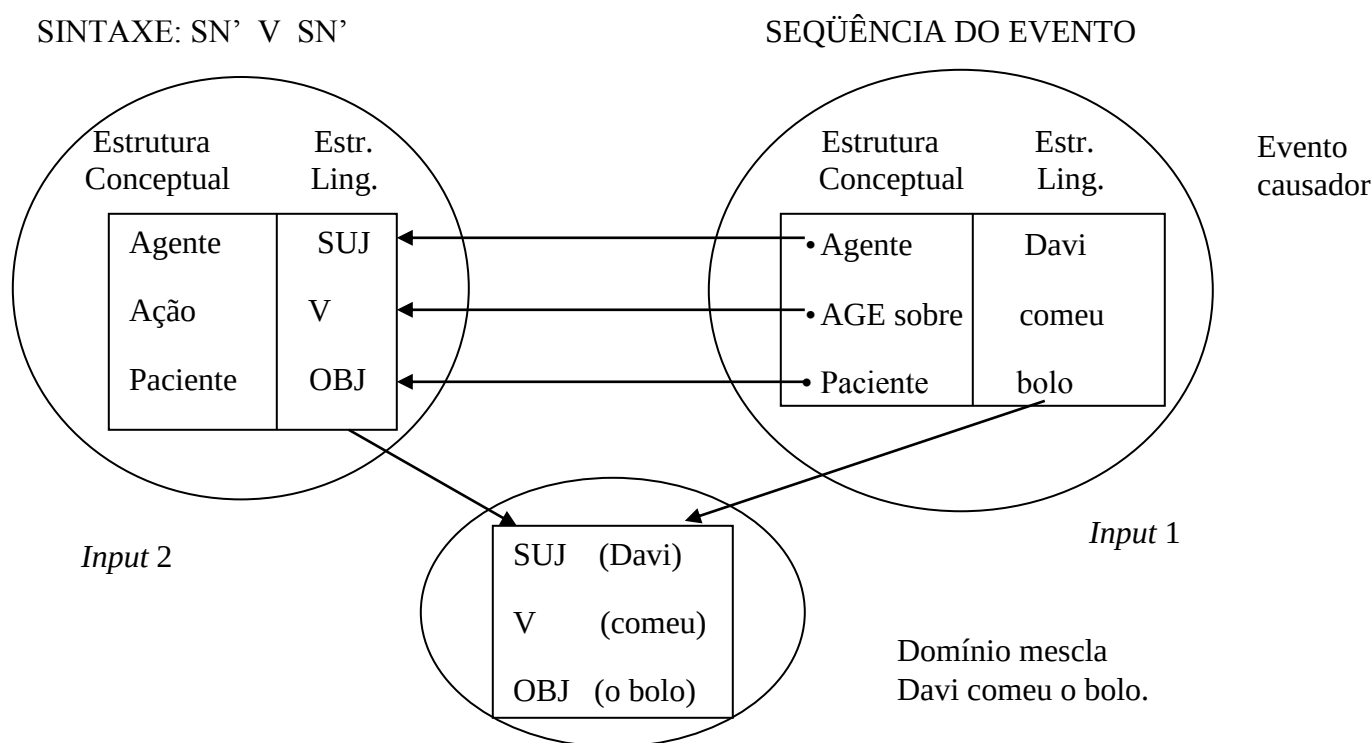


Diagrama 5: Construção transitiva básica

No *input 1*, temos um evento concebido no mundo, numa forma esquemática: existe um agente (Davi) que age sobre um paciente (o bolo). Os participantes desta cena têm um papel

semântico genérico (agente, paciente, agir sobre) que pode ser preenchido por itens lexicais da língua, como Davi comeu o bolo.

No *input* 2, temos a Construção Transitiva Básica do Português esquematizada, na qual a forma sintática é associada à forma semântica correspondente.

Há um mapeamento entre as contrapartes correspondentes dos dois domínios. Através da associação desses dois domínios, temos a mescla que revela a construção sintática do Português do Brasil em que o agente é associado a Davi no evento concebido no mundo e, sintaticamente, desempenha a função de sujeito. O mesmo se dá com os demais itens da sentença (*comer e bolo*).

Mandelblit destaca que o processo de mesclagem pode ser aplicado tanto às sentenças básicas, mais simples da língua, como também às mais complexas.

2.4.4.3. A Gramática das Construções no domínio do discurso

Östman (2005) e Miranda (2000; 2006), em seus estudos sobre a GC, reivindicam a necessidade de se estenderem os postulados dessa teoria ao domínio do discurso. O principal argumento apresentado é de que padrões⁴ discursivos são convencionalizações de propriedades lingüísticas, nos mesmos termos que o são os padrões gramaticais. Assim, apontam para o reconhecimento do discurso como uma rede de construções, como sistema simbólico. Nessa perspectiva, defendem que os pressupostos da GC podem ser, perfeitamente, estendidos aos fenômenos do discurso, o que nos permitiria explicar estruturas e processos discursivos de um modo mais sistemático.

A partir desse pleito, Östman (2005, p.126) anuncia quatro argumentos que justificariam a necessidade de se estender a GC para além da sentença, i.e, para o domínio do discurso: (i) o discurso é convencionalizado; (ii) o discurso e a sintaxe não se opõem, antes, se complementam; (iii) aceitabilidade e convencionalidade são relativas ao contexto; (iv) a GC precisa reconhecer a utilidade de molduras holísticas como os gêneros.

⁴ No contexto da GC, padrões resultam da convencionalização de uso e não de esquemas inatos ou biológicos. Quanto mais convencionalizado ou cristalizado for um padrão, maior o seu grau de vagueza semântica.

Para Östman, o único fator capaz de explicar a submissão da GC às fronteiras da sentença é a tradição, pois, não há, nos termos do autor, nenhuma razão de base ontológica, metodológica ou cognitiva para a aceitação de que morfemas, palavras, sentenças possam ser associados a construções e de que unidades discursivas, como os gêneros, não o possam. A possibilidade de se estender a GC ao domínio do discurso é justificada ainda pela exigência geral de economia de hipótese, formulada pelo programa sociocognitivista, na conceptualização e na categorização dos múltiplos níveis da linguagem. Para Östman e Miranda, este audacioso passo é essencial para a proposta de capturar generalizações sobre a linguagem.

Partindo, portanto, da afirmação de que a convencionalização de propriedades lingüísticas específicas não estaria restrita ao domínio da gramática, os autores destacam a necessidade de se reconhecerem os gêneros como padrões discursivos, i.e., como construções emparelhadas de forma e modos de significação semântico-pragmática. Tais padrões holísticos, sinalizando os limites de cada situação discursiva restringiriam as possibilidades de interpretação de determinadas estruturas e palavras.

Nessa direção, a proposta de Östman consiste na associação dos constructos da CG com noções formuladas pelas teorias de gêneros, tais como **tipo de texto e gênero**. Investigando como essas noções interagem como o nosso conhecimento gramatical, sugere que o padrão discursivo, do mesmo modo que as construções no nível da sentença, representa o pareamento de forma, sentido e função de um texto/discurso dentro de uma ‘construção/padrão’ (aspas do autor). Em decorrência disso, confere à noção de ‘padrão de discurso’ o estatuto de entidade abstrata e cognitiva, nos mesmos termos da noção de construção.

Reconhecendo a complexidade das noções de gênero e tipo de texto, o autor anuncia a definição adotada em seu estudo, para tais constructos. Östman concebe o **gênero** como um evento comunicativo, no qual as pessoas se engajam para realizar diferentes propósitos: receitas, obituários, conversação na mesa do jantar, etc. Já os **tipos textuais** são definidos em relação ao estilo de organização seqüencial apresentado pelas sentenças como partes de um discurso e apresentam a seguinte tipologia: argumentativo, narrativo, instrutivo, expositivo e descritivo. O tipo textual narrativo se caracteriza, prototipicamente, por apresentar unidades que serão seqüencialmente ordenadas, de modo a corresponder à ordem em que os eventos apresentados na narrativa tomam lugar na ‘vida real’ (aspas do autor).

Na visão da GC, conforme Östman, tipo de texto e gênero podem ser associados, respectivamente, à forma e função no nível da sentença e seriam mediados através das construções. Assim, o padrão discursivo é concebido como associações convencionalizadas entre tipo de texto e gênero. O autor postula, então, que a conceptualização, no nível do discurso, toma lugar primeiramente em termos de padrões de discurso, antes que em termos de gêneros e tipos de texto.

A sua proposta é de que tais padrões de discursos definidores da coerência dos gêneros, em geral, constituem um instrumento adicional no entendimento e uso dos textos. Östman afirma também que, se os padrões de discursos estão diretamente associados com a coerência, em termos de entendimento, a similaridade em padrões discursivos implicaria similaridade na maneira de compreender, cognitivamente, e similaridade no modo como percebemos e processamos o texto. Nesse sentido, discute que um conjunto de similaridades entre os padrões pode ser visto como mecanismos de herança entre os mesmos.

Para Östman, portanto, o que concebemos sobre a coerência de um texto/discurso é apoiado em um tipo de entendimento holístico, cognitivo, de que dispomos sobre o modo de categorizar aquele texto/discurso e de enquadrá-lo em um *frame* de entendimento, i.e., em **padrões discursivos**.

Em termos similares aos propostos por Östman (2005), Miranda (2000; 2006) vem defendendo a hipótese de equacionamento entre o conceito de gênero textual/discursivo e a noção de construção. É nesse viés que o presente trabalho se integra ao programa investigativo da GC na constituição do léxico e no discurso proposto pela pesquisadora. Para Miranda, os gêneros são como signos, i.e, como unidades lingüísticas sistematizadas e convencionalizadas. Assim, o conceito de signo se emparelha com o de construção, concebida como unidade simbólica, instituída de um pareamento de forma e modos de significação semântico-pragmáticos. Nessa perspectiva, advoga que cabe à Lingüística Cognitiva buscar um conjunto limitado de noções, princípios e instrumentos de análises capazes de explicar, em termos homólogos, fenômenos de linguagem em diferentes níveis: léxico, gramática, texto, discurso.

2.5. O léxico como uma rede de padrões construcionais

Conforme anunciado (seção 2.4.4), uma das hipóteses caras à Lingüística Cognitiva e, em especial, à GC, é o princípio da continuidade essencial entre léxico, gramática e, nos termos da proposição firmada por Östman (2005) e Miranda (2000, 2006) discurso. Ancorado nesse pressuposto, o conceito de **CONSTRUÇÃO**, revisitado por esta proposta, pode aplicar-se igualmente, portanto, ao campo da palavra, enquanto unidade morfológica, ao campo das construções frasais e ao campo do discurso. Tal ruptura de fronteiras representa, é certo, dentro de uma teoria que tem como constructo central o princípio da projeção, das redes de integrações conceptuais e formais, um avanço teórico substancial. De fato, conforme já afirmado, o conceito de construções é constructo teórico fundamental à passagem de uma teoria semântica a uma Lingüística Cognitiva, já que consegue, de modo promissor, articular significação e forma nos definidos estratos lingüísticos.

É nessa direção que a Hipótese da Arquitetura em Paralelo (JACKENDOFF, 2002), em significativa sintonia com alguns postulados da GC e, rompendo, de forma espetacular, com o sintatocentrismo gerativista, vai avançar, propondo uma revisão radical do conceito de léxico. É neste novo olhar sobre o léxico que se constitui como ponto de grande interesse para o presente estudo.

Contranpondo-se à visão sintatocêntrica da hipótese gerativa que dá à sintaxe o *status* de única fonte geradora da gramática, a Hipótese da Arquitetura Paralela (JACKENDOFF, 2002) postula a existência de múltiplas fontes geradoras da gramática, as quais se configurariam por um conjunto de subcomponentes lingüísticos (fonológico, sintático e semântico-conceptual) e funcionariam de modo paralelo, combinando-se de tal modo a forjar um dado item lexical (diagrama 6). Nesse enquadre, o autor propõe uma estrutura tripartite, denominada por ele de a *Gramática*, a qual prevê uma interação entre seus subcomponentes e a postulação de componentes de interface. Deste modo, enquanto o léxico se encontraria na interface do específico lingüístico, os componentes semânticos e fonológicos teriam interface com o sintático.

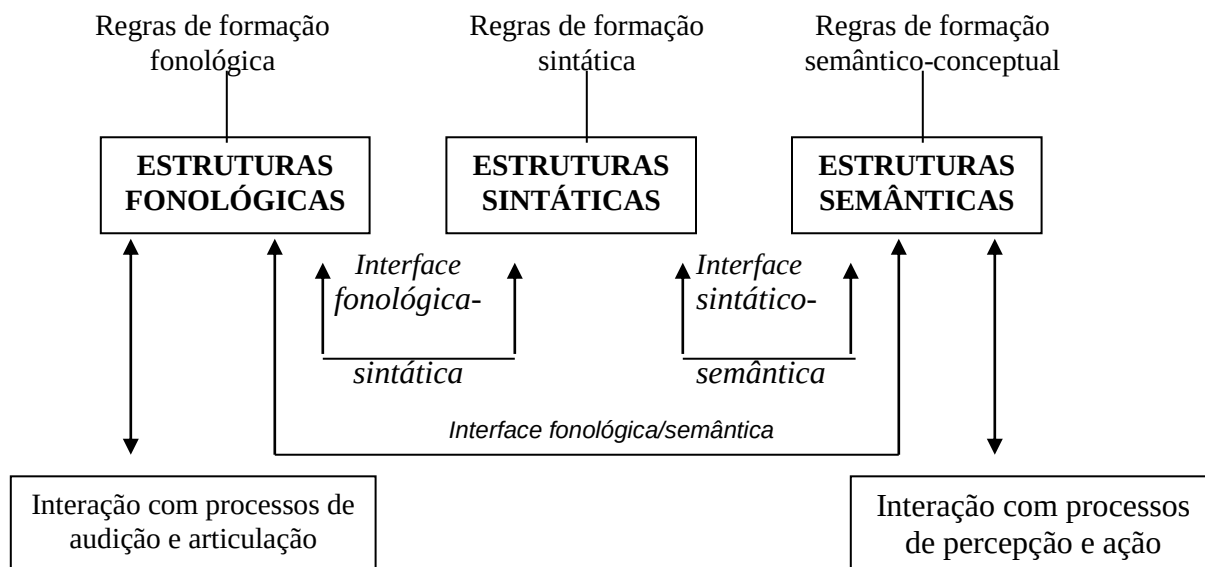


Diagrama 6⁵: Modelo paralelo tripartite (JACKENDOFF, 2002, p. 125)

O autor explica através do diagrama, a escala de organização da interação entre a fonologia, a sintaxe e a semântica, bem como o claro papel da sintaxe na arquitetura paralela que, embora esteja no centro da figura, é apenas um dos três componentes gerativos da gramática e não o mais importante. Neste modelo proposto, o léxico é visto, portanto, como **o componente de interface do específico lingüístico e o espaço de armazenamento de todo conhecimento lingüístico na Memória de Longo Termo (MLT).**

É sabido que o léxico foi concebido de diferentes modos, dentro do percurso formalista. Primeiramente, é visto como o estoque total de morfemas de uma língua, na perspectiva bloomfieldiana. Em seguida, na visão chomskiana, passa a ser definido como o lugar das idiossincrasias. Finalmente, com o advento da Hipótese Lexicalista, ganha o *status* de domínio do conhecimento. Entretanto, essa hipótese concebe o conhecimento em termos algoritmos, i.e., o conhecimento é definido por fórmulas matemáticas que implicam previsibilidade e transparência, aprisionando o sentido. De qualquer forma, a afirmação de que o léxico é o espaço ou domínio de conhecimento, mesmo que governado por princípios e regras, já se constitui como um significativo avanço teórico.

⁵ Tradução retirada de Carmo (2005, p. 56).

A Hipótese de Arquitetura em Paralelo vai romper com parte dessa visão e propor uma nova maneira de conceber o léxico. Nessa proposta, o léxico deixa de ser entendido como uma lista de palavras e, nos termos da tradição da Hipótese Lexicalista, é compreendido como conhecimento que os falantes possuem de sua própria língua.

Jackendoff começa por desfazer o uso cambiável entre os termos *palavra* e *item lexical*, comum nas abordagens lexicalistas. Tal uso teria raízes não só na tradição lingüística, como também na tradição filosófica e na concepção popular de palavra, o que a torna como o único elemento passível de memorização. Nessa direção, o autor vai postular usos distintos para os termos item lexical e palavra. O primeiro refere-se, exclusivamente, aos itens armazenados no léxico, i.e., na memória de longo-termo (MLT). O segundo termo, por sua vez, está associado à noção gramatical de palavra, em termos de categoria e função. Esta diferenciação entre os termos item lexical e palavra é de crucial relevância para a sua nova proposta de léxico, pois, desse modo, o autor pode propor a existência de itens lexicais menores que palavra (morfemas) e itens lexicais maiores que palavra (expressões, construções frasais e discursivas). Assim, ele defende que itens lexicais representam tudo aquilo que podemos memorizar. Nesse sentido, o termo “piano” é concebido como um item lexical simples e a extraordinária obra de Camões, *Os Lusíadas*, desde que memorizada, é também um item lexical complexo, já que ambos estão armazenados no léxico. A grande diferença entre esses dois itens lexicais, segundo Jackendoff (2002), é que o primeiro, provavelmente, está na mente de todos os falantes da língua portuguesa, enquanto o segundo poderá estar apenas na mente de alguns poucos privilegiados de nossa língua.

Posto isso, destaca que longos textos podem ser construídos *on-line*, mas não necessitam ser. E que não podemos prever, antecipadamente, quais partes do discurso de um falante são construídas *on-line*; só podemos prever que ele pode construí-las, caso, ainda, não as tenha memorizado.

Esse novo olhar sobre o léxico e, principalmente, esse modo inovador de conceber o termo “item lexical” como item estocado na memória de longo-termo (MLT) implica as seguintes premissas básicas, formuladas por Jackendoff (2002, p. 154) e postas por Salomão (2005, p.13), nos termos seguintes:

- (i) Os itens lexicais podem ser maiores ou menores que as palavras: afixos (x-ista); expressões idiomáticas (chutar o balde), fórmulas interacionais (tudo jóia); marcadores discursivos (por falar nisso).
- (ii) Nem todas as palavras gramaticais são itens lexicais: palavras gramaticais que fazem parte de expressões idiomáticas poderão ou não ser consideradas como itens lexicais.
- (iii) Existem itens lexicais complexos e “defectivos” sem substância fonológica (sujeito nulo, anáforas zero, padrões sintáticos, etc) e/ou semântica (expressões idiomáticas), cuja realização composicional não tem sentido, padrões sintáticos (SN AUX SV).
- (iv) Muito do que é denominado como “regras de gramática” é, de fato, um item lexical, como os padrões sintáticos (SN V SV) ou mesmo as construções morfológicas como (V + nte), (N + ista).
- (v) A Gramática Universal (GU) pode ser formulada como um conjunto de itens lexicais abstratos que insemnam o processo de aprendizagem.

Em seu diálogo com o conceito de **construção** e mesmo com a teoria GC, a Hipótese da Arquitetura em paralelo vai trazer contribuições relevantes. Jackendoff anuncia que construções são itens lexicais que combinam palavras comuns de acordo com procedimentos também comuns. Destaca que Goldberg (1995) e Langacker (1987, 1992), em suas versões de Gramática das Construções, reivindicam que toda estrutura sintática é o pareamento de forma-sentido, e por isso inerentemente significativa; já Filmore e Kay (1993) são mais agnósticos no significado das construções, destaca o autor. A alternativa de Jackendoff (2002), nesse território, é pensar que nem toda configuração sintática é inerentemente significativa, que a relação entre forma e sentido é, freqüentemente, mais flexível do que os especialistas citados acima imaginam. Por exemplo, nem sempre o significado completo vem da construção, às vezes, o sentido é evocado pelo verbo ou pelo nome e a construção está ali apenas para ser preenchida.

Para o lingüista, esta nova visão sobre construções, ou seja, a idéia de que construções são itens lexicais, sugere uma alternativa possível no trato das construções. Em outras palavras, o autor propõe **uma abordagem mais ampla na concepção de construções**. Ele

interroga, já que há construções defectivas em relação à fonologia, por que não poderia haver construções que apresentam uma dupla falha, ou seja, construções defectivas em termos fonológicos e semânticos? Tais construções poderiam ser, portanto, regras de estrutura de sintagma. Dessa forma, o autor acaba por generalizar a noção de construção.

Em relação, ainda, ao modelo da Gramática das Construções proposto por Goldberg (1995) a noção de que as construções são herdeiras de outras construções mais básicas, geram, na abordagem, a necessidade de se estabelecerem relações de hierarquia entre essas construções. Jackendoff refuta tal idéia. Para ele, há relações de herança sim, entre as construções, mas isso não implica assumir que uma construção seja mais básica que a outra; logo, ele recusa a noção de hierarquia, mas assume a noção de herança.

2.6. Considerações finais

O longo percurso teórico traçado no presente capítulo teve como guia a questão do tratamento conferido ao “significado” pelos diferentes paradigmas lingüísticos e, em especial, pelo Programa Sociocognitivo, eleito como principal hipótese teórica do presente estudo. É certo que tal percurso poderia ter sido encurtado numa escolha discursiva de “ir direto ao ponto” i.e., ao domínio da Lingüística Cognitiva. Nossa escolha, contudo, ainda que possa parecer, aos olhos de um leitor mais iniciado, como “excessiva” (inclusive do orientador), tem a vantagem de trazer à exame o “meu” modo específico de busca e compreensão desse intrincado território que são os processos de significação.

Na busca pelo “santo graal”, ou seja, na busca pelo sentido, a Lingüística Cognitiva é, como buscaremos evidenciar em nossas análises, um modelo teoricamente superior aos que o antecederam. A Lingüística Cognitiva elege como seu fio condutor uma abordagem construcional e integradora que tenta explicar, de forma inovadora, os processos de integração de forma e sentido de um item lexical, independente do domínio ao qual pertence. Graças ao seu caráter processual, dinâmico e multidirecional, a abordagem construcional é capaz de dar conta não só dos fenômenos regulares, centrais da língua, mas também dos fenômenos tidos como “ovelha negra”, como periféricos.

A teoria da Gramática das Construções emerge, nesse cenário, como uma importante ferramenta analítica capaz de desvendar fenômenos que se diferenciam pela sua complexidade interna. Assim, postulamos a sua extensão para além dos limites da sentença como é a tese central do presente trabalho. Evidenciar que um gênero textual pode ser visto como uma construção complexa, nos termos postos pela GC, é a proposta teórico-analítica com que nos comprometemos neste estudo.

3. Reflexões em torno das teorias de gênero

As formas da língua e as formas típicas dos enunciados, isto é, os gêneros do discurso, chegam à nossa experiência e à nossa consciência em conjunto e estritamente vinculadas.
M. Bakhtin

No presente capítulo, pretendemos abordar as principais questões referentes às teorias de gênero. Sem qualquer pretensão de se esgotarem essas questões, nossa intenção é buscar, nessas teorias, possíveis contribuições e convergências com a abordagem construcional e sociocognitiva, com que nos propomos a avaliar tal fenômeno no presente estudo.

Ao nos aventurarmos por tais teorias, uma questão inquietante emerge de pronto, qual seja, a imprecisão terminológica e conceitual com que lidam as diversas correntes que se debruçam sobre o fenômeno dos gêneros. Assim é que a própria nomeação do objeto aparece como gênero de texto (gênero textual) ou como gênero do discurso (gênero discursivo), ora como equivalentes, ora como conceitualmente distintos. Há vertentes que propõem categorias como tipos textuais; outras preferem o termo seqüências textuais; termos esses às vezes equivalentes, mas às vezes em disputa; existem correntes que falam, ainda, em tipos de discurso. O que se percebe, portanto, é uma flutuação de termos empregados para a mesma categoria ou noção, o que causa, de princípio, um grande esforço de síntese, principalmente, para aqueles iniciantes nos estudos sobre esse fenômeno. Reconhecemos que este é, até certo ponto, o preço natural que distintas e ainda “jovens” abordagens de um fenômeno pagam no processo de instauração de seu corpo teórico.

No presente capítulo, buscamos lidar com essas insuficiências ou diferenças, fazendo nossas escolhas teóricas a partir da possibilidade de um diálogo com a Lingüística Cognitiva. Começando pelo termo definidor de nosso objeto, o **gênero**, a primeira questão é pensar, no contexto de oscilação entre os termos gêneros textuais ou gêneros discursivos, nosso recorte conceitual.

Há teóricos que entendem esses termos como intercambiáveis, mas para autores como Rojo (2005), Coutinho (2003), Muniz (2004) cabe estabelecer uma certa diferenciação. Para Rojo, a teoria dos **gêneros do discurso** refere-se aos estudos das situações de produção dos enunciados ou textos em seus aspectos sócio-históricos; a teoria dos **gêneros de textos** centra-

se na descrição da materialidade textual. Rojo ainda destaca que ambas as vertentes surgem de diferentes leituras da herança bakhtiniana. Na primeira vertente, os nomes de referência apontados pela autora são Bakhtin e seu círculo, além de comentadores como Brait, Faraco, Tezza, etc. Na segunda, os autores de referência são, em geral, Adam e Bronckart. Rojo (2005), entretanto, enfatiza que ambas as vertentes muitas vezes recorrem ao mesmo conjunto de autores, tais como Charaudeau, Maingueneau, Authier-Revus, Ducrot, Bronckart e Adam.

A esse respeito, Muniz (2004) destaca que a Lingüística Textual concebe texto e discurso como termos equivalentes e que, para ela, as duas vertentes operam sobre o mesmo objeto. Assim, a diferença entre as teorias discursivas e as teorias textuais estaria na metodologia empregada. Para esclarecer o seu posicionamento, recorreremos as suas próprias palavras:

O movimento de análise que as correntes ligadas ao texto e ao discurso realizam se dá de forma contrária: enquanto nas teorias discursivas a análise é feita **top-down**, ou seja, partindo da situação, do já-dito para a materialidade do texto; nas teorias textuais o movimento é justamente o contrário: partimos do texto para, a partir dele, recorrer ao contexto não só imediato, como sócio-histórico, a fim de verificarmos qual(is) o(s) sentido(s) que o texto procura, através de sua materialidade, sugerir (MUNIZ, 2004, p.39).

Muniz enfatiza que, para a Lingüística Textual, o sentido é construído conjuntamente com o texto, com a situação sócio-histórica interacional, com o produtor e com os possíveis interlocutores do texto. Nesse enquadre, em termos **conceituais** gêneros discursivo e textual se equivalem, portanto. Esta é, pois, a postura teórico-analítica em possível sintonia com a abordagem construcional do gênero proposta em nosso estudo, uma vez que, nessa abordagem, só cabe uma visão holística, integradora de qualquer construção lingüística. O que observamos, de fato, nas análises que optam por teorias de texto ou de discurso é o consciente negligenciamento de um dos lados do fenômeno, a forma ou os modos de significação. Assim, sem negligenciarmos a forma, nos interessam aqui várias correntes que se debruçam sobre o complexo fenômeno do gênero, sejam abordagens sócio-semióticas (Hasan, Martin, Fowler, Kress, Fairclough), sócio-retóricas (Swales, Miller, Bazerman) ou sócio-discursivas (Bakhtin, Adam, Bronckart, Maingueneau), pelo olhar social e discursivo que emprestam à linguagem. Em todas essas abordagens, o gênero tornou-se uma noção chave, central para a definição da própria linguagem. Como destaca Meurer (2000), o gênero é um fenômeno que se localiza

entre a língua, o discurso e as estruturas sociais. Tal perspectiva possibilita um diálogo constante não só entre as diversas abordagens que tratam da questão, mas também entre outros campos de investigação como a Antropologia, a Psicologia, a Sociologia, entre outros. Assim, o gênero passa a ser visto como uma unidade da linguagem ou como uma categoria do discurso.

Em termos mais amplos, uma igual convergência pode ser apontada com a concepção de linguagem sustentadora da Lingüística Cognitiva. A perspectiva de linguagem como ação conjunta, como prática social seria, assim, uma primeira possibilidade de diálogo frutífera com o sociognitivismo, eleito como escopo teórico principal do presente estudo. Nesses termos, os princípios que norteiam o Programa Sociocognitivo – a escassez da forma lingüística, a semiologização do contexto e o drama das representações – são uma forma clara desse encontro teórico (cf. seção 2.3).

Nas seções que se seguem, passamos, pois, conforme já anunciado, a apresentação de alguns conceitos centrais da teoria de gênero que serão relevantes em nossa investigação. É importante salientar que, nesta tarefa, não vamos nos restringir a uma teoria de gênero específica ou nos centrar em um autor determinado. Na verdade, nosso foco de atenção estará voltado para as teorias inseridas na corrente sócio-discursiva, mas sob um viés marcadamente bakhtiniano. Contribuições de outras abordagens serão apontadas, desde que possam se completar sem se contraporem.

Como já assinalamos no primeiro parágrafo, as teorias de gênero apresentam uma flutuação de termos e conceitos. Disso decorre a necessidade de definirmos com bastante nitidez as escolhas terminológicas e conceituais com que vamos operar em nosso trabalho, em busca de sintonia com as categorias construcionais eleitas.

As teorias de gênero apresentam três conceitos fundamentais que são o **gênero**, o **tipo** e a **seqüência**. A seguir, nas seções 3.1, 3.2 e 3.3, abordaremos separadamente cada categoria.

3.1. O conceito de Gênero

O berço das principais teorias de gênero contemporâneas encontra-se em Bakhtin (1895-1975). Para o autor russo, o termo gêneros do discurso refere-se **aos tipos**

relativamente estáveis de enunciados elaborados por um determinado campo de atividade humana. No recorte dessa categoria, o autor destaca três conceitos chaves que são o **conteúdo temático**, o **estilo** e a **construção composicional**. Nas palavras do autor:

O emprego da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos) concretos e únicos, proferidos pelos integrantes desse ou daquele campo da atividade humana. Esses enunciados refletem as condições específicas e as finalidades de cada referido campo não só por seu conteúdo (temático) e pelo estilo da linguagem, ou seja, pela seleção de recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua mas, acima de tudo, por sua construção composicional. Todos esses três elementos – o conteúdo temático, o estilo, a construção composicional – estão indissoluvelmente ligados no todo do enunciado e são igualmente determinados pela especificidade de um determinado campo da comunicação. Evidentemente, cada enunciado particular é individual, mas cada campo de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, os quais denominamos de gêneros do discurso (BAKHTIN, 2003 [1952] p. 261-62).

Tal abordagem pontuada por Bakhtin sinaliza, de pronto, uma possível convergência com o modelo construcional proposto por este trabalho. O autor associa ao conceito de gênero do discurso duas premissas fundamentais. A primeira é a **indissociabilidade** de seus elementos constitutivos (forma e função); já a segunda remete à noção de **tipos estáveis de enunciados**, elaborados em cada campo de comunicação. Tais premissas se aproximam, de modo convergente, da noção de esquema / padrões construcionais discursivos, postulada pela GC (cf. seção 2.4.4.3 e capítulo 5). Dito de outro modo, vale realçar, portanto, que, ainda que por rumos teóricos e metodológicos inteiramente distintos, a abordagem bakhtiniana dos gêneros, encontra resposta na teoria da GC, nos termos definidos neste estudo. É assim que a necessária integração entre forma e modos de significação, ou seja, o dito pareamento proposto pela Gramática das Construções na definição das construções lingüísticas, de todos os níveis, é, a nosso ver, um princípio de igual relevo dentro das duas abordagens.

Bakhtin afirma ainda, e de modo contundentemente, que toda prática social ou toda interação comunicativa envolve a participação ativa por parte do ouvinte. Para o pensador russo, todo tipo de enunciado exige e espera uma ação responsiva.

Outra contribuição fundamental postulada por Bakhtin diz respeito à classificação que ele efetua entre gêneros primários (simples) e secundários (complexos). De acordo com o autor, os gêneros primários referem-se àqueles tipos de enunciados que são vivenciados em práticas sociais humanas de caráter mais básicas, são compreendidos, então, de forma

imediatas. Já os gêneros denominados de secundários estão associados com as práticas sociais mais complexas. Nos termos bakhtinianos, esses tipos de gêneros “surtem nas condições de um convívio cultural mais complexo e relativamente muito desenvolvido e organizado” (2003 [1952], p. 263). Como exemplo de gênero primário, podemos citar a conversação face a face, o telefonema, a compra de um determinado bem, as piadas etc. Como exemplo de gênero secundário, podemos destacar a conferência, o romance, o artigo científico e etc.

A idéia de que cada enunciado ou cada ação verbal exige uma ação de resposta traz como consequência inevitável a adoção de uma concepção mais ativa e dinâmica do papel desempenhado pelo ouvinte; assim, o ouvinte não é aquele que escuta passivamente um enunciado, é aquele que, a partir das pistas colocadas em cena pelo falante, é capaz de elaborar essas pistas e de responder ativamente à ação praticada pelo falante.

Dessa forma, a concepção bakhtiniana do que seja um ato comunicativo nega aquela velha noção tradicional de um canal entre um aparelho fonador de um lado e um aparelho de recepção do outro, i. e., essa concepção nega aquela idéia enraizada do que seja um ato de comunicação, idéia essa que a metáfora do canal ou do conduto (REDDY, 1979) representa de modo tão significativo. Nesse sentido, Bakhtin refuta a concepção de um ato de transmissão em favor de uma concepção mais dinâmica de troca, de diálogo. Para o autor, o traço constitutivo de todo enunciado é o seu direcionamento a alguém, o seu endereçamento. Em consonância com a visão bakhtiniana, Clark (1996) afirma a concepção de linguagem como uma ação conjunta. Uma ação conjunta implica um diálogo entre as partes envolvidas na interação verbal, implica, acima de tudo, compartilhamento de atenção e intenção. E esse diálogo pressupõe a alternância dos sujeitos do discurso.

Para o autor, a real unidade da comunicação discursiva é o enunciado. Reforçando essa convicção, afirma que o enunciado não é uma unidade convencional, mas uma unidade real, precisamente delimitada pela alternância dos sujeitos do discurso, a qual termina com a transmissão da palavra ao outro. Conforme, pode-se comprovar através das próprias palavras do autor:

Os limites de cada enunciado concreto como unidade da comunicação discursiva são definidos pela *alternância dos sujeitos do discurso*, ou seja, pela alternância dos falantes. Todo enunciado – da replica sucinta (monovocal) do diálogo cotidiano ao grande romance ou tratado científico – tem, por assim dizer, um princípio absoluto e

um fim absoluto: antes de seu início, os enunciados de outros; depois do seu término, os enunciados responsivos de outros (ou ao menos uma compreensão ativamente responsiva silenciosa do outro ou, por último, uma ação responsiva baseada nessa compreensão). O falante termina o seu enunciado para passar a palavra ao outro ou dar lugar à sua compreensão ativamente responsiva. O enunciado não é uma unidade convencional, mas uma unidade real, precisamente delimitada da alternância dos sujeitos do discurso, a qual termina com a transmissão da palavra ao outro, por mais silencioso que seja o 'dixi' percebido pelos ouvintes [como sinal] de que o falante terminou (BAKHTIN, 2003[1952], p. 275, grifo do autor).

A contribuição de Bakhtin ao estudo do gênero é inegável, pois, como já afirmamos no início dessa seção, sua teoria é o berço das principais teorias contemporâneas sobre o gênero, as quais passamos a nos debruçar, tomando a teoria de Swales (1990) como referência, dada a sua relevância para a nossa abordagem analítica.

Em um viés mais explicitamente pragmático que a visão bakhtiniana, Swales formula as principais características de um gênero. A primeira característica do gênero para o autor é a **idéia de classe**. O gênero passa a ser entendido como uma classe de eventos comunicativos, na qual o evento é entendido como uma situação em que a linguagem verbal tem um papel constitutivo. O evento comunicativo é definido pelo discurso, pelos participantes, pela função do discurso e pelo ambiente em que o discurso é produzido e divulgado.

A segunda característica, de acordo com Swales, é a mais importante de todas, é a de que, em uma classe de eventos comunicativos, os eventos compartilham um **propósito comunicativo**. Então, para o autor, os gêneros têm a função de realizar um objetivo ou objetivos. O propósito comunicativo é visto como o principal critério na definição de um gênero, porque ele motiva uma ação.

A terceira característica está associada à idéia de **protótipo**. Para a classificação de um texto como pertencente a um determinado gênero, deve-se observar alguns traços característicos na definição do mesmo. Desse modo, os textos que apresentam os traços mais característicos de um gênero são considerados como os protótipos, i. e., são tidos como os melhores exemplos desse gênero.

A quarta característica tem a ver com a noção de **lógica subjacente ao gênero**. O gênero apresenta uma lógica própria, pois está a serviço de um propósito que a comunidade reconhece. Para atingir o seu propósito, o gênero é obrigado a seguir determinadas convenções, e são essas convenções que constituem a lógica subjacente do gênero.

A quinta característica diz respeito à **terminologia** elaborada pela comunidade discursiva para o seu próprio uso dos gêneros. Como exemplo, podemos citar gêneros vinculados ao meio acadêmico, como “resenha”, “seminário”, “defesa”, etc.

Assim, baseando-se nessas cinco características elencadas acima, Swales (1990, p. 58) concebe o seu conceito de gênero.

Um gênero compreende uma classe de eventos comunicativos, cujos exemplares compartilham os mesmos propósitos comunicativos. Esses propósitos são reconhecidos pelos membros mais experientes da comunidade discursiva original e constituem a razão. A razão subjacente dá o contorno da estrutura esquemática do discurso e influência e restringe as escolhas de conteúdo e estilo. O propósito comunicativo é o critério que é privilegiado e que faz com que o escopo de gênero se mantenha enfocado estreitamente em determinada ação retórica compatível com o gênero. Além do propósito, os exemplares do gênero demonstram padrões semelhantes, mas com variações em termos de estrutura, estilo, conteúdo e público-alvo. Se forem realizadas todas as expectativas em relação àquilo que é altamente provável para o gênero, o exemplar será visto pela comunidade original como um protótipo. Os gêneros têm nomes herdados e produzidos pelas comunidades discursivas e importados por outras comunidades.

Notamos, pois, que, para o autor, a noção de propósito comunicativo que, a princípio, nos parece equivalente à finalidade ou intenção comunicativa, é que modela o gênero, definindo sua estrutura interna e impondo limites quanto às possibilidades de ocorrências lingüísticas e retóricas.

Para Swales (1990), os gêneros realizam propósitos sociais e a realização de um gênero se dá através do discurso e por isso a análise de estruturas discursivas se integra na abordagem dos estudos de gênero. O conhecimento de um determinado gênero faz com que os membros de uma comunidade aprendam quais finalidades almejam alcançar.

O conceito de propósito comunicativo sofre uma revisão em sua concepção. Antes compreendido como o critério privilegiado na definição de um gênero, perde este *status* e passa a ser visto como o resultado da análise de um gênero. O conceito de propósito comunicativo deixa de ser um critério *a priori* para a classificação do gênero e passa a ser focalizado como um elemento descoberto a partir da análise do gênero (Askehave & Swales, 2001).

A noção de protótipo que comparece em Swales (1990), como uma das características definidora do gênero, será também de grande relevância para as propostas concebidas por Adam (1992) e Bronckart (1999), como veremos às seções seguintes.

3.2. A noção de tipo

Um equívoco freqüente cometido por aqueles que não estão inseridos na investigação sobre gênero é a suposição de que as noções de tipo e gênero referem-se ao mesmo fenômeno. Na verdade, tipo e gênero são termos utilizados para fenômenos distintos. A noção de gênero, como foi exposta na seção anterior, refere-se ao conjunto de enunciações instanciadas em práticas concretas humanas, tais como a conversa face a face, o telefonema, o romance, o poema, o debate, etc. Tal conceito parece ser um dos pontos pacíficos entre as várias abordagens que se debruçam sobre essa matéria. O mesmo, no entanto, não ocorre com a noção de tipo.

Coutinho (2003) esclarece que as divergências em torno da noção de tipo devem-se à base tipológica assumida por cada teórico. Em seu trabalho, Coutinho (2003), remetendo a proposta de Petitjean⁶ (1989), exhibe os três modos possíveis de se conceber uma tipologia que são as seguintes: classificações homogêneas, classificações intermediárias e classificações heterogêneas.

Classificações homogêneas são aquelas que utilizam, na tipologia dos gêneros, apenas um critério homogêneo, ou seja, são classificações realizadas a partir de uma única dimensão, como por exemplo, a dimensão lingüística.

A **classificação intermediária**, por sua vez, apresenta vários critérios heterogêneos que servem como base para a tipologização, como o modo de enunciação, a intenção comunicativa e as condições de produção, sendo todos esses critérios associados, de alguma forma, à dimensão situacional dos textos.

O último modo de classificação, **classificação heterogênea**, assim como a classificação intermediária, é construída sobre uma base que integra vários critérios de

⁶ PETITJEAN, André. Les typologies textuelles. In: **Pratiques**, n. 62, p. 86-125.

natureza diversa. Estes critérios são, contudo, totalmente independentes. Podemos citar os seguintes critérios: intenção comunicativa, modo enunciativo, estratégia ilocucionária, conteúdo temático, marcas lingüísticas de superfície, índices paratextuais.

Orientando-se por essa base tipológica, Petitjean associa a noção de tipos de texto ao resultado de classificações homogêneas. De acordo com Coutinho (2003), isso significa a redução da noção de texto a uma unidimensionalidade mais estritamente lingüística. Como exemplo desse tipo de classificação, Coutinho cita as tipologias propostas por Werlich⁷ (1975) e Adam⁸ (1992). Na visão de Adam, os **tipos de texto** correspondem explicitamente a **tipos de seqüências**, que o autor mais tarde definiria como esquemas seqüenciais prototípicos.

Já as classificações intermediárias, tomadas em três subgrupos (enunciativas, comunicativas e situacionais), são associadas pelo autor à noção de tipo de discurso, uma vez que vários fatores são disponibilizados e todos são orientados para a dimensão situacional do texto.

Finalmente, a última classificação proposta por Petitjean, as classificações heterogêneas são associadas a gêneros de textos. Esse tipo de classificação associa critérios múltiplos, diferenciados e independentes, conforme já foi explicado anteriormente.

Como não é de nosso interesse, no presente estudo, a consideração mais aprofundada de cada uma dessas tipologias e de seus autores, passamos a uma avaliação crítica mais genérica da noção de tipo. A nosso ver, o que volta à tona, mais uma vez, nesses distintos modos de se estabelecerem tipologias, é a dicotomia entre texto e discurso, compreendendo, respectivamente, como dimensão exclusivamente lingüística e como dimensão de prática social.

Na perspectiva construcional e integradora defendida no presente trabalho, tal polêmica deixa de fazer sentido. Texto e discurso se equivalem, porque, como construção, reclamam o indissolúvel pareamento de forma e modos de significação semântico-pragmático. Nesse viés, pensar tipos de gêneros em termos de um pêndulo que opta ora para a estrutura lingüística, ora para suas funções discursivas, contextuais, é cair, mais uma vez, na famosa armadilha dicotômica que concebe a linguagem ora como cristal, ora como chama, sem

⁷ WERLICH, Egon. (1975), Typologie der Texte. **Entwurf eines textlinguistischen Modells zur Grundlegung einer Textgrammatik**, Heidelberg, Quelle & Meyer.

⁸ ADAM, Jean-Michel. (1992), **Les textes: types et prototypes**. Paris: Nathan.

perceber que cristal e chama integram, dinamicamente, um mesmo fenômeno, em suas faces múltiplas. Assim, qualquer tipologia de gêneros, para nós, levará em consideração a heterogeneidade e a necessária integração dos elementos que instituem cada padrão construcional convencionalizado e cada construção concretamente instanciada por meio deste padrão (cf. capítulo 5).

Na próxima seção, passamos à noção de seqüência que de vários modos, vêm-se confundindo com o conceito de tipo.

3.3. A noção de seqüência

Pensar na noção de seqüência é fazer referencia aos trabalhos de Jean-Michel Adam (1990⁹, 1992¹⁰, 1999¹¹), pois é a partir de sua proposta teórica que a noção de seqüência ganha relevo e passa a ser aceita no meio acadêmico como um conceito mais ou menos estabilizado.

De acordo com Bonini (2005), a seqüência é tida por Adam como um conjunto de proposições psicológicas que se estabilizaram como recurso composicional dos vários gêneros. O autor ainda destaca que essa noção é mais fácil de ser determinada que a noção de gênero por ser lingüisticamente estável, embora não ocorra de modo homogêneo nos textos concretos.

Adam concebe o texto como um objeto delimitado e determinado pelo discurso. Propõe a distinção entre as dimensões discursiva e textual, estabelecendo ser a última o objeto de interesse da Lingüística Textual, restringindo, assim, os critérios tipológicos de sua proposta a uma única dimensão, que é a lingüística.

Conforme Bonini (2005), a noção de seqüência, posta por Adam, é definida a partir de seis conceitos-chave, sendo eles: os conceitos de gênero e de enunciados de Bakhtin; o de protótipo de Rosh; os de base e tipo de texto de Werlich e o de superestrutura de Van Dijk.

Adam (1992) apropria-se da idéia de estabilidade de Bakhtin para propor que os gêneros primários sejam vistos como tipos nucleares, menos heterogêneos, e como

⁹ ADAM, Jean-Michel. (1990), **Eléments de linguistique textuelle**. Liège: Mardaga.

¹⁰ Cf. nota 8, p. 67.

¹¹ ADAM, Jean-Michel. (1999), **Linguistique textuelle: des genres de discours aux textes**. Paris: Nathan.

responsáveis pela estruturação dos gêneros secundários. Dessa forma, os gêneros primários são concebidos, pelo autor, como seqüências textuais que percorrem os gêneros secundários.

As seqüências são tidas, por Adam, como um recurso de natureza formal e cognitiva. Ao investigar as formas mais estáveis, propõe que esta estabilidade pode ser compreendida a partir da noção de protótipo; assim, as seqüências são tomadas como protótipos e como formas que se adaptam ao conteúdo da interação e do gênero.

Nesse enquadre, a idéia de protótipo surge como uma noção capaz de explicar a estabilidade das seqüências; assim, as seqüências (narração, descrição, explicação, argumentação e diálogo) são entendidas como elementos centrais da caracterização dos textos e, portanto, como elementos definidores de um gênero.

Segundo Rosch (1978), o protótipo é o objeto mais representativo da categoria; é aquele que apresenta o maior número de sinais de validade para ser membro dela. Nesse sentido, para Adam, os gêneros são organizados em categorias pelos traços que compartilham com as seqüências. Dessa forma, gêneros como a lenda, a piada, o conto e o romance constituiriam a categoria dos gêneros narrativos, uma vez que, são marcados pela seqüência narrativa. Já os gêneros como o texto de opinião, a carta de leitor, o editorial pertenceriam a categoria dos gêneros argumentativos, pois, são organizados pela seqüência argumentativa.

Bonini (2005) destaca que, para Adam, os componentes textuais existem em função das práticas sociais de linguagem; e que o mesmo concebe todo esse processo de estabilização do tipo como social e discursivamente determinado e, em termos da cognição, como regido por um princípio de tipicidade, por intermédio de um raciocínio prototípico.

Adam estabelece cinco tipos de seqüências - a narrativa, a argumentativa, a descritiva, a explicativa e a dialogal - descrevendo as suas características predominantes. Como o foco de nossa investigação é o gênero piada que apresenta como seqüência prototípica a narrativa, não apresentaremos a descrição feita por Adam sobre as demais seqüências e, quanto à seqüência narrativa, será exibida na subseção 3.3.1.

Bonini (2005) elenca algumas problemas gerais referentes à noção de seqüência. Primeiramente, ele cita que é preciso considerar que as orientações teóricas diferentes elaboram explicações também diferentes para a noção; segundo, a definição do número de seqüências não é consenso entre os autores que se dedicam ao tema; terceiro, o termo seqüência não é consensual, uma vez que muitos ainda preferem o termo **tipo textual**. É o

caso da proposta de autores como Östman (2005), conforme seção 2.4.4.3, e Marcuschi (2002).

Marcuschi, ao anunciar o que nomeia como “tipos textuais”, estaria, de fato, falando de seqüências textuais, nos termos acima definidos. Conforme, podemos constatar nas palavras do autor:

Usamos a expressão tipo textual para designar uma espécie de construção teórica definida pela natureza lingüística de sua composição {aspectos lexicais, sintáticos, tempos verbais, relações lógicas}. Em geral, os tipos textuais abrangem cerca de meia dúzia de categorias conhecidas como: narração, argumentação, exposição, descrição, injunção (MARCUSCHI, 2002, p. 22).

O autor (2002, p.23) afirma que os tipos textuais “constituem seqüências lingüísticas ou seqüências de enunciados e não são textos empíricos”. Os gêneros textuais, por sua vez, “constituem textos empiricamente realizados cumprindo funções em situações comunicativas”. Destaca também que todo gênero apresenta tipos textuais, e que o mesmo gênero pode apresentar dois ou mais tipos. Dessa forma, um texto é, em geral, tipologicamente variado (heterogêneo).

Bonini ainda ressalta que Adam (1999) não consegue explicar que tipo de recurso cognitivo seria o gênero. Além disso, ao estabelecer que gênero e seqüências são esquemas cognitivos, o autor não consegue explicar como estes esquemas se inter-relacionam. Essa crítica é bastante relevante para nós, pois, acreditamos que a nossa investigação pode vir a trazer contribuições significativas nessa direção.

Como o foco de nossa investigação é o gênero ‘piada’ que apresenta como seqüência prototípica a narrativa, não apresentaremos a descrição feita pelo autor sobre as demais seqüências. A seguir, destacaremos apenas a seqüência narrativa que é essencial para a presente investigação.

3.3.1. A seqüência narrativa

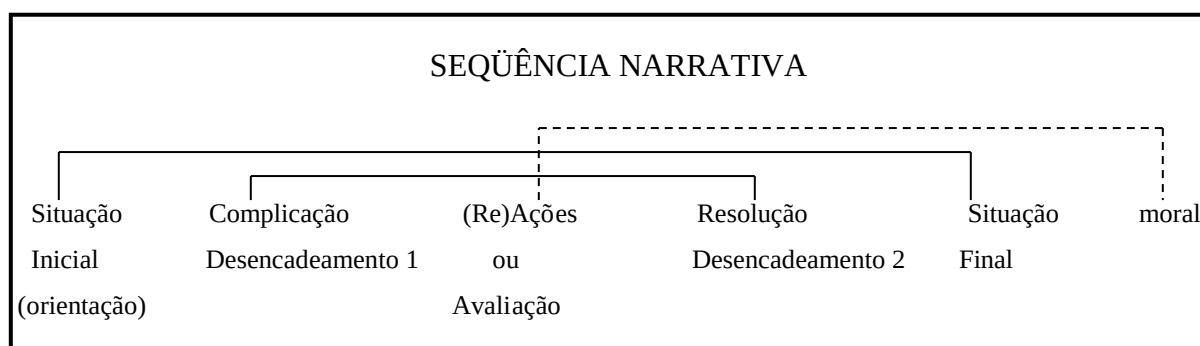
Adam (1992 *apud* BONINI, 2005, p. 219) identifica seis características próprias da seqüência narrativa, descrevendo-as nos termos seguintes:

1. A sucessão de eventos: a narrativa consiste na delimitação de um evento inserido em uma cadeia de eventos alinhados em ordem temporal;
2. A unidade temática: a ação narrada necessita ter um caráter de unidade. Para que isso ocorra, ela deverá privilegiar um sujeito agente. Mesmo que existam vários personagens, um deverá ser o mais importante, dele desencadeando toda a ação narrada;
3. Os predicados transformados: o desenrolar de um fato implica a transformação das características do personagem, de modo que será mau no início e se tornará bom no final, terá uma perna saudável no início e quebrada no final etc;
4. O processo: a narrativa deve ter um início, um meio e um fim. A estruturação básica da seqüência do narrar, na verdade, parte dessa idéia de processo. Para que haja o fato, é necessário que ocorra uma transformação, ou seja, no início tem-se o estabelecimento de uma situação, no meio, uma transformação que transcorre em direção a um fim, uma situação final;
5. A intriga: a narrativa traz um conjunto de causas, orquestradas de modo a dar sustentação aos fatos narrados. A intriga pode levar o narrador a alterar a ordem processual natural dos fatos, fazendo com que a narrativa comece, por exemplo, pelo meio (*in media res*). A ausência de intriga pode levar certos autores a não considerar crônicas e relatos históricos ou técnicos de fatos como narrativas;
6. A moral: muitas narrativas trazem uma reflexão sobre o fato narrado, que pode encerrar a verdadeira razão de se contar aquela história. Não é uma parte essencial à seqüência narrativa, de modo que pode vir implícita. Quando a seqüência está inserida em determinado gênero, é uma das partes que mais comumente pode ser alterada, ao se adequar aos componentes do gênero como uma forma hierarquicamente superior, mais geral.

A partir desses elementos e da proposta de Labov & Waletzky (1967), o autor propõe o esquema prototípico da seqüência da ordem do narrar como contendo cinco macroproposições que são a situação inicial, a complicação, as (re)ações, a resolução e a situação final. Além dessas cinco macroproposições, o autor também destaca a moral.

Para Bonini (2005), as macroproposições correspondentes à *situação inicial* e à *situação final* representam os momentos de equilíbrio da ação; por conta disso, têm uma base mais descritiva. As macroproposições centrais – complicação, (re)ações e resolução – são propriamente as que caracterizam a seqüência do narrar, em que um fato ocorre, quebrando a ordem estabelecida e desencadeando reações que tendem à resolução e a uma nova situação de equilíbrio. A moral, para o autor, é uma reflexão complementar ao todo do fato narrado, sendo função do narrador.

A seguir apresentamos o esquema da seqüência narrativa nos termos de Adam (1993):



Quadro 1: Esquema da seqüência narrativa (ADAM, 1993 *apud* BONINI, 2005, p.220)

A proposta de Labov & Waletzky (1967), acerca dos elementos que integram a narrativa, referenciada como uma fonte de Adam (1992), é a seguinte:

- 1) **Resumo:** constitui-se geralmente, de uma ou duas cláusulas que resumem a história. Sua função é tentar prender a atenção do leitor, destacando os elementos principais da narrativa.
- 2) **Orientação:** situa o leitor em relação a lugar, tempo, personagens envolvidos, fornecendo ao leitor a situação ou circunstâncias da narrativa;
- 3) **Complicação:** é o corpo da narrativa; o segmento que define seus episódios centrais e freqüentemente representa um fator de desequilíbrio, ruptura. É constituída por cláusulas ordenadas temporalmente;

- 4) Avaliação: trata-se de um balanço da narrativa feita pelo narrador e, na maioria das vezes, endereçado ao seu interlocutor. Revela a atitude do narrador em relação à narrativa;
- 5) Resolução: é o desenlace dos acontecimentos;
- 6) Coda: é o mecanismo funcional que faz com que a perspectiva verbal volte ao momento presente.

Bronckart (1999. p. 220-221), adotando a proposta de Adam, descreve cada uma dessas macroproposições, que ele prefere denominar de fases, nos seguintes termos:

- a fase de **situação inicial** (de exposição, ou de orientação), na qual um ‘estado de coisas’ é apresentado, estado esse que pode ser considerado ‘equilibrado’, não em si mesmo, mas na medida em que a seqüência da história vai nele introduzir uma perturbação;
 - a fase de **complicação** (de desencadeamento, de transformação), que introduz exatamente essa perturbação e cria uma tensão;
 - a fase de **ações**, que reúne os acontecimentos desencadeados por essa perturbação;
 - a fase de **resolução** (de re-transformação), na qual se introduz os acontecimentos que levam a uma redução efetiva da tensão;
 - a fase de **situação final**, que explica o novo estado de equilíbrio obtido por essa resolução.
- A essas cinco fases principais acrescentam-se outras duas, cujas posição na seqüência é menos restrita, na medida em que dependem mais diretamente do posicionamento do narrador em relação à história narrada:
- a fase de **avaliação**, em que se propõe um comentário relativo ao desenrolar da história e cuja posição na seqüência parece ser totalmente livre;
 - a fase de **moral**, em que se explicita a significação global atribuída à história, aparecendo geralmente no início ou no fim da seqüência.

Bronckart (1999) salienta que só se pode falar em seqüência narrativa quando a organização seqüencial for sustentada por um processo de intriga, que consiste em selecionar e organizar os acontecimentos de modo a formar um todo, uma história ou ação completa, com início, meio e fim. Assim, o autor postula que o protótipo mínimo para esse tipo de seqüência teria apenas três fases articuladas: situação inicial (início), transformação (meio) e situação final (fim).

Essa discussão sobre os tipos de seqüências que um gênero pode apresentar é muito significativa para a atual pesquisa, uma vez que se entende o gênero piada prototipicamente constituído pela seqüência narrativa. E esta é uma das suas características essenciais, a partir da qual podemos identificar se estamos ou não diante de um texto piadístico (MUNIZ, 2004).

3.4. Considerações finais

Neste capítulo, tentou-se traçar um panorama geral sobre as questões relacionadas com a problemática do gênero. As dificuldades teóricas foram, sem dúvida, consideráveis. Assim, ainda que nos tenhamos debruçado sobre diferentes abordagens do fenômeno, o recorte conceitual das principais categorias visadas pelos distintos modelos ainda nos parecem opacas.

Vistos por Bronckart (1999) como um fenômeno “nebuloso”, os gêneros, em sua definição, descrição e explicação são, ainda, portanto, um vasto território aberto à investigação. É por isso que a ampliação da teoria da Gramática das Construções para o território discursivo pode representar uma substancial contribuição à compreensão do estatuto sociocognitivo e lingüístico desse fenômeno.

No recorte teórico assumido, cabe, por fim, anunciar o modo como estamos lidando com as noções de gênero, tipo e seqüência em sua relação com os constructos teóricos da Gramática das Construções.

É o que apresentamos a seguir:

- (i) **Gêneros** textuais/discursivos são construções pensadas em duas dimensões, quais sejam: como padrões complexos abstratos (o padrão ‘notícia’, o padrão ‘piada’); como gêneros instanciados concretamente em nossas ações de linguagem, a partir de padrões abstratos.
- (ii) **Seqüência** como modelos prototípicos de estruturas composicionais tais como narrar, descrever, expor, argumentar, tomados por nós, como padrões construcionais (cf. capítulo 5), i.e., como pareamento de forma e modos de significação de natureza mais aberta.
- (iii) **Tipos**, como modos de agrupamento dos gêneros, a partir da prevalência de determinadas seqüências (Dolz & Schneuwly, 1996). É nestes termos que podemos agrupar a ‘piada’ dentro do tipo narrativo.

4. No domínio do humor

O humor compreende também o mau humor. O mau humor é que não compreende nada.
M. Fernandes

Este capítulo tem como principal objetivo discorrer sobre algumas reflexões teóricas gerais referentes ao domínio do humor e, sobretudo, apresentar alguns estudos sobre o gênero piada. Antes, contudo, uma ressalva se faz necessária. É certo que uma pesquisa que elege com seu foco analítico o gênero ‘piada’ não pode refutar as questões relacionadas ao domínio do humor. A questão central que norteia a presente investigação, no entanto, não se insere especificamente no domínio teórico do humor. Tal domínio, como objeto especulativo, ultrapassa, em muito, os limites disciplinares da Lingüística, dentro dos quais está circunscrita nossa investigação. São os fenômenos lingüísticos manifestos na piada, e mais especificamente, a natureza do conhecimento lingüístico específico do falante sobre esse gênero textual/discursivo que realmente nos interessam e não o humor propriamente dito.

Nesse sentido, como o nosso foco de análise é o gênero ‘piada’, estruturamos o capítulo do seguinte modo: primeiro, faremos uma seção, na qual, de modo breve, serão apresentadas algumas discussões teóricas sobre o humor; já a segunda seção será dedicada à exploração de alguns estudos que tratam mais especificamente o gênero piada.

4.1. Um breve passeio sobre o humor

Desde a Antigüidade Clássica, o humor vem despertando o interesse de muitos estudiosos. O fascínio que este tema exerce sobre as pessoas é inegável, haja vista o fato de que o humor não está circunscrito a um campo específico do saber; ao contrário, sua sedução atravessa fronteiras disciplinares, mobilizando esforços para a sua apreensão em diversas áreas. Assim, torna-se constantemente tema dos debates nas áreas da Filosofia, da Psicologia, da Sociologia, da Literatura e, como não poderia ser diferente, da Lingüística também.

Pensar sobre o humor é tentar alcançar respostas para uma série de mistérios sobre a nossa cultura, sobre a nossa sociedade, sobre nós mesmos. Através do estudo sobre o humor, cada área, a sua maneira, tenta desvendar fenômenos que estão além do humor. Por exemplo, ao se dedicar aos chistes, Freud¹² (1905) ansiava por desvendar o nosso inconsciente. Por outro lado, Raskin (1985), ao eleger o humor verbal como objeto de pesquisa, ambicionava entender o funcionamento das línguas e, mais especificamente, o seu funcionamento semântico.

Assim, pode-se asseverar que olhar para o humor, na perspectiva de um lingüista, é tentar formular hipóteses sobre como as línguas funcionam. Na verdade, a preocupação do lingüista não é o humor propriamente dito. Na vasta bibliografia do humor, no entanto, as incursões lingüísticas são muito menos significativas que as investigações mais voltadas para a questão do próprio humor e do riso, como os estudos de Bérghson (1900)¹³, Pirandello (1908)¹⁴, Bakhtin (1966)¹⁵, Propp, (1976)¹⁶. Para este grupo de pesquisadores, a preocupação com o humor se sustenta nas questões relacionadas à cultura e a sociedade (CONDE, 2005, p.2).

Alguns estudiosos tentam construir uma teoria capaz de dar conta dos paradoxos que envolvem o humor, ou seja, almeja-se a criação de uma teoria do humor. Mas, como o estudo do humor se expande para vários campos disciplinares, como já afirmamos, a construção de uma teoria do humor vem-se constituindo como um projeto muito complexo.

Partindo do princípio de que nossa intenção neste trabalho não é, de forma alguma, tomar o humor como objeto de investigação, pretendemos apenas apontar, de modo ligeiro, o pensamento de alguns autores célebres sobre o humor. Por uma questão dos limites e recortes naturais do presente estudo, não nos foi possível ir diretamente a algumas das fontes originárias do pensamento sobre tal questão. Assim, optamos por recorrer, naquilo que nos faltou, ao estudo recente de Muniz (2004) que focaliza questões específicas sobre o humor, vinculando-as a alguns dos principais pensadores.

¹² Sigmund Freud (1856-1939).

¹³ BÉRGSON, Henri. **O riso**: ensaio sobre a significação da comicidade. Trad. Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

¹⁴ Luigi Pirandello (1867-1936). PIRANDELLO, L. **On humor**. Trad. Antonio Illiano; Daniel P. Testa. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1974 [1908].

¹⁵ BAKHTIN, M. Rebelais e a história do riso. In: **A cultura popular na idade média e no renascimento – o contexto de François Rabelais**. São Paulo – Brasília: HUCITEC. (1999 [1966]).

¹⁶ PROPP, V. (1976). **Comicidade e riso**. Ática: São Paulo.

Na ponta dessa discussão, está o filósofo grego Aristóteles, para quem o humor é uma forma de escarnecer do quê ou de quem é considerado baixo, inferior, seja por um defeito moral ou por uma deficiência física que torne uma pessoa ridícula.

Desde Aristóteles, três noções essenciais sobre o humor são constantemente reiteradas e ampliadas por vários autores, quais sejam: o humor é próprio do homem; o humor acontece quando escarnecemos do Outro; o humor, ou mais precisamente o riso, seria próprio das camadas populares da sociedade. A partir dessas três afirmativas, Muniz (2004, p.47) constata que a característica que poderia englobar todas elas é que “o humor é um fenômeno social” (grifos da autora).

Partindo de três regras básicas para o cômico, quais sejam: apenas o homem é capaz de rir; a sensibilidade nunca vai estar associada ao cômico; o riso vai estar sempre dentro de um contexto social, o filósofo Henri Bergson (1900) afirma que “*o riso é sempre o riso de um grupo*”. Nesses termos, o pensador expõe sua tese para o humor, postulando que rimos do Outro quando parece que este se mecanizou, automatizou seus gestos, sua fisionomia, suas palavras e até mesmo os seus sentimentos. E o riso acontece como uma punição para essa rigidez, para esse automatismo, para essa mecanização do sujeito diante da vida.

Dessa forma, a teoria de Bergson trabalha com a hipótese de que estamos sempre rindo do defeito do Outro, do que ele tem de mais frágil e vulnerável. Para Bergson, isso acontece devido à economia de compaixão que tem que haver para que o riso aconteça; é como se, momentaneamente, suspendêssemos a nossa solidariedade pelo Outro. Rimos da desgraça do Outro, i. e., rimos de seu defeito físico, da sua falta de recursos, da sua falta de inteligência e de suas mazelas e tragédias. Assim, este está sempre em desvantagem em relação ao eu, que é sempre perfeito e superior. O riso, então, surge como uma espécie de punição pelo erro cometido, pelo Outro ter quebrado as regras sociais, por ele não ser do jeito que a sociedade julga ser o certo.

Para Freud (1905), o humor, como um fenômeno psicológico, caracteriza-se como uma economia do afeto, i.e., o humor surge quando, em situações de dificuldades, as pessoas atingidas por tais transtornos conseguem rir de si mesmas em vez de chorar. Dessa forma, elas economizam afeto, economizam compaixão, fazendo com que as outras pessoas se sintam livres para liberar o riso. O riso só não consegue se expressar quando nos sentimos admirados pela capacidade de superação do Outro.

Já Humberto Eco (1981), a partir de um outro olhar, voltado para a criação textual, estabelece uma diferença entre o cômico e o humor. Para o autor, tanto a comédia quanto a tragédia podem ser explicadas a partir da transgressão de regras. Na tragédia, há uma identificação com o personagem principal, uma vez que reconhecemos que todos nós podemos ser atingidos por tais acontecimentos trágicos; na comédia, acontece o oposto; há um sentimento de repúdio, uma vez que acreditamos não sermos capazes de ter comportamentos, sentimentos e caráter vistos como inferiores perante a sociedade.

Parece ser consenso entre os autores acima citados que o humor se torna possível através de violações de regras sejam elas, lingüísticas, contextuais, sociais, culturais, psicológicas que, de algum modo, implicam economia psíquica, emocional, ou nos termos ditos, economia de afeto, de compaixão.

Constantemente, autores que lidam com o humor se voltam para o estabelecimento da distinção entre o humor, o cômico e a ironia (Conte-Sponville, 1996¹⁷; Bérghson, 1900, Freud, 1905). É certo que essa discussão sobre o “riso” e as definições de categorias como humor, ironia, cômico, dentre outras, têm ricos meandros e são, sem dúvida, merecedoras de amplas investigações. Como já afirmamos, no entanto, este não é território investigativo de presente estudo. Daí que, sem entrar no cerne de tal discussão, vamos nos permitir a adoção do termo “humor” como uma espécie de “arquicategoria”, capaz de encerrar as diferentes formas de expressão do “riso”. O que, de fato, nos interessa de perto é o fato de que o humor demanda um **trabalho sobre a linguagem** (MUNIZ, 2004, p.72). No caso da piada, nosso objeto de estudo, para provocar o riso, acionamos o jogo da linguagem, propondo enigmas metalingüísticos e esperando, do outro, a decifração do mal-entendido propositalmente criado nesse jogo.

Com vistas ao recorte de nosso objeto, passamos, pois, na próxima seção, à apresentação de alguns estudos do humor que tiveram a piada como foco.

4.2. Estudos relevantes sobre o gênero piada

¹⁷ CONTE-SPONVILLE, A. (1996). O humor. In: Pequeno tratado das Grandes Virtudes. São Paulo: Martins Fontes.

Depois desse breve e inquietante passeio pelo domínio do humor, passamos a uma incursão por campos de estudo que elegeram a piada como objeto de análise. Primeiramente, abordaremos o campo da Psicanálise com o instigante trabalho de Freud (1905); em seguida, passaremos ao campo da Lingüística, privilegiando, no cenário internacional, as discussões de Raskin (1985), circunscritas ao domínio da Semântica e o estudo de Giora (1991), em uma abordagem cognitivista; e, no contexto nacional, as reflexões de Possenti (1998), inseridas no seio da Análise do Discurso; e, de Muniz (2004), no âmbito da Lingüística Textual.

4.2.1. A relevância da análise freudiana

Em sua famosa obra *Os chistes e sua relação com o inconsciente*, de 1905, Freud dedica-se a desvendar as relações existentes entre os chistes e a nossa mente. A pergunta que irá nortear o trabalho de Freud é por que produzimos e apreciamos tanto um belo chiste. Para dar conta de sua ambiciosa tarefa, um dos aspectos para o qual o autor se volta são os aspectos lingüísticos mobilizados em um chiste. Seu intuito é descrever as prováveis técnicas acionadas pelo chiste, preocupação essa de grande relevo para o presente trabalho.

Nesse sentido, o autor identifica, num primeiro momento, várias técnicas distintas e, a partir delas, propõe uma minuciosa classificação dos chistes. A seguir, apresentaremos algumas dessas técnicas:

(1) Condensação acompanhada pela formação de palavra composta que consiste na compressão de dois pensamentos em uma única palavra composta.

Exemplo (1):

Heine introduz a deliciosa figura do agente de loteria e calista hamburguês, Hirsch-Hyacinth, que se jacta ao poeta de suas relações com o rico Barão Rothschild, dizendo finalmente: E tão certo como Deus há de me prover todas as coisas boas, doutor, sentei-me ao lado de Salomon Rothschild e ele me tratou como um seu igual – bastante *familionariamente*.

Neste exemplo, a palavra *familionariamente* é o resultado da condensação das seguintes sentenças: ‘R. tratou-me bastante *familiar*, isto é, tanto quanto é possível para um

Millionär. Em outras palavras, o chiste opera sobre a possibilidade de abreviação de duas palavras em uma única palavra composta.

(2) Condensação com modificação, o princípio é basicamente o mesmo apresentado na primeira técnica. A diferença é que, nesta técnica, uma das palavras abreviadas sofre uma modificação no resultado final da operação de condensação.

Exemplo (2):

Viajei com ele tête-a-bête.

Neste exemplo, temos a abreviação das seguintes sentenças: ‘Viajei com X *tête-à-tête*, e X é uma *bête* (besta)’. O que torna essa sentença um chiste é o processo de condensação realizado sobre a expressão *tête-à-tête* e a palavra “*bête*”, ou seja, há uma abreviação entre a primeira expressão e a palavra *bête*. Com a abreviação, a expressão *tête-à-tête* sofre uma leve modificação; troca-se o primeiro t do segundo termo por b, que é a primeira letra da palavra *bête*.

De acordo com Freud, o que faz dessa expressão um chiste é a omissão da palavra *bête*.

(3) Múltiplo uso do mesmo material como um todo e suas partes consiste no emprego duplo de uma mesma palavra, uma vez como um todo, e outra vez, segmentada em sílabas separadas.

Exemplo (3):

Um jovem, parente do grande Jean-Jacques Rousseau, de quem ele trazia o nome, foi apresentado em um salon de Paris. Tinha, além do mais, os cabelos vermelhos. Comportou-se, entretanto, de maneira tão desajeitada que a anfitriã comentou criticamente para o cavalheiro que o apresentou: ‘Você me fez conhecer um jovem que é roux (ruivo) e sot (tolo), mas não um Rousseau’.

Neste exemplo, temos o uso do mesmo material, ou seja, a palavra Rousseau é usada como um todo e, em seguida, é empregada de forma segmentada como *roux* e *sot*. *Roux-sot* é pronunciada exatamente como Rousseau.

(4) Múltiplo uso do mesmo material em ordem diferente consiste em tomar o mesmo material verbal e fazer, simplesmente, alguma alteração em seu arranjo (ordem das palavras). Quanto mais leve a alteração, maior a impressão de que algo diferente está sendo dito pelas mesmas palavras, então, melhor será o chiste tecnicamente.

Exemplo (4):

O Sr. e a Sra. X vivem em grande estilo. Alguns pensam que o esposo ganhou muito dinheiro e tem, portanto, economizado um pouco (dando pouco) [sich etwas zurückgelegt]; outros, porém, pensam que a esposa tem dado um pouco [sich etwas zurückgelegt] ganhando, portanto, muito dinheiro.

Este chiste é produzido por meio da inversão das duas expressões, o que distingue o que se diz do esposo (ganhou muito dinheiro - deu pouco), daquilo que se insinua sobre a esposa (deu um pouco – ganhou muito dinheiro).

(5) Múltiplo uso do mesmo material com leve modificação consiste no emprego da mesma palavra; uma vez, de forma inalterada e, na segunda ocorrência, com leve modificação.

Exemplo (5):

Herr N ouvira de um cavalheiro, nascido judeu, um comentário malévolo sobre o caráter judeu. ‘Herr Hofrat’, disse ele, ‘seu ante-semitismo me é bem conhecido; o que é novo para mim é seu anti-semitismo’.

Neste exemplo, apenas uma letra foi alterada, e essa modificação dificilmente seria notada em uma fala descuidada. O sentido deste chiste é o seguinte: “*sei que você era antigamente um judeu; estou, pois, surpreso em ouvi-lo falar mal dos judeus*”.

(6) Múltiplo uso do mesmo material com sentido pleno e sentido esvaziado, consiste no jogo entre palavras que perdem seu sentido original em certos contextos, mas o recuperam em outros contextos.

Exemplo (6):

- Como é que você anda? – perguntou um cego a um coxo.
- Como você vê – respondeu o coxo ao cego.

(7) Duplo sentido: significado como um nome e como uma coisa consiste na transferência da palavra do domínio a que pertence (nomes próprios, por exemplo) a outro domínio.

Exemplo (7):

Mais **Hof** [namoro] que **Freiurg** [casamento], disse uma espirituosa vienense sobre inúmeras moças bonitas que, admiradas durante anos, acabam por não encontrar marido.

Neste chiste, emprega-se o nome de duas praças vizinhas no centro de Viena (*Hof* e *Freiurg*), para fazer alusão ao que acontece com muitas moças que freqüentam tais praças.

(8) Duplo sentido: significados metafóricos e literal consiste na criação de um jogo verbal a partir da manipulação do sentido metafórico e literal de uma determinada palavra.

Exemplo (8):

Um médico, meu amigo, afamado por seus chistes, disse certa vez a Arthur Schnitzler, o dramaturgo, que também era médico: ‘Não me surpreendo que você tenha se tornado um grande escritor. Afinal seu pai susteve um espelho para seus contemporâneos.

Freud explica que o espelho sustido pelo pai do dramaturgo, o famoso Dr. Schinitzler, era o laringoscópio. E faz menção a um dito de Hamlet, no qual o escritor afirma que o objetivo tanto de uma peça quanto do dramaturgo que a cria é *“suster, como se fora, um espelho à natureza; mostrar à virtude sua feição própria, ao escárnio sua própria imagem, ao torso e à longa idade do tempo sua forma e premência”*.

(9) Duplo sentido propriamente dito (jogo de palavras) consiste basicamente em fazer com que o material verbal expresse dois significados diferentes.

Exemplo (9):

Um dos primeiros atos de Napoleão III quando assumiu o poder foi apoderar-se da Casa de Orleans. Eis o excelente jogo de palavras, corrente àquele tempo: ‘C’est le premier vol de l’aigle’.

Freud explica que *vol* significa vôo, mas também significa roubo. É, justamente, essas duas possibilidades de leituras que instauram o duplo sentido e, conseqüentemente, o chiste.

(10) Duplo sentido: *double entendre* é um caso de jogo de palavra em que um dos domínios evocados refere-se ao domínio sexual.

Exemplo (10):

Esta garota me lembra Dreyfus. O exército inteiro não acredita em sua inocência.

A palavra “inocência” apresenta dois sentidos: seu significado usual é o antônimo de crime ou culpa; o segundo sentido está associado ao contexto sexual, cujo antônimo é experiência sexual.

(11) Duplo sentido com uma alusão refere-se àqueles chistes em que os dois significados não são óbvios da mesma maneira, ou seja, não se tenta ocultar o sentido sexual. Podem também ocorrer em chistes sem qualquer referência sexual – seja porque um sentido é mais usual que outro, seja porque salta ao primeiro plano, devido a uma conexão com as outras partes do texto. Como exemplo, Freud cita novamente o exemplo de Napoleão, (exemplo 9).

Buscando interpretar a natureza do grande número de grupos identificados, para sermos exatos, onze grupos, o autor tentou descobrir que fator essencial poderia estar operando nesses grupos, de modo a permitir a inclusão de todos os grupos na mesma categoria. A resposta encontrada por Freud é que, em todos esses grupos, a **condensação** está sempre presente, e mais, ela domina as outras técnicas, como podemos confirmar nas palavras do próprio autor: “(...); *portanto, a **condensação** permanece sendo a categoria mais ampla. Todas estas técnicas são dominadas por uma tendência à **compressão**, ou antes à **economia**. Tudo parece ser uma questão de **economia***” (FREUD, 1905, p.49).

A noção de condensação é mencionada por Freud, pela primeira vez, em sua obra *A interpretação dos sonhos*, lançada no ano de 1900. Nesta obra, Freud propõe que, durante o nosso sono, o processo de formação do sonho realiza dois trabalhos ou operações, que seriam o trabalho de condensação e o trabalho de deslocamento.

O trabalho de condensação consiste na abreviação dos pensamentos do sonho, ou seja, dos pensamentos oníricos; esta abreviação pode ser descrita como um modo de combinar dois objetos, pessoas, ou palavras e nomes, transformando-os em uma única entidade. O produto desta combinação, ou seja, a nova entidade criada se manifesta no conteúdo do sonho. Para clarear essa questão, recorreremos ao próprio autor:

A primeira coisa que se torna clara para quem quer que compare o conteúdo do sonho com os pensamentos oníricos é que ali se efetuou um trabalho de *condensação* em larga escala. Os sonhos são curtos, insuficientes e lacônicos em comparação com a gama e riqueza dos pensamentos oníricos. Se um sonho for escrito, talvez ocupe

meia página. A análise que expõe os pensamentos oníricos subjacentes a ele poderá ocupar seis, oito ou doze vezes mais espaço (FREUD, 1900, p. 272).

Em outro trecho, o autor faz referência à condensação como um trabalho de combinação de duas entidades em uma; elucidando melhor, a questão da abreviação, conforme podemos observar através da passagem abaixo:

O trabalho de condensação nos sonhos é visto com máxima clareza ao lidar com as palavras e nomes. É verdade, em geral, que as palavras são freqüentemente tratadas, nos sonhos, como se fossem coisas, e por essa razão tendem a se combinar exatamente do mesmo modo que as representações de coisas (FREUD, 1900, p. 286).

Ressalta-se que, em nenhum momento, seja em sua obra sobre os sonhos ou em seu estudo sobre os chistes, o autor apresenta uma definição explícita para o termo condensação; mas, através das análises que ele oferece em ambos os trabalhos, e também por meio de suas explicações, pode-se chegar a uma constatação do que seja, para o autor, a definição de condensação, definição esta já anteriormente apresentada aqui.

Com o intuito de oferecer maiores esclarecimentos sobre a condensação, repetimos abaixo o exemplo (1). A repetição do exemplo deve-se ao fato de que, em nosso julgamento, este é o melhor exemplo de condensação apresentado por Freud, aliás, exemplo que ele extraiu de Heine:

Exemplo (1):

Heine introduz a deliciosa figura do agente de loteria e calista hamburguês, Hirsch-Hyacinth, que se jacta ao poeta de suas relações com o rico Barão Rothschild, dizendo finalmente: E tão certo como Deus há de me prover todas as coisas boas, doutor, sentei-me ao lado de Salomon Rothschild e ele me tratou como um seu igual – bastante familionariamente.

A análise que Freud realiza sobre este chiste é bastante longa e pormenorizada; por conta disso, vamos direto ao ponto que nos interessa. Para Freud, o que faz desse exemplo um chiste é a sua técnica verbal ou expressiva. O autor vai dizer que esta palavra, aparentemente incompreensível, “**familionariamente**”, é o resultado da técnica de condensação ou abreviação, que vai se efetuar sobre o pensamento contido no chiste. Esse pensamento é formado por duas orações que são: “*R. tratou-me bastante **familiar**, isto é, tanto quanto é possível para um “**Millionar**”*. Esse pensamento, representado por duas orações, sofrerá a

ação de uma força compressora, termo do próprio autor, e, como resultado dessa ação, surgirá a palavra **familonariamente** que, a princípio, parece ser destituída de sentido, mas que é imediatamente compreendida em seu contexto e reconhecida como dotada de sentido.

Nessa primeira fase de seu estudo, quando postula a existência de todas essas técnicas e constata que elas poderiam ser agrupadas em uma única categoria que seria a categoria de condensação, o autor percebe que esses chistes poderiam ser descritos como chistes verbais, ou seja, são chistes que **dependem basicamente da expressão verbal**.

Já, em uma segunda etapa de sua pesquisa, o autor dedica-se aos chistes do tipo **conceptual**, ou seja, aqueles chistes que não dependem, em termos de seu gatilho, da expressão verbal. Nessa etapa, Freud descreve outro grande número de técnicas, e mais uma vez, tenta descobrir qual a principal categoria capaz de abarcar todos esses novos grupos. Elege, então, como categoria capaz de incluir todos os novos grupos encontrados a categoria do **deslocamento**.

A noção de deslocamento, assim como a noção de condensação, foi citada por Freud, anteriormente, em sua investigação sobre os sonhos. Para ele, o processo de formação dos sonhos, além de realizar o trabalho de condensação, realiza o trabalho de deslocamento, conforme podemos verificar através do trecho abaixo:

Ao fazer nossa coletânea de exemplos de condensação nos sonhos, a existência de outra relação, provavelmente de importância não inferior, já se tornara evidente. Via-se que os elementos que se destacam como os principais componentes do conteúdo manifesto do sonho estão longe de desempenhar o mesmo papel nos pensamentos do sonho. E, como corolário, pode-se afirmar o inverso dessa asserção: o que é claramente a essência dos pensamentos do sonho não precisa, de modo algum, ser representado no sonho (FREUD, 1900, p. 294).

Em um outro trecho, o autor explica um pouco mais sobre o que seria este trabalho de deslocamento:

No curso da formação de um sonho, esses elementos essenciais, carregados como estão de um intenso interesse, podem ser tratados como se tivessem um valor reduzido e seu lugar pode ser tomado, no sonho, por outros elementos sobre cujo pequeno valor nos pensamentos do sonho não há nenhuma dúvida”(FREUD, 1900, p. 295).

Freud assevera que os chistes de deslocamento não dependem da expressão verbal, i.e., não dependem da palavra, mas sim do curso do pensamento, ou melhor, do “*desvio do curso do pensamento, no deslocamento da ênfase psíquica para outro tópico que não o de abertura*” (FREUD, 1905. p. 57). Para explicar esse fenômeno vamos recorrer, mais uma vez, a um exemplo examinado por Freud:

Exemplo (11):

Um indivíduo empobrecido tomou emprestado 25 florins de um próspero conhecido seu, após muitas declarações sobre suas necessidades circunstâncias. Exatamente neste mesmo dia seu benfeitor reencontrou-o em um restaurante, com um prato de maionese de salmão à frente. O benfeitor repreendeu-o: ‘Como? Você me toma dinheiro emprestado e vem comer maionese de salmão em um restaurante? É *nisso* que você usou o meu dinheiro?’. ‘Não o compreendo’, retrucou o objeto deste ataque; ‘se não tenho dinheiro, *não posso* comer maionese de salmão; se o tenho, *não devo* comer maionese de salmão. Bem, quando *vou* então comer maionese de salmão?’ (grifos do autor).

Freud inicia sua análise afirmando que, nesse chiste, nenhuma substituição de palavras possibilitará a destruição do chiste, uma vez que o sentido da resposta seja conservado, pois, este chiste depende de um desvio no curso do pensamento.

Para Freud, nesse chiste, o deslocamento faz parte do trabalho de criação do chiste, e não integra o trabalho de compreensão dele. Neste ponto, o pesquisador destaca que, em sua investigação, o que realmente interessa são os processos de criação, de elaboração de um chiste e não os processos de compreensão dos mesmos. A sua preocupação central é entender porque as pessoas criam os chistes, qual a função psíquica da piada e não como os indivíduos compreendem o chiste.

Voltando para o exemplo acima exibido, o tópico de abertura é a falta de dinheiro de um sujeito que, para suprir suas necessidades básicas, se vê obrigado a tomar um dinheiro emprestado. A nossa atenção é propositadamente desviada ou deslocada para um novo tópico que reside sobre a possibilidade ou não desse sujeito gastar o dinheiro, que ele não tem, com coisas supérfluas.

Antes de finalizarmos esta seção, ressaltamos que, embora a obra de Freud tenha sido nomeada de *Os chistes e sua relação com o inconsciente*, na verdade, o autor lida com vários exemplos que, em nossa abordagem, pertencem ao gênero piada. Há, portanto, em sua coletânea uma mistura de gêneros, ora um exemplo pertence à categoria gênero ‘piada’, ora

pertence ao gênero ‘chiste’. De qualquer modo, o importante é destacar que o estudo de Freud nos interessa, justamente, por conta dos exemplos de piadas que ele analisa em seu trabalho. Assim, constatamos que algumas das considerações que ele estabelece para o que nomeia como chiste; podem também ser associadas ao gênero ‘piada’.

Estamos, portanto, assumindo que piada e chiste são fenômenos distintos. A piada é um gênero textual/discursivo, o que significa dizer, que apresenta uma forma definida, convencionalizada, relacionada com uma expectativa de forma e modos de significação específicos, o que implica o seu caráter essencialmente repetitivo, i.e., pode ser contada e recontada, por indivíduos distintos em diversas situações comunicativas. O chiste, ao contrário, pode ser recontado, mas nunca repetido, pois, o chiste é um evento único; está intimamente associado à noção de enunciado proposta por Bakhtin (1921), ou seja, o chiste está vinculado a uma determinada situação contextual singular; aliás, é esta que determina o seu surgimento. O chiste é um exercício de inteligência e sagacidade, que um indivíduo realiza sobre os equívocos da língua, sobre uma situação específica visando o riso (CONDE, 2005, p. 22).

Vale ressaltar, por fim, a relevância que os conceitos de condensação e deslocamento terão em nossas análises, quando estabeleceremos suas possíveis relações com o conceito de compressão das redes de integração conceptual.

4.2.2. A abordagem clássica de Raskin

A obra de Raskin, *Semantic mechanisms of humor*, foi publicada em 1985 e se tornou o livro mais canônico, mais clássico em termos de estudos lingüísticos sobre o humor. Assim, sua referência é sempre obrigatória para aqueles que almejam enfrentar o humor no campo da Lingüística.

Os fenômenos referentes aos processos de significação são a grande inquietação de Raskin. Por conta disso, ele reivindica, para o seu estudo sobre o humor, ou melhor, sobre as piadas verbais o *status* de uma semântica do humor, como podemos constatar através do título de seu livro *Semantic mechanisms of humor*. Nessa obra, o autor tenta desvendar os mecanismos responsáveis pela construção do sentido de uma piada. Para tanto, Raskin vai

revisitar a teoria dos atos de fala de Austin (1962), as máximas conversacionais de Grice (1975) e a teoria dos *scripts* (1977). Dessa forma, podemos vislumbrar, em seu trabalho, um olhar, explicitamente, semântico-pragmático, ou seja, voltado para o uso efetivo da língua. Além disso, o autor não dispensa, em suas análises, elementos de ordem social, não deixa de considerar aspectos referentes à cultura americana e, principalmente, fundamenta boa parte de suas hipóteses sobre o modo jocoso de comunicação (*non-bona-fide communication*) por meio de exemplos do humorista Johnny Carson, do ator Rodney Dangerfield e do diretor Woody Allen. O que interessa para Raskin, na verdade, é o acordo pragmático que esses humoristas movimentam em cena, em seus domínios e antecipações no jogo entre o sério e o jocoso, pois, mesmo sendo um analista de piada e privilegia o texto como foco de sua atenção, o autor não refuta informações da cena real de um ato de humor (CONDE, 2005).

O autor também defende que uma teoria semântica do humor teria que integrar uma capacidade “*intuitiva natural do falante nativo*” e, para o caso específico dessa semântica, a habilidade para perceber um texto como sendo engraçado.

O primeiro delineamento da tese principal de Raskin (1985) reside na postulação de um quadro de condições necessárias e suficientes que obedecem a duas propriedades semânticas: “*primeiro, para ser uma piada, um texto deve ser parcialmente ou completamente compatível com dois diferentes scripts, e segundo, uma relação especial de oposição de scripts deve ser obtida entre os dois scripts*” (RASKIN, 1985, xiii). Em seu capítulo teórico, o autor amplia levemente esta questão:

Um texto pode ser caracterizado como uma piada, se ambas as condições são satisfeitas: (i) o texto é combatível, completamente ou em parte, com dois diferentes scripts; (ii) os dois scripts com os quais o texto é compatível são opostos em um sentido especial. (Os dois scripts com os quais algum texto é compatível são considerados sobrepostos completamente ou em parte neste texto) (RASKIN, 1985, p. 99).

O autor afirma que a sua proposta de uma semântica do humor não dispensa informações de ordem social e psicológica e que a sua abordagem privilegia o humor verbal, cujo estímulo reside sempre no texto.

Assim, postula que há várias informações que contribuem para o efeito de uma piada. Entre essas informações, destaca a experiência do falante, a experiência do ouvinte que, no

plano psicológico, deverão ser analisadas em separado, mas que, no plano social, poderão ser consideradas em conjunto. Para o autor, qualquer discrepância nesses planos pode acarretar o sucesso ou o insucesso de uma piada. Além disso, deixa claro que a concretização de um ato de humor exige uma conjunção complexa de fatores lingüísticos e extralingüísticos.

Revisitando as máximas conversacionais de Grice, propõe um modelo de máximas conversacionais específicas para a comunicação realizada no contexto de uma piada. Primeiro, apresenta as máximas de Grice e, em seguida, as máximas específicas para a piada, delas derivadas. Assim, procederemos do mesmo modo aqui, de forma a tornar mais clara a revisão de Raskin:

1. Máximas conversacionais (GRICE, 1975, p.45)

- (i) Máxima da Quantidade: fale somente o necessário;
- (ii) Máxima da Qualidade: diga somente o que você acredita ser verdadeiro;
- (iii) Máxima da Relação: seja relevante;
- (iv) Máxima do Modo: seja sucinto.

Na piada, as máximas devem ser diferentes, pois, conforme argumenta Raskin, a piada apresenta um modo jocoso de comunicação. Nesse sentido, as máximas concebidas para o discurso piadístico são as seguintes:

2. Máximas para a piada (RASKIN, 1985, p. 103)

- (i) Máxima da Quantidade: dê exatamente todas as informações necessárias para a piada;
- (ii) Máxima de Qualidade: diga somente o que é compatível com o universo da piada;
- (iii) Máxima da Relação: diga somente o que é relevante para a piada;
- (iv) Máxima do Modo: conte a piada eficientemente.

Nos termos postos, pode-se constatar que, para que uma piada seja considerada um texto bem formado, devem-se seguir as máximas. Tal exigência implica a afirmativa de que o narrador seja capaz de apresentar ao ouvinte todas as informações essenciais para o entendimento da piada; seja capaz de selecionar apenas aspectos compatíveis com o universo discursivo criado pela piada; seja capaz de falar apenas o que for importante para a construção

do sentido da piada e, por fim, seja capaz de efetuar sua tarefa de forma eficiente, o que, em resumo, significa seguir todas as máximas anteriores.

Em resumo, a proposta de Raskin para a investigação de um discurso jocoso, ou seja, para o gênero piada, fundamenta-se nos princípios pragmáticos específicos formulados para este tipo de discurso, associando-os à teoria semântica dos *scripts* (CONDE, 2005), na medida em que postula a necessária articulação entre dois *scripts* opostos.

4.2.3. A abordagem cognitivista de Giora

Em seu artigo *On the cognitive aspects of the joke* publicado em 1991, Rachel Giora discute a estrutura do gênero piada em uma perspectiva cognitivista. O estudo de Giora tenta explicar o mecanismo do humor, centrando-se especificamente sobre a noção de efeito surpresa na semântica das piadas, gerado pela articulação entre informatividade marcada e não-marcada. Vale ressaltar que este estudo terá significativo relevo em nossa abordagem analítica (cf. capítulo 5).

A autora esclarece que, neste estudo, o efeito surpresa analisado restringe-se às piadas verbais em que esse efeito se deve a uma ambigüidade semântica. Dessa maneira, o trabalho de Giora não considera piadas que manipulam expectativas sintática e pragmática.

Assim, a autora propõe um conjunto de condições necessárias para que uma piada verbal, cujo recurso lingüístico manipulado consiste em uma ambigüidade semântica, seja um texto bem formado. Para tanto, parte de seu estudo anterior, no qual ela propõe algumas condições para a boa formação de um texto em geral. As condições necessárias para que um texto seja bem formado, conforme Giora (1985, 1988), são as seguintes:

- (A) Um texto dado ou segmento-de-texto inicia-se com a mensagem menos informativa. Esta mensagem menos informativa define o Tópico Discursivo (DT); é uma generalização que governa o resto das mensagens no texto. Cognitivamente, funciona como o protótipo da categoria que representa a estrutura redundante de um conjunto (a Exigência da Relevância de Giora, 1985).

(B) Progride-se gradualmente ao longo do eixo informativo, no qual cada mensagem é mais informativa que a anterior (a Exigência da Informatividade Gradual de Giora 1988). Dada esta Exigência de Informatividade Gradual, o texto deve finalizar com a mensagem mais informativa. A informatividade é definida em termos de classe de membros e em termos das teorias clássicas da informação (Shannon 1951, Attneave 1959, *inter alia*).

Nessa perspectiva, Giora afirma que a noção de informatividade é essencial para o entendimento do mecanismo de humor. Assim, a autora explica em que consiste essa noção. Conforme a teoria clássica da informação (Shannon 1951, Attneave 1959, *inter alia*, *apud* Giora), *uma mensagem é relativamente informativa para o número de incertezas que ela relativamente reduz ou elimina para uma questão*. Com o intuito de ilustrar melhor essa noção, a autora apresenta o seguinte exemplo:

Dado o contexto de (a – d), é obvio que (f) é relativamente mais informativa que (e) para a questão: quem ganhou o prêmio?

(a) As pessoas podem comprar apenas um ticket.

(b) Há 39 tickets azuis e 1 ticket verde.

(c) 40 pessoas compraram os tickets.

(d) A pessoa que comprou o ticket verde ganhou o prêmio.

(e) Alguém comprou o ticket verde.

(f) James comprou o ticket verde.

A autora explica que (e) não reduz o número de incertezas para a questão acima como faz (f). Em termos de probabilidade, a autora acrescenta que (f) é também menos provável que (e), pois a chance de uma pessoa ter comprado o ticket verde é maior que a chance de James ter comprado o ticket verde. Então, a mensagem mais informativa em um conjunto ou contexto é a mensagem menos provável neste conjunto.

Além dessa noção de informatividade, a autora assume a noção de inclusão de categoria, nos termos postos por Rosch 1973, Rosch e Mervis 1975, Tversky 1977, Smith e Medin 1981. Sendo assim, define a categoria como um conjunto de duas ou mais entidades, que apresentam similaridades em um ou mais aspectos. Os membros da categoria compartilham traços comuns, estes traços os identificam como membros da mesma categoria e os diferenciam dos membros de outras categorias. Nesse sentido, o membro da categoria mais

informativo é aquele que apresenta maior número de traços do que o exigido para ser membro da categoria em questão.

De acordo com a *noção de categorização* acima assumida, a informação que vários membros da categoria têm em comum é considerada redundante nesta categoria. Por outro lado, a informação que os membros não compartilham e que é adicional para o conjunto de traços similares é considerada como informativa nesta categoria. A organização categorial implica que a informação que os membros da categoria não compartilham e que determina a sua distintividade dentro desta categoria se constitui como informatividade nesta categoria.

Em resumo, pode-se afirmar que o membro mais informativo em um conjunto, i.e., o membro que carrega o maior número de informação extra, comparado com o protótipo da categoria neste conjunto, é, assim, o mais provável tanto em termos psicológicos quanto em termos de incertezas reduzidas. Em termos psicológicos, pois, quanto mais informativa for a entidade da categoria, mais distância cognitiva há em relação ao protótipo da categoria.

É, neste enquadre, que a autora assevera que a *noção de surpresa* está associada com a *noção de informatividade*; quanto mais informativa for a mensagem, quanto menos provável ela for, mais surpreendente ela será.

Depois de estabelecer a relação entre a noção de informatividade com o efeito surpresa, Giora define que uma noção crucial para a discussão sobre a boa-formação da piada é a noção de *informatividade marcada*. Em termos de marcação, a autora explica que o protótipo, i.e., o membro menos informativo da categoria é tido como membro *não-marcado*; este membro representa a categoria e é o membro mais acessível. O mais informativo da categoria, ou seja, o menos acessível, o menos típico ou, antes, o mais marginal, mais periférico e o mais surpreendente membro é considerado como *marcado* nesta categoria. Em termos textuais, a autora afirma que um texto expositivo padrão é considerado informativo, mas não *marcadamente informativo*, pois, este tipo de texto exhibe uma gradação entre as informações; primeiro as menos informativas, passando-se às mais informativas. Com a piada, no entanto, a autora verificou que **não há essa gradação entre a mensagem menos informativa para a mais informativa**. Ao contrário, há uma passagem abrupta da informação menos informativa para a mais informativa, o que implica a afirmação de que a piada é um gênero *marcadamente informativo*. Em outros termos, pode-se afirmar que a última informação do gênero piada é

mais informativa, uma vez que é a menos acessível, a menos provável e também a mais distante, em termos de números de traços similares, com as outras informações precedentes.

É com base em tudo isso que a autora formula as condições necessárias para uma piada bem-formada. A piada é bem-formada se e somente se:

- (i) obedece à Exigência de Relevância;
- (ii) viola a Exigência de Informatividade Gradual;
- (iii) obriga o leitor/ouvinte a cancelar a primeira interpretação não-marcada em favor da interpretação marcada.

A autora, então, constata que a piada deve evocar sempre duas interpretações, sendo uma não-marcada e a outra marcada, e que as duas interpretações evocadas devem ser relacionadas assimetricamente, já que a interpretação final é marcada informativamente. Giora deixa claro que, se a noção de informatividade marcada for violada, a piada perde o seu efeito.

4.2.4. A contribuição de Possenti no cenário nacional

No cenário nacional, no campo da Lingüística, os trabalhos de Possenti merecem destaque especial. Em sua obra, *Os humores da língua: análises lingüísticas de piadas*, publicada em 1998, o autor defende que os lingüistas poderiam ver nas piadas as propriedades essenciais das línguas naturais, tanto no que se refere à sua estrutura, quanto ao seu funcionamento.

Possenti destaca, na introdução de sua obra, que não há uma Lingüística do Humor, que, no máximo, existem lingüistas que trabalham eventualmente sobre ou a partir de dados colhidos em textos humorísticos e, com esses dados, podem se discutir fenômenos relacionados aos domínios da sintaxe, da morfologia, da fonologia e etc. Descrever os mecanismos lingüísticos responsáveis por desencadear o nosso riso é a tarefa que o autor se coloca, partindo da postulação de Freud (1905) de que o chiste consiste, fundamentalmente, em uma certa técnica.

O autor, então, tenta explicar o modo como as piadas **funcionam** e não como **significam**. E para legitimar sua posição, convoca Raskin para quem a Lingüística explica o “como” e não o “porquê” do humor. Nesse sentido, Possenti pretende preencher uma lacuna no cenário brasileiro, apresentando uma abordagem lingüística para os fenômenos relacionados ao discurso do humor. Dessa forma, defende, de forma firme, que seu livro é um livro de Lingüística.

Com esse enquadre, vai propor uma ampla taxonomia lingüística para as piadas, com base no mecanismo lingüístico que é posto em causa de maneira central. Mas, o autor adverte que, em geral, as piadas acionam mais de um mecanismo simultâneo. Com base nisso, classifica as piadas em fonológicas, morfológicas, léxico, dêixis, sintaxe, pressuposição, inferência, conhecimento prévio, variação lingüística e tradução. Os exemplos abaixo ilustram alguns destes tipos:

(1) Piada Fonológica: manipulam o material fonético, os sons das palavras.

Exemplo (12):

- Sabe o que o passarinho disse pra passarinha?
- Não
- Qué danoninho?

(2) Piada sintática: são piadas que lidam com problemas relacionados ao mal-entendido causado pela organização sintática.

Exemplo (13):

- Sua mãe tá aí. Você não vai receber?
- Receber por quê? Por acaso ela me deve alguma coisa?

(3) Piada de dêixis: são piadas que lidam com os problemas de entendimentos gerados pelas referências dêiticas.

Exemplo (14):

Duas “cobras” olhando o céu numa noite estrelada:

- Como nós somos insignificantes!
- Você e quem? (L. F. Veríssimo)

Sob outra perspectiva, partindo de uma abordagem posta pela Análise do Discurso, o pesquisador afirma que só existem piadas sobre temas que são socialmente controversos, tais como sexo, política, racismo, canibalismo, instituições em geral, loucura, morte, desgraças,

sofrimentos, defeitos físicos e etc. Nesse sentido, as piadas são interessantes, na medida em que quase sempre são veículo de um discurso proibido, subterrâneo, não oficial que não se manifestaria em outros textos.

Possenti (1998, p 49) argumenta sobre o discurso que circula através do humor no seguinte trecho extraído de sua obra:

O que caracteriza o humor é muito provavelmente o fato de que ele permite dizer alguma coisa mais ou menos proibida, mas não necessariamente crítica, no sentido corrente, isto é; revolucionária, contrária aos costumes arraigados ou prejudiciais. O humor pode ser extremamente reacionário, quando é uma forma de manifestação de um discurso veiculador de preconceitos, caso em que acaba sendo contrário a costumes que são, de alguma forma, bons ou, pelo menos, razoáveis, civilizados, como os tendentes ao igualitarismo, sem dúvida melhores que os seus contrários.

O autor chama a nossa atenção para o fato de que as piadas operam fortemente com estereótipos, com caracterização, nos termos freudianos. Assim, constata Possenti que elas fornecem um bom material para a pesquisa sobre “representações”.

Outro aspecto destacado é o fato de as piadas não terem autor; simplesmente caem na “boca do povo” e passam a ser ditas por todos. Na verdade, a experiência demonstra que basta acontecer um fato marcante que, em pouco tempo, um número grande de piadas sobre esse assunto começa a circular, sem que ninguém assuma a autoria de tal criação. E, na verdade, a autoria não importa, pois, como observa Bérghson (1900), o humor é a voz de um grupo.

A grande contribuição de Possenti, no cenário brasileiro, foi ter reivindicado para as piadas o *status* de dados autênticos para a investigação de diversos fenômenos no campo da Lingüística. Seu trabalho aponta a grande relevância que o discurso do humor pode representar para a compreensão de várias questões referentes não só à língua, mas também ao discurso, como as identidades, a alteridade e etc.

4.2.5. Uma abordagem centrada na teoria de gênero

Em sua investigação, vinculada à Lingüística Textual, Muniz (2004) tenta descobrir se a piada pode ser considerada um gênero textual. Para tanto, a autora vai sustentar a sua pesquisa nos fundamentos das teorias de gênero, mais especificamente, na abordagem bakhtiniana, que

postula que as três categorias definidoras de um gênero são: **o conteúdo temático, o estilo e a construção composicional**. Partindo dessa concepção, Muniz tenta verificar se a piada pode ser concebida com um gênero.

A partir desse enquadre, a autora busca desvelar quais são os critérios empregados pelas pessoas na definição do texto piada. Com esse intuito, constitui o seu *corpus* de análise, por meio de piadas enviadas por terceiros. Assim, observa que os seus colaboradores definem o texto piada através do critério de **propósito comunicativo**. Essa noção, nos termos postos por Swales (1990), é considerada, por Muniz, como fundamental na definição de um gênero. Nas palavras da autora: “*a noção de propósito comunicativo é de extrema importância, pois, está de tal forma imbricada com a noção de gênero, que pode-se dizer até que é parte constitutiva desta*” (MUNIZ, 2004, p.85). No entanto, destaca que é um critério problemático, uma vez que um texto pode apresentar mais de uma finalidade. Em decorrência disso, postula que, para a definição de um gênero, deve-se levar em conta mais de um fator e elege as três categorias propostas por Bakhtin (1952).

Seguindo esses critérios, a autora postula que o texto piada apresenta, como seu propósito comunicativo, principal, fazer rir; sua organização estrutural é configurada pela seqüência narrativa; o seu estilo é fortemente definido pelo modo jocoso e, por fim, o seu conteúdo temático privilegia, na grande maioria das vezes, assuntos polêmicos ou estereótipos. Portanto, a piada é um gênero textual.

Dentre os critérios definidores do gênero piada, para Muniz, o mais essencial é a presença da seqüência narrativa. É este critério que pode diferenciar o gênero piada dos demais gêneros do humor.

Na perspectiva recortada, a autora conclui que muitos dos textos de humor tidos como piada, na verdade, não o são, pois, não apresentam a seqüência narrativa em sua composição. Um dos exemplos apresentados por Muniz são as adivinhas. Consideradas por muitos como piada, as adivinhas não podem ser classificadas como tal, uma vez que não apresentam em sua estrutura a seqüência narrativa, como comprovou o estudo de Dionísio (1999). Para esse autor, as adivinhas são pares de pergunta-resposta e apresentam, como seu traço característico, o caráter descritivo e não o narrativo.

. Para a autora, uma análise completa desse gênero, contudo, deve ser capaz de tratar tanto de seus aspectos formais, ou melhor, estruturais como de suas questões de natureza

pragmática e semântica. Aliás, essa é uma crítica feita por Bonini¹⁸ (2001). Para o autor, a maioria das abordagens sobre gênero ou elegem como seu objeto de análise o aspecto funcional de um determinado gênero ou voltam-se para os aspectos formais. A grande maioria dos estudos sobre gêneros não faz uma associação entre função e forma.

4.3. Considerações finais

Todos os trabalhos apresentados neste capítulo terão, de um modo ou de outro, relevo em nossas análises.

Em relação a Freud (1905), ainda que possa parecer uma ousadia teórica a associação que nos propomos a fazer, é difícil não considerar uma certa convergência entre as categorias analíticas postas por ele e outras propostas pela Linguística Cognitiva. As técnicas nomeadas pelo autor como condensação e deslocamento evocam o que, no âmbito da Teoria da Mesclagem (Cf. seção 2.4.3), é nomeado como **compressão**. Aliás, o autor também emprega o termo compressão em seu trabalho. Uma das técnicas descritas por Freud recebe o nome de **condensação com formação de substituto**, o que parece descrever o resultado de uma mescla, para a LC. A formação do substituto se daria no domínio mescla, caracterizado por ser um domínio inédito, mas que apresenta vestígios de seus domínios de origem.

Outro detalhe que nos chama a atenção é o uso do termo **economia** feita pelo autor. Uma das funções da mescla é promover a compreensão por meio da compressão, é tornar o múltiplo em uno. Dessa forma, entendemos que a mescla visa à obtenção de economia, economia esta que está a serviço da compreensão. E esse é justamente o papel concebido por Freud para a técnica da **condensação**, para usarmos o termo do próprio autor.

Para esta investigação, a grande contribuição de Freud reside na descoberta desses dois processos de criação dos chistes que são a **condensação** e o **deslocamento**. Para nós, a condensação e o deslocamento estarão associados aos dois núdulos de construções ou *clusters* do gênero ‘piada’, propostos em nossa análise.

¹⁸ Para maiores detalhes, ver BONINI, Adair. Gênero textual como signo lingüístico: os reflexos da tese da arbitrariedade. In: **Linguagem e discurso**, Tubarão, v. 1, n. 2, 2001.

A investigação freudiana, de natureza epistemológica tão distinta da perspectiva posta pela Lingüística Cognitiva, tenta dar conta do inconsciente psicológico dos indivíduos, evidenciando de que forma os chistes e as piadas atuam nesse inconsciente. Já a LC busca compreender o inconsciente cognitivo dos indivíduos e é neste sentido que tomamos a piada como agenda de análise. Desse modo, este é o ponto de partida para a grande diferença entre o trabalho de Freud e o presente estudo. Para Freud, é a **produção** da piada que está em foco; para nós, o processo de significação, visto dos dois lados – locutor e alocutário têm igual relevo.

A contribuição de Raskin (1985) para a nossa investigação reside na afirmativa de que a piada se processa por meio da oposição de *scripts*. Esta idéia vem também ao encontro dos pressupostos da Lingüística Cognitiva e da Teoria da Mesclagem, e terá grande relevo em nossas análises, uma vez que estamos assumindo que a piada opera sobre diferentes domínios (dois pelo menos) conflituosos e é desse confronto que surge um novo domínio.

Outra contribuição cara a esta investigação é a noção de informatividade marcada trazida por Giora (1991). Através dessa noção, compreende-se melhor a estrutura do gênero piada e, principalmente, a questão do efeito surpresa que é constitutivo desse gênero.

Além dessas contribuições, destacamos o estudo de Muniz (2004), que trouxe informações relevantes sobre o gênero piada, tanto em seu aspecto formal, quanto em seu aspecto conceptual, evidenciado a necessidade de se diferenciar o gênero piada de outros gêneros do humor, através da sua marca de narratividade.

5. Uma abordagem construcional dos gêneros textuais – o caso do gênero ‘piada’

*Um chiste diz o que tem a dizer nem sempre em poucas
palavras, mas em palavras poucas demais.*
T. Lipps

Conforme anunciado no capítulo 2, três pressupostos básicos instituem o escopo teórico nuclear da Lingüística Cognitiva (LC), quais sejam, a concepção de linguagem como um dos modos da cognição, a postulação do poder projetivo-imaginativo como constitutivo da cognição e da linguagem humana, a crença na insuficiência do significante e na motivação sociocognitiva e cultural da gramática. Sustentada por esses pilares, a LC elege como agenda investigativa principal a tarefa de desvelar os processos de significação.

Nessa empreitada, a teoria da Gramática das Construções (GC) surge como uma importante aliada. Na GC (cf. seção 2.4.4.), as unidades lingüísticas, seja em qual nível for, são tratadas como redes simbólicas, i.e., como construções integradas de forma e modos de significação semântico-pragmática (Miranda, 2006). Nessa perspectiva, léxico e gramática recebem tratamento indistinto e Semântica e Pragmática se definem em um contínuo. A arquitetura da gramática de uma língua passa a ser desenhada, então, como um conjunto de construções, ou seja, como uma rede de estruturas simbólicas.

A GC, conforme já apresentado (cf. seção 2.4.4), é uma teoria da gramática que busca enfrentar, de modo inovador, os desafios da significação, propondo uma alternativa teórica ao sintatocentrismo gerativista. É fato, no entanto, que nesse diálogo dissidente, a GC, na busca do enfrentamento de questões postas pela agenda gerativista, vem se detendo, de forma privilegiada, no domínio da sintaxe. Assim é que questões de outros domínios, tais como o morfológico e, mais ainda, o domínio discursivo, permanecem à margem de um projeto analítico mais significativo.

Entendendo-se que, na definição de construção, “tamanho não é documento” (cf. seção 2.4.4.3), nossa proposta é, nos termos postos por Miranda (2006), estender o construto teórico firmado pela Teoria da Gramática das Construções ao nível do discurso. Dito de outro modo, nosso propósito, ratificando um princípio de economia teórica decorrente do antimodularismo da LC, é contribuir para a firmação da GC como uma teoria capaz de abarcar fenômenos de

distintos níveis do conhecimento lingüístico. Nesse sentido, a proposta de generalização do conceito de construção implica também uma concepção de gramática como um sistema de conhecimentos que inclui unidades de TODOS os níveis, sejam elas mórficas, sintáticas ou discursivas. Assim, como Östman (2005, p. 124) propõe a extensão da GC ao nível de uma teoria da linguagem, estamos, em termos similares, considerando o conceito de gramática dentro de uma ampla perspectiva de conhecimento lingüístico do falante-ouvinte, o que inclui o conhecimento de unidades mais amplas e complexas como as construções discursivas.

Um conceito teórico altamente relevante para essa abordagem ampliada da GC, conforme já sinalizamos (cf. seção 2.5), é a concepção de léxico proposta na teoria da Arquitetura Paralela de Jackendoff (2002). De acordo com essa teoria, o léxico é constituído por uma rede de padrões construcionais, os chamados itens lexicais, que inclui desde padrões simples, como morfemas, palavras, padrões sintáticos mais complexos, até itens lexicais discursivos, como gêneros e padrões conversacionais. Assim, o léxico é constituído por padrões de natureza distinta, em uma grande rede definidora da arquitetura da gramática.

Nesse enquadre, o propósito principal deste capítulo é mostrar que os **gêneros textuais podem ser concebidos como construções**, ou seja, como pareamentos de forma e modos de significação, o que implica o reconhecimento de sua natureza convencionalizada, esquemática e de seu caráter de estabilidade e flexibilidade, a um só tempo. Assim, as construções de gêneros textuais passam a ser pensadas em duas dimensões:

1. como **padrões construcionais** complexos de natureza abstrata, armazenados em nossa memória de longo-termo (MLT), como o padrão ‘piada’, o padrão ‘carta’;
2. como **gêneros** propriamente ditos, ou seja, como **construções instanciadas**, a partir de padrões abstratos, como um exemplo de prática social concreta: a carta que eu escrevi para o meu amigo no dia 12/09/2006, a piada do português na alfândega.

Nesse sentido, postulamos que existe, no léxico, uma **rede de padrões construcionais discursivos genéricos**, instanciáveis por diversos gêneros, tais como uma lenda, um conto, uma dissertação de mestrado, uma resenha, uma receita culinária, um inventário e etc.

É, pois, dentro do enquadre teórico configurado que apresentamos nossas hipóteses gerais acerca das construções discursivas:

1. O conhecimento lingüístico do falante acerca de uma língua implica o domínio de uma rede de construções simbólicas, o que inclui o domínio de **CONSTRUÇÕES DISCURSIVAS** nos mesmos moldes que o de construções gramaticais e lexicais já amplamente reconhecidas.
2. Essas **CONSTRUÇÕES DISCURSIVAS** estão armazenadas em nossa memória de longo-termo (MLT) como itens lexicais complexos, ou seja, como padrões discursivos abstratos, capazes de inseminar uma rede de construções empiricamente instanciáveis.
3. As **CONSTRUÇÕES DISCURSIVAS** são instituídas de um pareamento de forma e modos de significação, ou seja, apresentam uma estrutura de expectativa formal de um lado e, do outro, uma estrutura de expectativa semântico-pragmática. Esses dois aspectos são os responsáveis pela sua definição e distinção.

Para tentar dar conta de nossa tarefa, elegemos o gênero ‘piada’ como evidência empírica, buscando, por meio de sua definição, descrição composicional e funcional, afirmar a idéia da GC como uma teoria capaz de abarcar uma representação uniforme de TODO o conhecimento lingüístico, incluindo o conhecimento das construções discursivas.

Sendo assim, nossas hipóteses específicas acerca do gênero ‘piada’ podem ser anunciadas, nos seguintes termos:

1. Existe um **PADRÃO ABSTRATO NARRATIVO GENÉRICO (PANG)**, armazenado como item lexical na memória de longo-termo (MLT), que **inseminaria** todos os tipos de padrões de gêneros narrativos, tais como a lenda, o romance, **a piada**, o conto e etc.

2. O PADRÃO DISCURSIVO DO GÊNERO ‘PIADA’ [pd ‘piada’], inseminado pelo PANG, **instanciaria** uma rede de construções substantivas de piadas, ou seja, construções “concretas”.
3. Essa rede de construções seria estruturada a partir de dois *clusters* básicos que são: o *cluster* de **compressão formal** e o *cluster* de **compressão conceptual**.

Nos termos das hipóteses formuladas acima, o presente capítulo organiza-se da seguinte forma: em primeiro lugar, anunciamos a nossa metodologia de trabalho (cf. seção 5.1); passamos, então, a definir o PADRÃO ABSTRATO NARRATIVO GENÉRICO – PANG (cf. seção 5.2). Em seguida, descrevemos o PADRÃO DISCURSIVO DO GÊNERO ‘PIADA’ (cf. seção 5.3). Esta seção contempla, primeiramente, o aspecto formal, composicional desse padrão (cf. seção 5.3.1); depois, a descrição dos aspectos pragmáticos e semânticos do [PD ‘PIADA’] (cf. seção 5.3.2). Passamos, a seguir, à apresentação dos *clusters* construcionais inseminados por esse padrão (cf. seções 5.4). Os exemplos mais à margem do esquema prototípico proposto para o gênero ‘piada’ e as principais distinções entre o gênero ‘piada’ e os demais gêneros do humor são considerados nas seções 5.5 e 5.6, respectivamente. A seção final (5.7) é destinada as considerações finais.

5.1. Metodologia de trabalho

Nossa metodologia de pesquisa constitui-se, basicamente, na formulação de um corpus de 428 piadas, coletadas em *sites* de humor e em situações reais de interação.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, na medida em que não utilizamos nenhum recurso para a quantificação dos dados. Além disso, destacamos o caráter interpretativo da metodologia empregada, uma vez que qualquer análise investigativa voltada para o processamento do significado não pode prescindir de uma abordagem interpretativa.

Vale realçar que, no âmbito da Linguística Cognitiva a formulação de hipóteses amplas, ancoradas em pressupostos teóricos e analíticos, foi um princípio norteador de nosso trabalho analítico.

O exame dos dados para a comprovação ou não das hipóteses acima formuladas é o que procedemos a seguir.

5.2. O Padrão Abstrato Narrativo Genérico (PANG)

Conforme anunciado, o que estamos postulando, a princípio, seria a existência, em nosso léxico, de um padrão abstrato, de caráter mais genérico e mais aberto, capaz de inseminar gêneros narrativos tais como a ‘lenda’, o ‘conto’, o ‘romance’, a ‘piada’ e etc. Esses gêneros seriam, pois, **prototipicamente** marcados, em termos de uma estrutura de expectativa, pelo Padrão Discursivo Narrativo Genérico (PANG).

Como um padrão construcional, o PANG deve-se configurar como um pareamento de forma e função semântico-pragmática e discursiva, como passamos a descrever.

No **domínio pragmático**, isto é, no plano das práticas sociais de linguagem, tal padrão responde à necessidade comunicativa de documentar a ação humana “real”, a experiência vivida, ou de mimetizar esta ação em um plano ficcional.

Em termos de **função semântico-discursiva**, esse padrão se define por duas relações fundamentais: a relação **temporal**, a determinação do tempo que flui, e a **relação causal** entre os fatos, entre as ações que instituem os eventos sequenciais e determinam a passagem de um estado a outro. Essa é a função primeira e primária do narrar. Como pano-de-fundo, o padrão narrativo apresenta os demais componentes: os atores e o contexto (espaço e marcos temporais) das ações. Em suma, o esquema narrativo tenta responder, primariamente, às seguintes questões: quem, o quê, quando, onde.

Tais funções vêm sendo descritas, de modo distinto, na literatura sobre gêneros (cf. seção 3.3). Labov & Waletzky (1967), por exemplo, descrevem o esquema narrativo, nos seguintes termos, resumo, orientação, complicação, avaliação, resolução, coda. Já Adam (1992) as define em termos de seqüências narrativas, apresentando seis unidades construcionais para o tipo textual narrativo, que são: orientação, complicação, (re)ações ou avaliação, resolução, situação final e moral. Labov & Waletzky (1967) postulam que, com exceção da complicação que deve estar sempre presente, por equivaler exatamente à função de

relação temporal de eventos, os outros componentes podem estar presentes ou não em um texto narrativo.

Como estamos falando de um padrão construcional mais abstrato, o pareamento de forma/função, i.e., a relação simbólica entre seqüências lingüísticas e as funções semântico-discursivas acima apresentadas é marcadamente aberta. Nos termos de Jackendoff (cf. seção 2.5), este seria um padrão “defectivo”, uma vez que não apresenta, de pronto, uma realização fonológica.

Em termos da estrutura formal, estudos mais voltados para as seqüências lingüísticas do padrão narrativo, vêm delineando algumas expectativas. Uma das marcas prototípicas de tais seqüências é, por certo, a dinâmica de flexão de tempo (passado) e de aspecto verbal (perfectivo e imperfectivo) que sinaliza a relação semântica de tempo e causalidade no fluxo discursivo e delimita seqüências de figura (complicação) e fundo (orientação) na narrativa, como ilustra o exemplo abaixo:

Exemplo (15):

Madalena

Jesus, acompanhado de Madalena, **estava realizando** uma pregação sobre a tolerância, quando num determinado momento falou à multidão:

- Quem nunca **errou** que atire a primeira pedra!

Logo em seguida, um português **se destacou** da multidão e **começou a atirar** pedras em Madalena. Espantado, Jesus **questionou** o rapaz:

- Meu filho! Você nunca **errou** em sua vida?

- Não dessa distância – **respondeu** o português.

Em termos de expectativas formais, outras marcas, por certo, devem configurar as seqüências lingüísticas do PANG, tais como as marcas de construção de referências, de ordenação relativas ao marco temporal instalado no texto. Esse não é, contudo, o foco do presente estudo que tem sua agenda analítica mais voltada para os aspectos macroestruturais desse padrão. Dessa forma, na presente descrição do PANG está lacuna fica registrada.

Há, contudo, aspectos da seqüência lingüística cujo preenchimento caberá aos padrões dos gêneros prototipicamente instanciáveis pelo narrar (cf seção 5.2.2). Assim, padrões construcionais distintos do PANG, como os padrões do gênero ‘conto de fada’, da ‘fábula’, da ‘história de terror’, da ‘notícia’ ou da ‘piada’, desenharão, de modo distinto, sua “materialidade” lingüística, acionando recursos peculiares às suas funções específicas. Nesse

sentido, nossa hipótese é de que **quanto mais convencionalizados, mais fechada será a relação simbólica entre forma e função desses padrões**. É assim que dá para pensar uma instanciiação concreta dos gêneros ‘história de aventura’, ‘fábula’, em forma de verso, mas não dá para contar uma piada dessa forma. O melhor exemplo de história de terror faz pensar em páginas e páginas, mas é possível uma história de terror pequena, em poucas palavras. Piadas, ao contrário, são fortemente convencionalizadas como narrativas curtas, como veremos na próxima seção. Há padrões de gêneros narrativos que mesclam, de modo mais livre, seqüências narrativas com seqüências de outros tipos textuais, como argumentar, expor, por exemplo. Piadas, por sua estrutura minimalista, mais uma vez, permitem vôo mais curto.

Enfim, o Padrão Abstrato Genérico Narrativo, como uma forma de conhecimento lingüístico estável e flexível, a um só tempo, armazenado em nosso léxico, vai propiciar aos falantes a categorização e o agrupamento de determinado conjunto de gêneros em torno do NARRAR. Vai oferecer uma visão holística deste conjunto, como um todo cognitivamente mais simples que a soma das partes que o integram, constituindo uma ampla rede de construções.

Nos termos descritos, apresentamos a formalização do Padrão Abstrato Genérico Narrativo (PANG) no quadro abaixo. Tal modelo de formalização é uma retomada, em termos discursivos, de padrões similares, propostos por Jackendoff (2002) para construções sintáticas e por Carmo (2004, p.76) e Santos (2005, p. 66), para padrões mórficos.

PADRÃO DISCURSIVO	
Classe: PADRÃO ABSTRATO NARRATIVO GENÉRICO	
Função pragmática:	documentação da ação humana “real” ou mimesis da ação no plano ficcional
Função semântico-discursiva:	relações de temporalidade e de causalidade entre eventos
Estrutura lingüística:	seqüências narrativas

Quadro 2: Padrão Abstrato Narrativo Genérico

Conforme, proposto no diagrama acima, o PANG é um item lexical complexo armazenado no léxico, constituído prototipicamente por uma seqüência narrativa que cumpre

sua função básica de demarcar os fatos cronologicamente, estabelecendo as relações de causa e efeito entre estes fatos.

5.3. O Padrão Discursivo do Gênero ‘Piada’ – [PD ‘ piada’]

O Padrão Discursivo do Gênero ‘Piada’ [PD ‘ piada’] vai repetir, como qualquer construção, o pareamento de uma estrutura formal e de uma estrutura semântico-pragmática e discursiva, conforme já anunciado neste trabalho. Em termos da arquitetura da gramática como uma rede de construções, o PD ‘piada’ é aquele conhecimento discursivo que, em termos de expectativas convencionalizadas, nos permite saber que “uma piada é uma ‘piada’”.

Nossa tarefa consiste, pois, na configuração deste padrão.

Pode-se conceber este padrão em termos de pareamento de forma e função mais lineares, mais restritas - fusão de seqüências narrativas e formas de enunciados lingüísticos -, o que estamos nomeando como **estrutura composicional**. É este o limite que vimos observando nas análises desse gênero. Ou pode-se concebê-lo em termos mais plenos, o que implica levar em conta expectativas de enquadre conceptual e pragmático impostas pelo efetivo jogo da linguagem e de processamento cognitivo desses modos de significação.

No presente estudo, nos propomos, inicialmente, proceder à descrição da estrutura composicional do PD ‘piada’, apresentando sua formalização em termos da teoria da GC (seção 5.2.1), para, em seguida, retomar os modos de significação do padrão ‘piada’, levando em conta o processamento cognitivo do jogo discursivo. Para tanto, a teoria da mesclagem será nosso escopo teórico principal (seção 2.4.3).

5.3.1. A estrutura composicional do PD ‘piada’

O padrão do gênero ‘piada’ é inseminado pelo PANG, o que implica a afirmação de que esse gênero é, prototipicamente, constituído pela seqüência narrativa e de que é, portanto, um gênero que pertence ao agrupamento do tipo textual narrativo. As pesquisas mais recentes sobre o gênero ‘piada’, como Muniz (2004), Conde (2005), apontam que essa característica é

fundamental para que possamos diferenciar o gênero ‘piada’ dos demais gêneros do humor, que se configuram em termos de outros tipos de seqüências, podendo, pois, ser agrupados em tipos textuais diferentes do gênero ‘piada’.

Agrupado, portanto, dentro do NARRAR, a marca primeira do PD ‘piada’ é o seu **forte grau de convencionalização**, o que implica reconhecer um padrão construcional menos aberto. É assim que podemos apontar a traço da **brevidade** como a primeira marca convencional, definidora desse gênero narrativo. Piadas são narrativas curtas, por definição.

Tomando a ‘piada’ como tipo textual narrativo, estamos propondo, nos termos do PANG, um padrão construcional para este gênero que implica 4 seqüências: **orientação (seqüência 1)**, **complicação (seqüências 2 e 3)** e **desfecho** ou a **resolução (seqüência 4)**. A princípio, parece não haver nenhuma diferença entre a estrutura desse gênero e a de outros gêneros narrativos, no entanto, como verificaremos, essa similaridade é apenas aparente.

No gênero ‘piada’, a **orientação** representa a seqüência 1; trata-se de um enquadre situacional que tem como função contextualizar a situação, esclarecendo para o interlocutor informações essenciais, como os marcos temporais (*um dia, no dia seguinte...*) e espaciais (*na escola, no aeroporto...*), a identidade (*os esteriótipos, como o português, a loura, o gay...*) e os distintos estados dos personagens no fluxo discursivo. A orientação, neste gênero, apresenta a particularidade de ser sempre breve e de poder aparecer em “ligeiras doses” de informação no início ou ao longo da piada, como ilustram as seqüências em negrito do exemplo(16):

Exemplo (16):

O sujeito estava na sua casa bem sossegado, num dia de folga

A campainha toca e dá de cara com a sogra.

- *Olá, sogrinha!* - *cumprimenta ele, **fingindo satisfação**.* - *Que bom que a senhora veio nos visitar.*

Então ele percebe que ela está com uma maleta nas mãos.

- *Quanto tempo a senhora pretende ficar com a gente?* - *pergunta, **preocupado**.*

- *Ah! Acho que até vocês se cansarem de mim!*

- *Sério mesmo? Não vai nem tomar um cafezinho?*

A **complicação**, no gênero ‘piada’, é constituída por duas seqüências essenciais, quais sejam, a seqüência 2, **não-marcada**, e a seqüência 3, **marcada**. Tais categorias remetem, respectivamente, ao estatuto de centro (não-marcado) e de periferia (marcado) de um protótipo (GIORA,1991, p.465). O exemplo (17) ilustra tais seqüências presentes na complicação:

Exemplo (17):

O Ministro da Fazenda chega em Washington para uma importante reunião com o FMI.

(COMPLICAÇÃO – SEQUÊNCIA 2, não-marcada)

Chegando lá, começa a cair uma terrível tempestade e como o Ministro não quer molhar a barra da calça de seu terno Armani, **ele arregança as calças** antes de atravessar a rua e entrar no prédio.

Nisso, um de seus assessores lhe aconselha:

- **Ministro, não se esqueça de abaixar as calças!**

(COMPLICAÇÃO – SEQUÊNCIA 3, marcada)

- Eu sei, eu sei – responde o Ministro. – **Mas primeiro, vamos tentar um acordo.**

A sequência 2 pode ser reiterada várias vezes, enquanto que a sequência 3 nunca poderá se repetir. Para ilustrar a reiteração da sequência não-marcada, a seguir, apresentamos um exemplo desse tipo de piada, em que a sequência 2 é reiterada duas vezes:

Exemplo (18):

Havia um brasileiro, um japonês e um português num lugar cercado por um abismo.

(SEQUENCIA 2)

Aí o brasileiro tropeçou num treco: era uma lâmpada mágica.

Ele esfregou a lâmpada, o gênio saiu e falou:

- Cada um de vocês tem direito a fazer um pedido de se transformar em uma coisa que voe, para saírem desse lugar.

(SEQUENCIA 2.1)

Aí foi o japonês, saiu correndo e gritou:

- Águia!

Então, ele saiu voando.

(SEQUENCIA 2.2)

Foi o brasileiro e gritou:

- Gaivota!

E saiu voando também.

(SEQUENCIA 3)

Foi o português correndo, tropeçou numa pedra e gritou:

- Merda!

A sequência 3 representa o ponto máximo da complicação, ou seja, esta sequência é, a nosso ver, o **clímax** da pequena trama.

A complicação, na grande maioria dos casos de instaciações de piadas, é marcada por uma estrutura dialogal, em que a voz do narrador é abreviada, subfocalizada na cena, em função do relevo da voz dos atores que compõem a trama. Tal estrutura promove, mais uma vez, o esquema minimalista, definidor da piada.

Como podemos constatar, a estrutura composicional proposta aqui não se afasta do esquema inicial postulado, tanto por Labov & Waletzky (1967) quanto por Adam (1992) para a seqüência narrativa, conforme vimos no capítulo 3. Ambos os esquemas, mantidas as devidas distinções, apresentam seis unidades construcionais para a seqüência narrativa. No entanto, no gênero piada, em virtude da brevidade constitutiva desse gênero, o esquema narrativo aparece em sua estrutura mínima. Assim, a estrutura de expectativa do PD ‘piada’ apresenta apenas três unidades construcionais, quais sejam, a orientação, a complicação e a resolução.

Nos termos propostos por Giora (1991), a grande diferença entre o gênero piada e os outros gêneros narrativos reside na estruturação particular apresentada na complicação desse gênero. Partindo da teoria da informatividade que implica o princípio da exigência da informatividade gradual, a autora vai afirmar que os textos em geral apresentam uma gradação na exposição das informações, ou melhor, a primeira informação é sempre menos informativa que a sua seguinte e, assim sucessivamente. Nesse sentido, a última informação tem sempre o *status* de mais informativa. Assim, para que o texto seja bem formado, as informações são apresentadas em uma escala de informatividade crescente. No gênero piada, no entanto, **não ocorre está gradação** (cf. seção 4.2.3). Ao contrário, a passagem de uma informação menos informativa para outra mais informativa se processa de forma abrupta, repentina, ou seja, de forma inesperada, ou mais ainda, de modo surpreendente. Esta é uma das características que nos permite diferenciar o gênero piada dos demais gêneros narrativos.

Partindo da teoria do protótipo, Giora vai definir informações “menos informativas” como **não-marcadas** e como o centro do protótipo. Por outro lado, informações “mais informativas” seriam **marcadas** e se afastariam do centro prototípico. Em nossa análise do PD ‘piada’, estamos assumindo tais postulações que, a nosso ver, lançam luzes sobre a dinâmica das seqüências ou das informações mobilizadas na complicação.

A partir dessa perspectiva teórica, a autora define as condições essenciais de boa-formação de uma piada, afirmando que “uma piada é bem-formada se e somente se ela obedece à exigência de relevância; viola a exigência de informatividade gradual; obriga o leitor/ouvinte a cancelar a primeira interpretação não-marcada em favor da interpretação marcada” (GIORA, 1991, p.470).

De fato, como veremos mais adiante (cf. seção 5.2.2), não se trata apenas da violação do princípio de informatividade gradual, mas também da natureza contraditória das informações marcadas e não-marcadas, provenientes de *frames* ou domínios conceituais conflitantes que se projetam em mescla, gerando o mal-entendido, o nonsense, ou a chave do enigma da piada.

Outra característica fundamental ao PD ‘piada’ está na natureza da sequência 4, a **resolução**. Observe-se que o domínio do locutor “termina” na geração do enigma da complicação. A **resolução**, isto é, a desconstrução do mal-entendido é tarefa do alocutário. Nossa hipótese é de a resolução na piada é uma **categoria vazia**, o que implica afirmar que, embora a sequência 4 não se manifeste de forma explícita no texto enunciado, isso não significa que ela não exista em termos de expectativa do padrão construcional. No domínio da sintaxe, já é consensual a postulação deste tipo de categoria. É o caso, por exemplo, das construções destransitivizadas (BRONZATO, 2000), tais como:

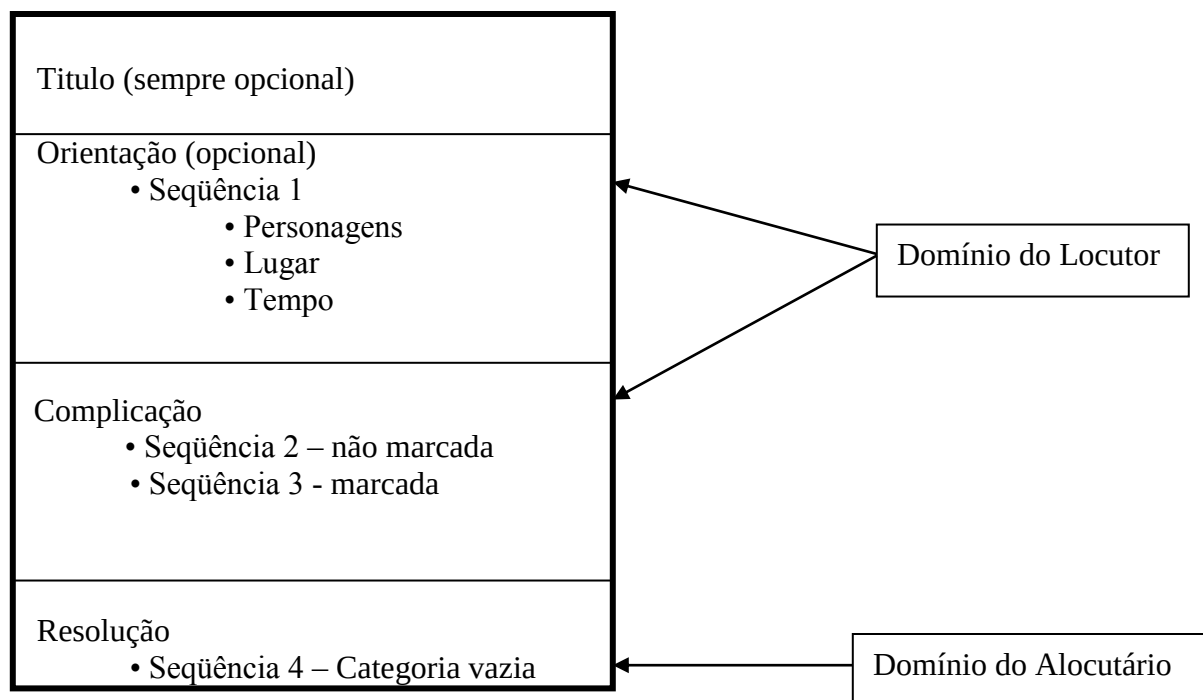
- (i) Ele fuma Ø.
- (ii) Ele bebe Ø.
- (iii) Ela deu Ø.
- (iv) “Vou apertar Ø, mas, não vou acender Ø agora”.

Em todas essas frases, o objeto direto encontra-se implícito, ou seja, ele existe cognitivamente, para locutor e o alocutário, mas, por razões de natureza pragmática (o veto moral imposto pelos grupos sociais) não tem expressão lingüística. Portanto, temos um claro exemplo de categoria vazia nas construções sintáticas destransitivizadas.

No caso do PD ‘piada’, a expectativa marcada pelo gênero é de que a categoria vazia seja preenchida pelo alocutário em termos do efeito perlocutório desejável, o que implica a restauração da coerência do texto e o desencadeamento do riso. Voltaremos a esta questão na seção dedicada a especificidade semântico-pragmática do gênero ‘piada’ (seção 5.2).

Em síntese, a resolução, como sequência 4, representa o desfecho da piada, a resposta do enigma proposto ao alocutário e, por conta disso, nunca poderá ser explicitada no texto, pois, caso isso ocorra, a piada perderá o seu efeito. Esta é mais uma característica essencial capaz de distinguir a piada dos demais gêneros narrativos.

Nesse enquadre, apresentamos o esquema básico para a estrutura composicional formal do Padrão Discursivo do Gênero ‘piada’, em termos similares ao esquema proposto por Östman (2005, p.133) para os padrões discursivos:



Quadro 3: Padrão construcional formal da piada

Nos termos da Gramática das Construções (Goldberg, 1995), tal estrutura composicional já poderia, por si, definir o PD ‘piada’, uma vez que já dispomos de um pareamento de função/forma, nos termos previstos pelo modelo. De fato, a estrutura composicional do gênero acima apresentada já implica uma complexa articulação de forma (seqüências lingüísticas) e função (unidades textuais com funções semântico-discursivas: orientação, complicação e resolução). Nos termos da GC, podemos postular o diagrama (7):

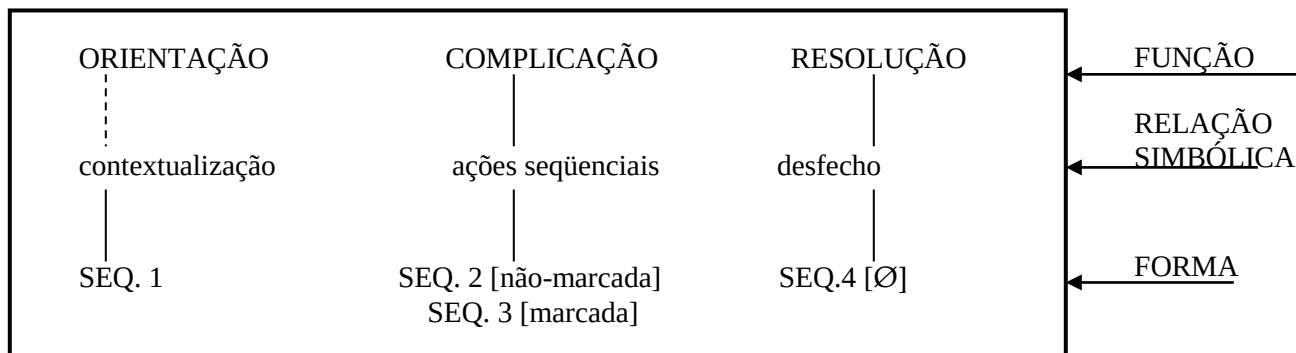


Diagrama 7: Formalização do Padrão Construcional do Gênero 'piada'

Antes de explicar a formalização proposta, vale ressaltar que tal formalização é, de alguma forma, uma “livre adaptação” (e talvez até mesmo uma ousadia!) inspirada nos modelos de formalização de padrões sintáticos propostos pela GC de Goldberg (1995).

A formalização no diagrama acima sinaliza o pareamento de forma e função, promovendo a fusão simbólica das mesmas, de modo marcadamente linear e estrutural. Tal formalização, a nosso ver, contempla um lado do PD 'piada', sem, no entanto, recobrir propriedades semântico-pragmáticas essenciais à definição plena do padrão como um modelo de expectativa, como uma forma de conhecimento disponível e apta para servir ao jogo **efetivo** da linguagem. De fato, como veremos à frente, em seus múltiplos níveis e propriedades, esse padrão construcional se institui mediante uma tarefa cognitiva complexa que implica projeção de domínios no denominado processo cognitivo de mesclagem.

Na mesclagem, ocorre a substituição do mecanismo de **fusão**, unidirecional, proposto por Goldberg (cf. seção 2.4.4.1) pelo de **integração multidirecional**, nos termos de Mandelblit (cf. seção 2.4.4.2). Só assim, poderemos dar conta da geração do mal-entendido (cf. seção 5.2.2.2) e do jogo pragmático colocado em cena entre os interlocutores, por exemplo, o que não cabe no modo de fusão previsto pela formalização acima.

É, portanto, por meio do processo cognitivo da mesclagem que nos propomos a desvendar os múltiplos domínios que integram e definem o PD 'piada'. Antes de avançarmos, no entanto, propomos um pequeno parêntese, a seção a seguir, com vistas a considerar contribuições e confrontos de outra abordagem do gênero 'piada', proposta por Muniz (2004).

5.3.1.1. Abordagens distintas: contribuições e confrontos

Uma contribuição importante em nossa investigação foi o estudo de Muniz (2004). A análise realizada pela autora se ancora em teorias de gêneros e volta-se para as unidades composicionais do gênero ‘piada’. A autora cumpre dois propósitos analíticos. O primeiro é a definição da piada como um gênero textual; o segundo, o enquadramento desse gênero como tipo textual narrativo. O exemplo de análise feita por Muniz (2004, p.106-108) ilustra a natureza e os limites de sua agenda:

Exemplo (19):

“Um dia, nos correios, os carteiros, ao separarem as cartas para envio, depararam com uma delas endereçada a DEUS. Um dos carteiros, em tom de brincadeira, disse:

- E aí, como nós vamos mandá-la para o céu?

- Já sei - disse o outro - vamos abrir a carta, e vamos ver se conseguimos ajudar.

A carta era de um menino que pedia o seguinte: “Senhor DEUS, faz tempo que meu pai está desempregado, sem dinheiro, e tem de sustentar minha mãe, minha irmã e eu. As contas vão aparecendo e o dinheiro não chega. Por favor, mande-nos 1000 reais para nos ajudar. Conto com você! Sentindo muita pena, os carteiros fizeram uma vaquinha e arrecadaram 800 reais. Não conseguiram chegar aos 1000, mas mesmo assim mandaram a carta de volta para o menino com o valor obtido.

Na outra semana, o menino mandou mais uma carta para DEUS, e os carteiros decidiram ler os agradecimentos:

- Muito obrigado, Papai do Céu. Rezarei por várias noites para agradecer o dinheiro que nos enviou, mas da próxima vez, mande um cheque, porque o filho da puta do carteiro roubou 200”.

O padrão analítico seguido pela autora, e amplamente reiterado, é o seguinte:

“Contextualização: o enredo se passa numa central dos correios e tudo começa quando os carteiros vêem uma carta endereçada a Deus;

Personagens: temos nesta piada várias personagens, sendo a principal, o garoto que envia a carta. Os carteiros, a família e o próprio Deus entram como personagens secundários nesta pequena trama. Os carteiros, apesar de terem violado uma carta (fato expressamente proibido e reprovável), são caracterizados como pessoas de bem, que se comovem com o pedido do menino, a ponto de fazerem uma “vaquinha” para arrecadar dinheiro para ajudar ao garoto. Este, por sua vez, pelo teor da primeira carta, é caracterizado como uma criança humilde e ingênua (já que endereça uma carta a Deus!), que no momento passa por dificuldades financeiras junto a família. A graça desta piada vai residir justamente na transformação desta personagem ao final do texto;

Complicação: os carteiros se comovem com o pedido do menino e resolvem ajudá-lo, porém, e aí vai estar o gatilho da piada, eles não conseguem todo o dinheiro requerido pelo garoto;

Resolução: Após se suceder o prazo de alguns dias, necessários para que a carta chegasse ao menino e retornasse com os agradecimentos, chegamos ao final da narração com o garoto dando os agradecimentos esperados, mas não só isso! A graça da piada vai residir justamente no fato de que há uma transformação nesta personagem ao ver que não havia recebido tudo que havia solicitado: de garoto humilde e ingênuo, ele passa a ser injusto, porque ele não apenas irritou-se com a quantidade que faltava do dinheiro, como atribuiu este “roubo” aos pobres coitados dos carteiros”.

Como se pode constatar, a análise de Muniz (2004) é uma análise de **conteúdo** que enquadra o conteúdo das seqüências dentro do esquema narrativo.

Apesar da natureza inteiramente distinta de nossas análises, o trabalho de Muniz contribui com o nosso, na medida em que ratifica a nossa hipótese de afirmação do PD ‘piada’ como fortemente convencionalizado e prototipicamente constituído pela seqüência do narrar. Nesses termos, outros padrões de gêneros que possuem a função pragmática de fazer rir, mas não se configuram como seqüência narrativa prototípica, nos termos descritos em nosso estudo, não podem ser considerados como ‘piada’.

Em um ponto crucial nossas análises divergem. A **resolução** é vista, no trabalho de Muniz como uma unidade explícita do texto, fornecida pelo locutor, e não como uma categoria vazia, a ser preenchida pelo alocutário, como efeito perlocutório desejável pelo padrão de expectativa do gênero. Talvez, o exaustivo emparelhamento de função-conteúdo promovido pela autora, com vistas a evidenciar o caráter narrativo do gênero, tenha levado ao descuido com o jogo interacional entre locutor-alocutário, igualmente definidor do PD ‘piada’ e promotor de uma relação de par adjacente entre complicação-resolução de um modo **peculiar e único**.

Em síntese, o que queremos pontuar é que a concepção de linguagem como interação - o que pressupõe ratificar o caráter cultural, interacional da cognição humana - precisa passar **do plano da crença para o plano efetivo da ação analítica**, no território da maioria dos trabalhos sobre gênero textual/discursivo. É o que tentaremos alcançar nas próximas seções, ainda que sabedores de que esta é uma tarefa complexa e de que, portanto, muitas lacunas serão deixadas, por certo, pelo nosso trabalho.

5.3.2. Descrição da função semântico-pragmática do PD ‘piada’

Conforme assinalado na seção anterior, a descrição da estrutura composicional do PD ‘piada’ efetivada até este ponto promove a fusão simbólica de forma-função, de modo bastante linear e estrutural. Tal formalização, contemplando um lado do padrão ‘piada’, deixa de recobrir propriedades semântico-pragmáticas essenciais à definição plena do padrão como um modelo de expectativa, como uma forma de conhecimento disponível e apta para servir ao jogo efetivo da linguagem.

É, pois, na busca da compreensão da dinamicidade desse jogo que nos lançamos a partir das seções seguintes, começando pela função pragmática.

5.3.2.1. O jogo pragmático no gênero ‘piada’

Nesta seção, pretende-se discorrer sobre algumas questões de ordem pragmática de fundamental importância para a compreensão do Padrão Discursivo do Gênero ‘Piada’. Dessa forma, primeiramente, abordaremos o modo como se estabelece a relação entre os enunciadores envolvidos nessa ação de linguagem, ou seja, quais são os papéis discursivos assumidos pelo locutor e alocutário nesse jogo interacional.

Em seguida, tentaremos desvelar qual o macroato de fala realizado no PD ‘piada’ e como ele se manifesta no interior desse gênero; além, de discorrer sobre *frames* ou enquadres interacionais instituídos.

5.3.2.1.1. Os papéis discursivos dos enunciadores

No gênero piada, os papéis discursivos dos enunciadores são fortemente definidos; cada um deles é responsável por uma tarefa específica em termos de expectativa desse padrão construcional. Nesses termos é que já anunciamos, na seção anterior, a proposição de dois domínios de interlocução, constitutivos do gênero ‘piada’, quais sejam, o **Domínio do Locutor** e o **Domínio do Alocutário**.

Dentro do Domínio do Locutor, que implica as seqüências de orientação e de complicação, ao narrador cabe contar a piada sem “entregar o jogo”, ou seja, cabe a ele apresentar o enigma ou o mal-entendido a ser desvendado pelo alocutário. Este, por sua vez, tem a função de decifrar o enigma apresentado pelo narrador, ou melhor, de restaurar a coerência semântico-pragmática quebrada nesse jogo. Assim, no domínio do alocutário, pode-se afirmar que esse cumpre sua tarefa de forma satisfatória se, e somente se, constrói a seqüência 4, preenchendo a categoria vazia e atribuindo significado à piada, isto é, decifrando o enigma trazido pelo locutor¹⁹.

Nesse enquadre, pode-se asseverar que há uma relação de assimetria entre os papéis discursivos assumidos pelos interlocutores, pois, enquanto o narrador detém, a todo o tempo, a resposta do enigma proposto pela piada, ou seja, o narrador domina toda a situação, o ouvinte não sabe o rumo que a piada vai tomar, não sabe a resposta do enigma e deve se esforçar para recuperar a coerência e, com isso, encontrar a resposta para o desafio proposto pelo narrador.

Cabe, a esta altura, um pequeno parêntese teórico.

Em termos de teorias pragmáticas, duas construções teóricas são aqui relevantes. As condições de felicidade de um ato de linguagem (Gouveia, 1986) e sua relação com as máximas conversacionais da piada, propostas por Raskin (1985). Os critérios de felicidade e infelicidade são usados pela teoria pragmática para descrever os atos performativos, que são aqueles tipos de atos que efetivamente realizam uma ação por meio da linguagem. No caso, por exemplo, do enunciado “*nós o elegemos presidente da assembléia*”, para que este ato performativo seja descrito como feliz devem ser satisfeitas determinadas condições, mesmo que para tal seja necessária a realização de outras ações. No enunciado acima, para que este ato atenda as condições de felicidade – o ato de eleger alguém como presidente da assembléia – é preciso que se realize uma votação, em seguida a apuração dos votos, para depois, empossar aquele que tiver o maior número de votos como o presidente da assembléia.

¹⁹ De acordo com Austin (1962), na realização completa de um ato de fala ocorrem três tipos de atos, quais sejam, **ato locutório** que corresponde à enunciação da fala; **ato ilocutório** consiste no uso de uma frase lingüisticamente operativa para realizar uma intenção; **ato perlocutório** que se traduz no resultado real, no efeito desencadeado pela ação. Os dois primeiros atos fazem parte do **domínio do locutor**, enquanto o último pertence ao **domínio do alocutário**.

É nesse rumo do jogo interlocutivo que apontam as máximas conversacionais propostas por Raskin (cf. seção 4.2.2) para o gênero piada: *“diga tudo que é essencial para a piada; diga somente o que é compatível com o universo da piada; diga somente o que é relevante para a piada; e conte a piada eficientemente”*.

Desse modo, em se tratando do gênero piada – ato performativo – o critério de felicidade e infelicidade está associado com a obediência às máximas propostas por Raskin. Uma piada pode ser descrita como feliz se ela obedece às máximas do gênero piada e infeliz se viola estas máximas.

Embora o papel de ambos os interlocutores seja de igual importância para que se estabeleçam as condições de felicidade na instanciação de uma piada, vale ressaltar que as máximas de Raskin têm em foco o papel do locutor. Cabe-lhe observar as máximas de modo a atrair, a conquistar a atenção e a cooperação do ouvinte desde o início da piada, para que sua ação seja bem sucedida. Não pode, de maneira alguma, omitir os gatilhos responsáveis pelo desencadeamento do enigma e do processo de significação da piada. Romper com essas máximas, pode significar o fracasso da ação realizada por intermédio da piada.

Para exemplificar a importância do papel discursivo do locutor, vamos reapresentar a piada do exemplo (15):

Exemplo (15):

Madalena

Jesus, acompanhado de Madalena, estava realizando uma pregação sobre a tolerância, quando, num determinado momento, Jesus falou à multidão:

- Quem nunca errou que atire a primeira pedra!

Logo em seguida, um português se destacou da multidão e começou a atirar pedras em Madalena. Espantado, Jesus questionou o rapaz:

- Meu filho! Você nunca errou em sua vida?

- Não dessa distância – respondeu o português.

Vamos imaginar que, ao contar esta piada, o locutor cometesse um ato falho e, em vez de usar o verbo “errar” na fala de Jesus, acabasse utilizando a palavra “*pecar*”, que, aliás, é a palavra realmente empregada por Jesus na passagem bíblica. Cometendo esse equívoco, o locutor impediria o ouvinte de recuperar a coerência quebrada pelo jogo, pois, o gatilho responsável pela construção do mal-entendido – a construção com o verbo “*errar*” – se perderia. Em outros termos, pode-se afirmar que o efeito perlocutório desejado, provocar o

riso, não seria atingido por uma falha do locutor. No caso da piada acima, o narrador violou a *máxima da quantidade*: dê exatamente todas as informações necessárias para a piada, a *máxima da relação*: diga somente o que é relevante para a piada e, por fim, a *máxima do modo*: conte a piada eficientemente.

O que estamos chamando de gatilho são as semioses lingüísticas ou contextuais que acionam a recuperação da coerência; em outras palavras, os gatilhos são os recursos empregados para a construção do efeito jocoso de uma piada. No caso da piada da *Madalena* apresentada acima, o gatilho capaz de desencadear o processo de construção do humor de toda a piada é a construção com o verbo “*errar*”; capaz de mobilizar dois tipos de leituras; uma canônica, não marcada, e outra totalmente inesperada, marcada.

Por outro lado, o papel do ouvinte também é extremamente relevante. A ele cabe a grande tarefa de mobilizar estratégias cognitivas para a recuperação da coerência colocada em jogo e, assim, construir o sentido da piada. Caso o ouvinte não consiga recuperar a coerência da piada, esta, conseqüentemente, não se realizará. Quando as falhas ocorrem, sejam da competência do locutor ou do alocutário, este costuma manifestar essa falha através de expressões como esta, “*eu não entendi o fim dessa piada*”. Nesse caso, “a infelicidade” está feita!

Enfim, o que estamos assinalando, de modo reiterado, é que uma descrição “feliz” do PD ‘piada’ implica considerar esse jogo interacional como **constitutivo, definidor** do padrão e não como um pano-de-fundo de uma cena. Nesses termos, a piada é uma bela evidência de linguagem como uma forma de ação conjunta, na qual os enunciadores devem, obrigatoriamente, compartilhar atenção e intenção para que a ação se concretize.

5.3.2.1.2. O PD ‘piada’ como um macroato de fala diretivo

Partindo do princípio de que a função pragmática do gênero piada é “fazer rir”, ou melhor, provocar o riso do ouvinte, ou nos termos de Freud (1905, p.96), suscitar prazer; postulamos que o macroato de fala realizado nesse gênero é do tipo **diretivo**. Conforme classificação proposta por Mateus (2003, p. 74), seguindo a taxonomia de Searle (1975), um ato diretivo pode ser entendido como: “*directivos: – tentar que o alocutário realize*

futuramente um acto verbal ou não verbal que reflecte o reconhecimento, por parte desse mesmo alocutário, do conteúdo proposicional do enunciado proferido pelo locutor”.

Assim, quando contamos uma piada a alguém, realizamos um ato diretivo, esperando sempre, nos termos de Bakhtin, uma ação responsiva desse alguém. Em termos do PD ‘piada’, a ação responsiva ou efeito perlocutório desejável e esperado como condição de felicidade é o desencadeamento do riso, mediante a restauração da coerência rompida pelo mal-entendido intencionalmente formulado.

Nessa perspectiva, a piada deve ser vista também como um par adjacente, enquadrado, conforme já propusemos, através dos domínios do locutor e do alocutário. Assim, a primeira parte do par, representada pelas seqüências narradas, é a voz do contador; a segunda parte do par, é a resposta, a decifração do enigma pelo alocutário, completando, então, o par adjacente.

A partir do exposto, parece-nos apropriado considerarmos que o ato de fala expresso no gênero piada é um ato diretivo. No entanto, em relação à descrição de Mateus cabe uma determinação a mais no que se refere ao gênero ‘piada’. Em sua descrição, a autora postula que um ato diretivo tenta levar o alocutário a realizar *futuramente* um ato verbal ou não verbal. No caso específico do gênero piada, a ação que se espera por parte do ouvinte é ação futura sim, mas tem que ser IMEDIATA. Caso contrário, a piada não se realizará como um ato feliz. De forma alguma a ação responsiva por parte do alocutário pode ser uma ação do tipo retardada, conforme os termos bakhtinianos. Nesse gênero, uma ação responsiva retardada será, quando muito uma explicação da piada, mas não alcançará mais o efeito perlocutório esperado por quem conta uma piada: o riso imediato.

Para corroborar com a nossa hipótese de que o gênero piada é um enigma formado por um par adjacente, no qual, a primeira parte do par é o domínio do locutor e a segunda parte, a resposta, é o domínio do alocutário, convocamos a noção de enunciado proposta por Bakhtin (1952).

Para o pensador russo, o enunciado é a unidade básica da comunicação discursiva. As fronteiras entre os enunciados são definidas por meio das trocas de turnos, ou melhor, através das alterações de enunciadores. Conforme, já anunciamos na seção 3.1.

Nos termos apresentados, no caso do gênero ‘piada’, o contador da piada representa o primeiro enunciator, e a piada contada é tida com o primeiro enunciado do enquadre interacional suscitado; o término desse enunciado só ocorre quando o contador encerra a piada

e passa a palavra para o ouvinte. Este, por sua vez, dá início ao segundo enunciado do gênero, ao responder de forma efetiva ao enigma proposto pelo narrador no primeiro enunciado. Dessa forma, o gênero piada é constituído por dois enunciados básicos, ou, em nossos termos, dois domínios, quais sejam: um enigma e uma resposta ou um mal-entendido e a restauração da coerência.

Consideradas as funções de ordem pragmática do PD ‘piada’, dedicamos a próxima seção às questões de natureza semântica. A quebra e a restauração da coerência que se dão nesse padrão construcional serão o foco de nossa atenção e serão explicadas à luz do complexo processo cognitivo de mesclagem.

5.3.2.2. A especificidade semântica do gênero ‘piada’

O PD ‘piada’ apresenta, como função semântica nuclear, a criação do *nonsense*, do mal-entendido, desencadeado por um discurso contraditório e inesperado.

Nesse gênero, por mais preparados que estejam os ouvintes para a quebra de suas expectativas, já que tal traço faz parte do conhecimento sobre esse gênero, esses não são capazes de prever de que modo cada piada, como uma construção instanciada, concreta, vai preencher esta função.

Nossa hipótese, ancorada na teoria da mesclagem (cf. seção 2.4.3), é de que o processamento da significação nesse gênero se faz por meio de **redes de integração conceptual de natureza conflituosa**, o que significa dizer que as piadas promovem a integração de domínios díspares. É a possibilidade de uma relação de unicidade entre esses domínios conflituosos que quebra a expectativa dos ouvintes de forma surpreendente.

Nesse enquadre, passamos a desenhar o processo cognitivo de mesclagem através do qual o PD ‘piada’ cria os seus modos peculiares e únicos de significação. Conforme explicitado no capítulo 2, a mesclagem é um processo cognitivo que implica a integração de, pelo menos, 4 domínios: dois domínios fontes, um domínio genérico e um domínio mescla (cf. seção 2.4.3).

É, pois, a partir do coração da narrativa, i.e, da **complicação**, que domínios conceptuais múltiplos vão se integrar de forma conflituosa no PD ‘piada’. Cada sequência

apresentada na complicação suscita um domínio conceptual. Na sequência 2 – não-marcada, temos um domínio conceptual mais previsível, mais acessível e menos informativo (domínio-fonte 1); já na sequência 3 – marcada, encontramos um domínio conceptual menos previsível, menos acessível, portanto, mais informativo (domínio-fonte 2). Esses dois domínios conflituosos se integram, se comprimem, instaurando o mal-entendido, o *nonsense*, enfim, o domínio mescla.

E a resolução do enigma se dá, a nosso ver, por meio da descompressão desses domínios, ou seja, o alocutário, para recuperar a coerência de um texto piadístico, deve descomprimir a mescla para atingir a tessitura da mesma, e, assim, restaurar a coerência propositalmente quebrada pela narrativa. Vale ressaltar que o processo cognitivo da mesclagem se define pela “visibilidade” de seu processamento em que o movimento de compressão e descompressão está à mostra como os fios de um tecido mesclado que se fazem perceptíveis.

Dessa forma, a restauração da coerência, nesse gênero, se realizaria por meio do processo de descompressão. Na complicação, o narrador comprime as sequências 2 e 3 apresentadas para estabelecer o enigma; o ouvinte descomprime a mescla para restabelecer a coerência, instaurando uma nova sequência que é a sequência 4, a categoria vazia que se manifesta por meio do efeito perlocutório do riso.

A construção da significação do gênero piada é, portanto, um processo dinâmico, multidirecional, que se efetiva de forma *on-line*. Compreender esse processo dinâmico é entender uma fatia da grande capacidade humana de criar, de inventar novas possibilidades de lidar com as experiências, sejam elas de caráter físico, emocional ou cultural. Compreender o processo de mesclagem significa entender que, muitas vezes, colocamos duas ou mais coisas juntas para produzir sentido, para criar novas possibilidades de relação com os fenômenos lingüísticos, como a brincadeira e o jogo, que recolocam a linguagem a nossa frente, como objeto de reflexão, e mesmo, de riso. É através da mesclagem que os sistemas lingüísticos se renovam e se ampliam, fazendo emergirem construções sintáticas, construções mórficas e construções discursivas inéditas.

Por conta disso é que postulamos que a significação do gênero ‘piada’ opera através de mesclas. O locutor realiza o processo de mesclagem para propor o enigma e, assim, provocar o

riso do alocutário; o alocutário restabelece a coerência fazendo o caminho ao contrário, isto é, descomprimindo o que passou por um complexo processo de compressão.

É o que buscaremos evidenciar a seguir, propondo a formalização do processo cognitivo de mesclagem envolvido na instanciação de uma piada, o exemplo (20):

Exemplo (20):

Dois bêbados tinham saído de um bar e estavam voltando pra casa, quando um deles falou:

- Escuta, Zé! Não é melhor a gente tomar um táxi?
- Não obrigado (hic). Hoje eu não quero misturar mais nada.

Esta piada opera sobre a rede polissêmica do verbo “tomar”. No domínio do locutor, temos a SEQÜÊNCIA 1, a ORIENTAÇÃO, responsável pelo enquadre situacional da piada (*Dois bêbados tinham saído de um bar e estavam voltando pra casa*).

Na COMPLICAÇÃO, encontramos a SEQÜÊNCIA 2, não marcada, e a SEQÜÊNCIA 3, marcada, que evocam dois domínios de natureza conflituosa.

O primeiro domínio é suscitado pela fala do bêbado 1 (*Escuta , Zé! Não é melhor a gente **tomar um táxi**?*). Este domínio representa o domínio-fonte 1, que está relacionado à compreensão da construção com o verbo *tomar* com sentido de *utilizar-se de*. Esta interpretação é ativada pelo MCI DE TRANSPORTE.

A SEQÜÊNCIA 3 instaura o segundo domínio, o domínio-fonte 2, através da fala do bêbado 2 (*Não obrigado (hic). Hoje eu **não quero misturar mais nada***). Na perspectiva desse personagem, a construção com *tomar* é concebida em seu sentido mais concreto, de *beber*, *ingerir um líquido*. Esta perspectiva é ativada pelo MCI DE BEBIDA.

Esses dois domínios evocados projetam-se, parcialmente, um no outro, estabelecendo os tipos de relações vitais que serão comprimidas na mescla (cf. seção 2.4.3), tais como a relação vital de *identidade* (identidade entre as duas acepções do verbo tomar); *similaridade* (as duas interpretações do verbo tomar apresentam pontos de contato); e *unicidade* (as duas acepções do verbo tomar se fundem no domínio mescla).

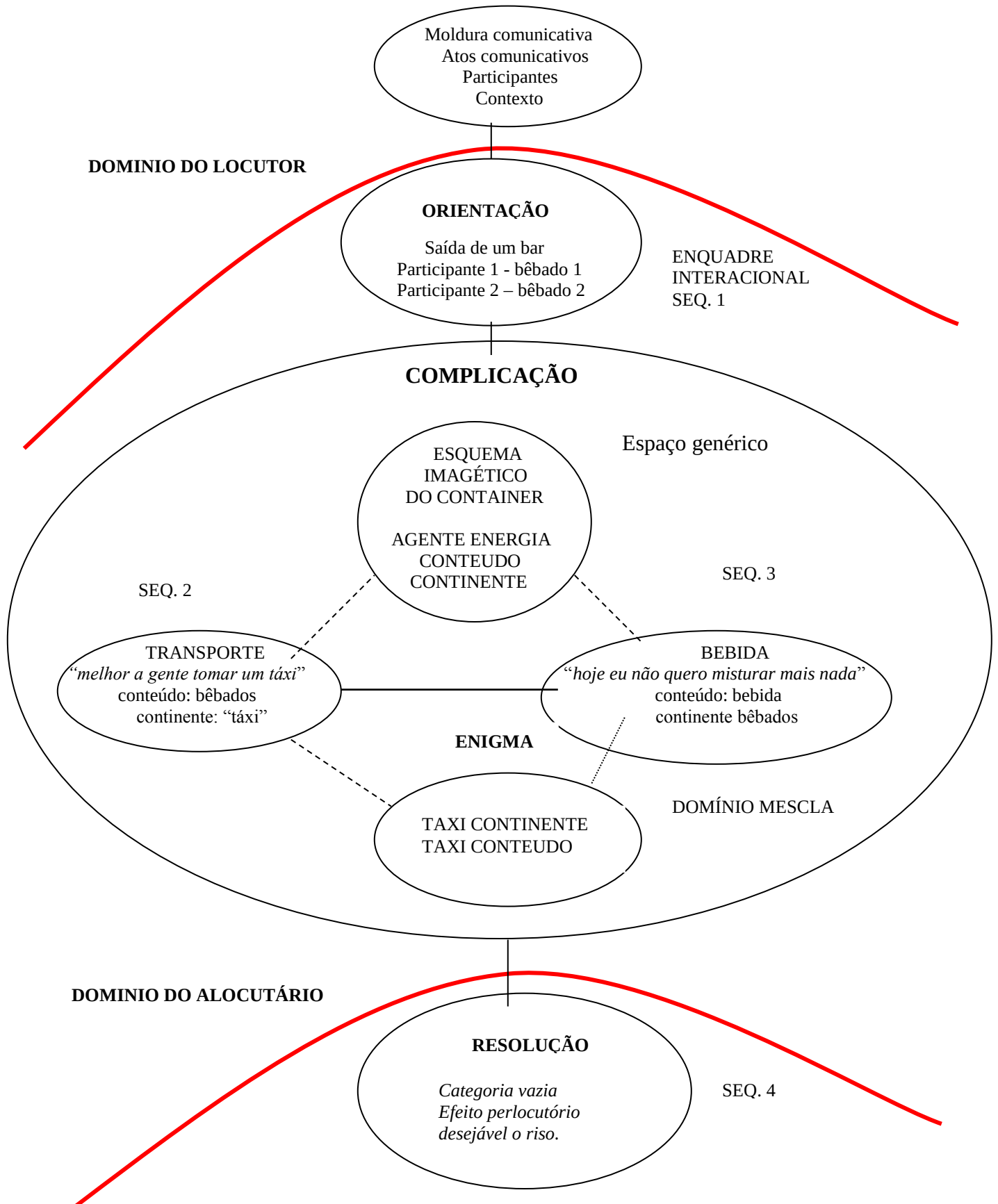
O domínio de projeção em mescla institui o enigma, o mal entendido apresentado ao alocutário. Este domínio possui a característica de ser totalmente inédito, mas de apresentar vestígios dos outros domínios. Assim, pode-se afirmar que o enigma apresentado na piada surge a partir da compressão dos domínios instaurados.

Os dois domínios-fonte se integram também em um outro domínio de caráter mais abstrato, o ESPAÇO GENÉRICO, onde relações homológicas ganham espaço. No caso da piada em análise, o espaço genérico é constituído pelo **esquema imagético de container** que organiza a projeção homológica desses dois domínios. Nos termos da LC, o esquema imagético do container deriva fundamentalmente de nossa experiência corpórea no mundo; a experiência espacial de estar dentro, como conteúdo de um continente ou de ser o continente de um conteúdo. Nos termos de Lakoff & Johnson (1980), cada um de nós é um recipiente com uma superfície demarcadora e uma orientação dentro-fora. Temos, portanto, a base conceitual de uma metáfora orientacional, conforme proposta de Lakoff & Johnson (1980), que nos permite projetar tal experiência em outros objetos (*tomar um táxi*, por exemplo, em que o táxi é o continente e o passageiro é o conteúdo) e mesmo em entidades e estados mais abstratos (*tomar juízo ou liberdade*, em que juízo e liberdade são um conteúdo da mente que é, então, o continente).

O processo cognitivo de mesclagem em questão instaura dois tipos de espaço genérico; um deles, acima descrito, integra os domínios conflituosos no interior da complicação; o outro evoca o enquadre situacional da cena apresentada pela piada. Em decorrência disso, pode-se anunciar que a mescla dessa piada é uma **mescla de múltiplo escopo** (cf. seção 2.4.3).

Na formalização a seguir, as linhas vermelhas delimitam os domínios dos enunciadores discursivos desse gênero, nos termos já descritos nas seções anteriores. Assim, temos o **domínio do locutor**, já descrito, e o **domínio do alocutário**. No domínio do alocutário temos, em termos de expectativa de efeito perlocutório, a restauração da coerência, através da descompressão do processamento em mescla, e o desencadeamento do riso.

ESQUEMA GENÉRICO



Todas as descrições propostas até aqui em relação aos domínios formal, conceptual e pragmático, nos autorizam à proposição de um PADRÃO DISCURSIVO DO GÊNERO ‘PIADA’ (PD ‘piada’), nos termos seguintes:

Classe: PADRÃO DISCURSIVO DO GÊNERO ‘PIADA’ [PD ‘piada’]
Estrutura composicional: O [Seq.1]; C [Seq 2 Seq 3]; R [Ø]
Pragmática: FAZER RIR
semântica: <i>NONSENSE</i>

Quadro 3: Formalização do Padrão Discursivo do Gênero ‘Piada’

Em síntese, no padrão acima proposto, temos um item lexical complexo armazenado sob a forma de construção discursiva, constituído de uma estrutura composicional (seqüências lingüísticas e discursivas: orientação (seq.1), complicação (seq. 2 e 3) e resolução (Ø)), emparelhada com a função pragmática (fazer rir) e semântica (gerar o mal-entendido, o nonsense).

Tal padrão construcional é, pois, nos termos da GC e de Jackendoff (2002), um item lexical complexo, uma construção discursiva ou uma unidade simbólica armazenada em nosso léxico. É, pois, através desse padrão, que se instanciam as piadas múltiplas, concretas em nosso discurso.

Vale reiterar que a proposição de um padrão construcional abstrato para o gênero ‘piada’ implica a articulação interna de forma e modos de significação semântico-pragmática, como acabamos de demonstrar, e refuta modelos analíticos que, de modo pendular, consideram ora a materialidade dos gêneros, ora o seu caráter discursivo, suas propriedades pragmáticas. Como esse pareamento é condição de existência de uma construção, o modelo da GC oferece, na formulação do padrão construcional dos gêneros, uma visão holística, guesáltica do todo definidor do gênero. Nesses termos, é que se afirma a validade da extensão da GC a padrões discursivos, uma vez que, se pensarmos a língua portuguesa (e outra língua qualquer) como uma rede de construções, há de constar do conhecimento lingüístico do falante os padrões construcionais de gênero, através dos quais esse falante domina as convenções

lingüística-discursivas específicas pertinentes a tais construções. Enfim, deve fazer parte da gramática do falante um padrão de conhecimento que lhe permita saber que uma “piada é uma ‘piada’”. Ainda que múltiplos exemplos instanciáveis apontem para a variedade, esse padrão construcional, semi-aberto, garante, a um só tempo, a estabilidade e flexibilidade desse conhecimento.

Descrito o Padrão Discursivo do Gênero ‘Piada’, passamos a abordar os dois tipos de construções ou *clusters* que esse padrão pode inseminar.

5.4. Os clusters construcionais do gênero ‘piada’

O reconhecimento da existência de duas técnicas básicas para a elaboração de um chiste (e também de piadas) é um achado de Freud (1905). O autor nomeia tais técnicas como técnicas de **condensação** e de **deslocamento**. Conforme já afirmado no capítulo 3, passamos a considerar tais técnicas do ponto de vista lingüístico e cognitivo, tratando-as como dois nódulos ou *clusters*²⁰ da rede de construções instanciáveis pelo Padrão Discursivo do Gênero ‘Piada’, acima descrito.

A proposição de tais *clusters*, no presente estudo, se sustenta na idéia de que a piada é um **enigma metalingüístico**, isto é, cada construção apresenta um gatilho lingüístico (fonológico, morfológico, semântico...) como a chave do enigma, do mal-entendido. A pista deflagradora do enigma é diferente em cada construção; em um *cluster* tem-se um gatilho de natureza formal (fonológico, morfológico, sintático, lexical) e, no outro, um gatilho de natureza conceptual (inferências, pressuposições). Estamos nomeando esses *clusters*, respectivamente, como **cluster de compressão formal** e **cluster de compressão conceptual**.

Nesse enquadre, os padrões construcionais propostos no presente estudo podem ser postos como uma parte que integra um todo, i.e., tais construções são parte de um inventário estruturado de conhecimento do falante sobre sua língua. O diagrama 8 abaixo configura as relações da rede taxonômica do PD ‘piada’, dentro dos limites aqui propostos

²⁰ O termo *cluster* pode ser concebido como um conjunto de modelos que se combinam para formar um conglomerado complexo que é cognitivamente mais básico do que os modelos tomados individualmente (LAKOFF, 1987, p. 74).

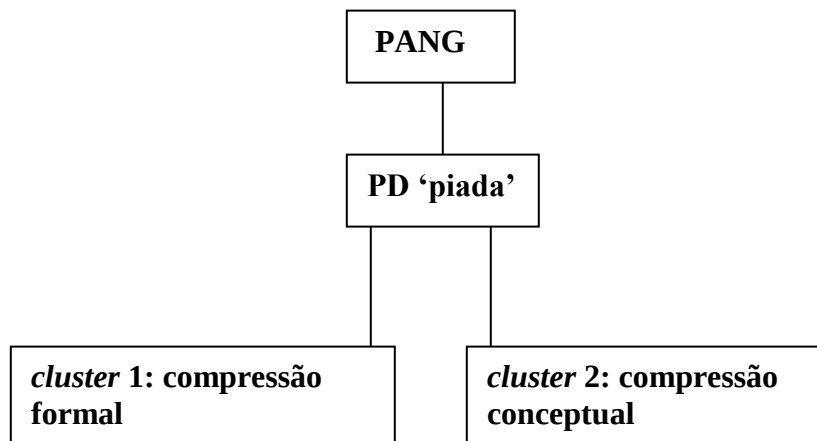


Diagrama 8: Rede taxonômica das construções do gênero piada

Em sua investigação sobre piadas, Possenti (1998) tentou identificar os recursos lingüísticos mobilizados por esse gênero, propondo uma lista de dez tipos (cf. seção 4.2.4). Entre os tipos sugeridos por Possenti, encontram-se piadas que podem ser enquadradas no *cluster* formal, tais como as piadas fonológicas, morfológicas e sintáticas e outras que podem ser encaixadas no *cluster conceptual*, tais como as de inferência e as de pressuposição. A análise de Possenti consiste basicamente na identificação e classificação dos mecanismos lingüísticos, seguida de uma explicação, em que o autor tenta demonstrar como que aquele recurso atua na piada. O autor não se propõe, contudo, a ultrapassar os limites de uma lista não estruturada.

Na perspectiva construcional presentemente assumida, uma lista não estruturada, aleatória, não pode, contudo, integrar a arquitetura de nosso conhecimento lingüístico. Construções formam, como já afirmamos, **redes**, isto é, um **inventário estruturado** de padrões armazenados em nosso léxico. Cabe-nos, pois, tentar desvendar a rede do PD'piada', buscando os seus nódulos.

Nas seções que se seguem, sem qualquer pretensão de esgotamento da questão, passamos a essa tarefa, abordando os *clusters* de compressão formal e de compressão conceptual, e delimitando os traços que os definem e os diferenciam.

5.4.1. O *cluster* de compressão formal

Freud (1905), ao descrever o que chamou de técnica de criação de **condensação**, delimitou esse grupo como sendo constituído de chistes verbais, ou seja, para o pesquisador, este grupo de construções estaria vinculado à **palavra**. Em outros termos, a elaboração desse tipo de piada seria criada a partir de ambigüidades de natureza lexical, o que implica a conclusão de que piadas desse tipo são de natureza **verbal**.

Em uma perspectiva lingüística que nos permite alguns pontos de convergência, mas não uma abordagem idêntica à promovida pelas análises freudianas, estamos definindo o *cluster* de compressão formal como um grupo de construções que apresenta a expressão lingüística, a forma, **o significante lingüístico**, como o gatilho do enigma metalingüístico. As piadas pertencentes a este tipo de *cluster*, por sua vinculação aos significantes que compõem o repertório de uma determinada língua, são produzidas através de mesclas oportunistas que comprimem, em relações vitais de identidade e unicidade, diferenças fonológicas, morfológicas, léxicas e sintáticas. Dada essa característica de materialidade formal, esse é um *cluster* mais endógeno, isto é, um *cluster* constituído de jogos lingüísticos de uma determinada língua, via de regra, não traduzíveis para outro idioma, a não ser que tal idioma apresente similares raízes formais e conceituais. Traduzidas, estas piadas perdem, via de regra, o seu efeito, a chave do enigma, do mal-entendido.

A seguir, apresentamos exemplos desse *cluster*:

Exemplo (21):

Domingo à tarde, o político vê um programa de televisão. Um assessor passa por ele e pergunta:

*- **Firme**? O político responde:*

*- Não. **Sírvio Santos**.*

Esta piada brinca com a variação lingüística, uma vez que cada personagem faz uso de uma variedade da língua portuguesa e, é, justamente isso que vai gerar o mal-entendido da piada. Mas, a variação lingüística, nesta piada, opera sobre o nível **fonológico** da língua portuguesa, já que “**firme**” (*tudo **firme**? tudo **certo**?*), na variedade padrão, equivale a “filme”, na variedade do político.

Exemplo (22)

O Joãozinho foi na padaria comprar pão. Chegando lá, ele disse para o padeiro:

- Seu Manuel, minha mãe mandou eu buscar **dois pães**.

- Não, Joãozinho é pães que se fala. Quer que coloque na sacola?

- Não, pode colocar nas **minhas mães**, mesmo.

Esta piada opera sobre o nível morfológico. O personagem Joãozinho, não dispondo de um conhecimento mais alargado sobre os mecanismos formais para a formação do plural das palavras terminadas em “ão” da língua portuguesa, infringe as regras morfológicas, criando, assim, o efeito surpresa da piada, através do uso de *mães* por *mãos*.

Exemplo (23):

Numa festa, a madame é apresentada a um eminente político.

- Muito prazer! – diz ele.
- Prazer! Saiba que já ouvi muito **falar do** senhor!
- É possível, minha senhora, mas ninguém tem provas!

Esta piada mobiliza o nosso conhecimento **sintático**, uma vez que a graça da piada encontra-se no equívoco gerado pelo uso da construção sintática *falar de Y*. *Falar de Y* é uma construção polissêmica, podendo remeter tanto ao sentido de *discorrer sobre Y* - leitura não-marcada, criada pela primeira seqüência da complicação, quanto a *falar mal de Y* - leitura marcada, sugerida pelo *frame de* política que enquadra a piada.

Para ilustrar as abordagens distintas sobre a questão da técnica empregada na criação desse *cluster*, vamos retomar o exemplo (15) – piada da Madalena, e citá-lo, mais uma vez, para facilitar a tarefa de acompanhamento da análise:

Exemplo (15):

Madalena

Jesus, acompanhado de Madalena, estava realizando uma pregação sobre a tolerância, quando, num determinado momento, Jesus falou à multidão:

- Quem nunca errou que atire a primeira pedra!

Logo em seguida, um português se destacou da multidão e começou a atirar pedras em Madalena. Espantado, Jesus questionou o rapaz:

- Meu filho! Você nunca errou em sua vida?
- Não dessa distância – respondeu o português.

Para Possenti (1998), esta piada poderia ser enquadrada como uma piada de léxico, uma vez que ela brinca com as duas possibilidades de leitura do verbo “errar”. Por sua vez, Freud (1905) diria que a técnica utilizada nesta piada consiste no uso do mesmo material (*errar*), sendo uma vez no seu sentido pleno e, outra, com seu sentido esvaziado. Nos termos

da Lingüística Cognitiva, diríamos que as construções com o verbo *errar* (o mesmo material lingüístico), usadas como gatilhos do enigma metalingüístico, constituem uma rede polissêmica e que a primeira seqüência da complicação, não-marcada (*Quem nunca errou que atire a primeira pedra*), suscita um sentido mais abstrato (MCI do Cristianismo) e a segunda (*Não dessa distância*), marcada, o sentido mais concreto (MCI de ALVO). A compressão dessas duas acepções conflitantes no domínio mescla faz com que os traços de TRAJETOR e ALVO (esquema imagético do Trajeto), provenientes dos dois enquadres, se sobreponham de modo que Madalena, como ‘TRAJETOR no enquadre de cristianismo, se torne o ALVO das pedradas do português.

O que as piadas apresentadas nos exemplos acima têm em comum é, portanto, o fato de usarem um gatilho formal que impede a troca da expressão lingüística usada por uma sinonímia. Conforme já discutido na seção 5.2.2.1.1, tal troca acarretaria a perda necessária do efeito perlocutório desejado, uma vez que a chave da piada estaria cancelada.

A apresentação de uma piada representativa desse *cluster* através de uma formalização do processamento em mescla é o que propomos a seguir:

Exemplo (24):

Joaquim estava passando na alfândega, todo carregado de malas.

- Tudo jóia? Perguntou o fiscal.

- Tudo não! Metade é cocaína, respondeu Joaquim.

A piada exposta explora a rede de construções polissêmicas com a palavra “jóia”, suscitando duas interpretações possíveis e brincando com a natureza distinta dos atos comunicativos. Em termos do Processamento Cognitivo da Mesclagem, temos o seguinte quadro:

A. DOMÍNIO DO LOCUTOR (a linha vermelha formaliza a entrada em domínios discursivos distintos):

1. A primeira seqüência textual da piada – SEQUENCIA 1 – representa a unidade de **orientação** (*Joaquim estava passando na alfândega todo carregado de malas.*) que evoca a moldura comunicativa da alfândega com seus participantes e o contexto previsível. Trata-se, na verdade, de um enquadre interacional instituído pela narrativa.

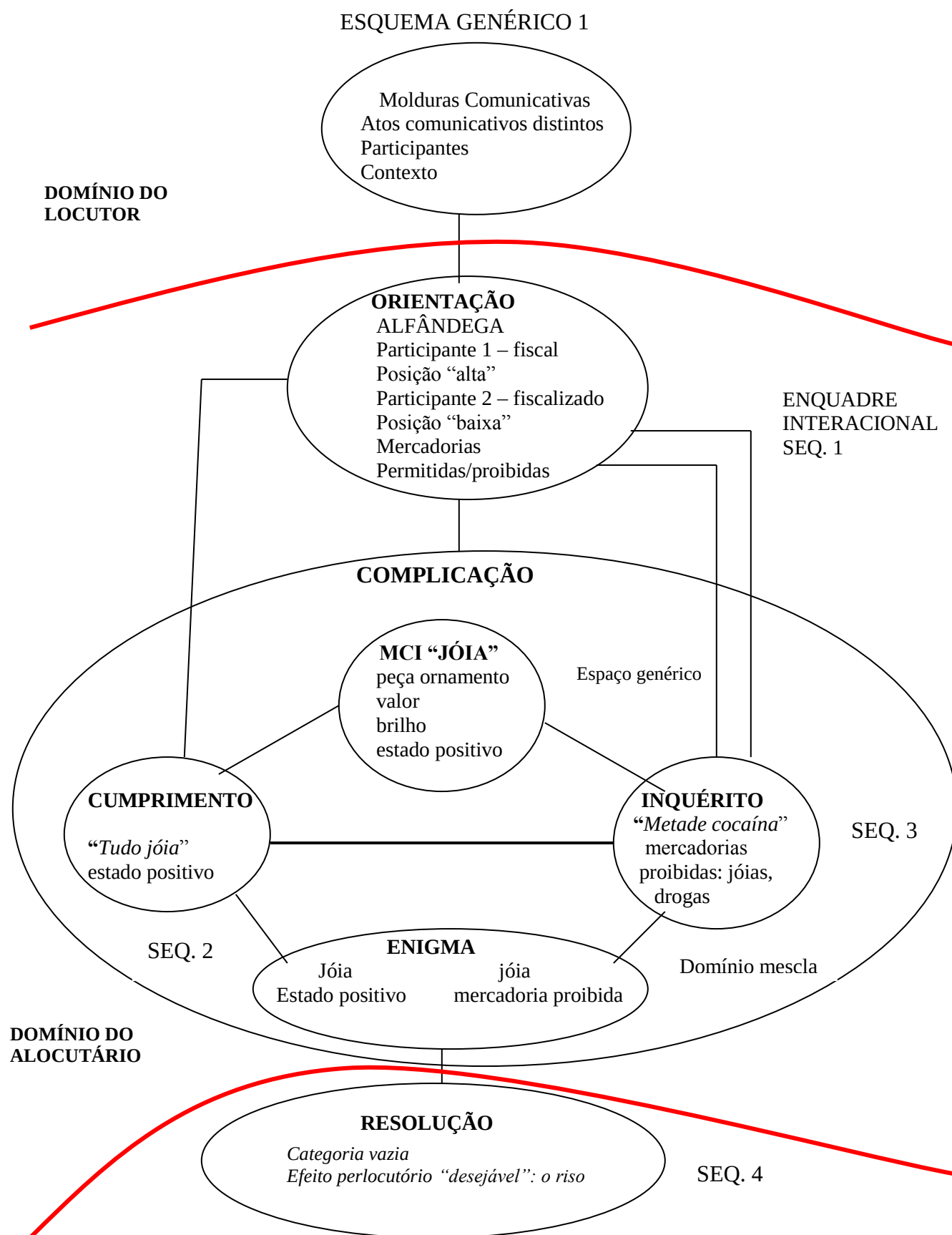
2. A unidade da **complicação** da piada evoca dois domínios de natureza conflituosa. O primeiro domínio é suscitado pela fala do participante 1, fiscal da alfândega, ao enunciar a expressão “*tudo jóia*”. Esta expressão representa a SEQUENCIA 2 da piada. É uma seqüência não-marcada, portanto, mais acessível, mais previsível e menos informativa. Esta seqüência aciona o MCI de CUMPRIMENTO. O segundo domínio estabelecido é acionado por meio do enunciado “*metade cocaína*”, proferido pelo português. Esta fala representa a SEQUENCIA 3, tida como marcada, ou seja, menos acessível, menos previsível para o enquadre interacional estabelecido anteriormente e, portanto, mais informativa. A seqüência 3 instaura o MCI DE INQUÉRITO.
3. Esses dois domínios evocados projetam-se, parcialmente, um no outro, através das relações vitais estabelecidas entre os domínios, tais como *mudança* (uma pergunta retórica torna-se uma pergunta de inquérito); *identidade* (há uma identificação entre a jóia, tida como algo precioso, raro e o nosso estado de espírito, representado pela expressão “*tudo jóia*”); *unicidade* (os dois domínios serão comprimidos em um único domínio na mescla).
4. Esses domínios se articulam através de um terceiro domínio que é o domínio de homologia entre os dois, o Espaço Genérico, instituído MCI DE JÓIA. Aliás, esta piada instaura dois espaços genéricos, o primeiro está associado com a cena evocada pela piada (orientação – seqüência 1); o segundo é evocado pela complicação, ou seja, está associado com os domínios conflituosos exibidos na complicação.
5. No quarto domínio de projeção, ainda integrado à complicação, temos a Mescla, geradora do enigma proposto na piada. Em resumo, o enigma surge da compressão de todos os domínios instaurados em que as duas acepções evocadas de “jóia” se sobrepõem.

B. DOMÍNIO DO ALOCUTÁRIO

1. Nesse domínio, o alocutário, tomando o domínio do locutor, preenche a categoria vazia implicitamente posta. Em termos de expectativa convencionalizada, cabe-lhe uma tarefa cognitiva complexa, qual seja,

descomprimir o processo gerador da mescla, restaurar a coerência e, enfim, RIR do mal-entendido desvelado. Nesse caso, rir do jogo polissêmico e da conseqüente sobreposição de atos comunicativos distintos (cumprimento e inquérito).

Esta mescla pode ser definida como uma *mescla de múltiplo escopo*, uma vez que ela apresenta dois espaços genéricos: um espaço genérico geral evocado pela piada e o outro suscitado pela complicação da piada.



5.4.2. O *cluster* de compressão conceptual

Para Freud (1905), a técnica empregada por esse tipo de piada é a técnica do **deslocamento** que se dá da seguinte forma: o narrador ou uma personagem faz um comentário e, em seguida, altera este comentário, **deslocando** o seu conteúdo, ou seja, aquilo que era tido como informação relevante, torna-se secundário e vive-versa. Em resumo, pode-se afirmar que, para o autor, a técnica desta piada consiste em uma mudança na orientação argumentativa dos fatos. É essa nova direção argumentativa que, por ser totalmente imprevisível, inesperada, ganha o *status* de informação marcada, em nossa investigação.

Na verdade, em nossa análise, conforme já assinalado, assumimos que a diferença entre o *cluster* formal e o *cluster* conceptual está na dependência do significante, para o primeiro; enquanto o segundo está associado a fatores semântico-pragmáticos, sem depender de um gatilho verbal fixo. No caso do *cluster* conceptual, os domínios conceituais e pragmáticos evocados têm dependência, mas sem estarem presos a uma expressão verbal específica.

De qualquer forma, em termos das redes de integração conceptual que operam o processo de significação das piadas, os domínios evocados em qualquer dos *clusters*, ainda que conflituosos, se integram por relações vitais e têm, necessariamente, um espaço de homologia, o Espaço Genérico, o que possibilita a compressão dos mesmos, de modo a gerar o enigma, o jogo metalingüístico, que será desfeito pelo ouvinte para o restabelecimento da coerência do texto piadístico.

No *cluster* de compressão conceptual, as piadas, como não estão presas aos aspectos formais de uma determinada língua, mas a domínios conceituais e pragmáticos derivados de modelos culturais, são mais aptas à tradução de uma língua para outra, sem a perda de seu efeito humorístico, desde que se trate de modelos culturais partilhados em línguas diferentes.

Para Freud, o deslocamento faz parte de uma estratégia de construção da piada e não de uma estratégia de compreensão e, como esta não é uma questão chave em seu trabalho psicanalítico, o autor não aborda as questões referentes às estratégias de compreensão. Para nós, no entanto, como já afirmamos várias vezes neste trabalho, os processos de significação são o alvo e, portanto, nos interessam os dois lados da moeda, ou seja, a interlocução com um todo. Só assim, a nosso ver, pode-se falar de um conhecimento gramatical do falante que o

habilita para o uso efetivo de sua língua. É, pois, nesse sentido que abordamos esses *clusters* em nossa investigação.

As mesclas deste grupo e do *cluster* formal (cf. seção anterior) mostrarão uma diferença do ponto de vista do processamento da significação, revelando uma rede de integração mais complexa, no caso do *cluster* formal (mescla de múltiplo escopo) e uma menos complexa (mescla de duplo escopo) para o *cluster* conceptual, como veremos a seguir. Vale ressaltar, contudo, que, nos limites de nossa análise, **não temos como fazer qualquer generalização em termos dessa diferença.**²¹

A seguir, apresentamos um exemplo de piada que pertence a este *cluster*, seguida de sua formalização em mescla.

Exemplo (25):

Um homem estava em coma há algum tempo. Sua esposa **ficava à cabeceira dele dia e noite**. Até que um dia o homem acorda, faz um sinal para a mulher para se aproximar e sussurra-lhe:

- Durante todos estes anos **você esteve ao meu lado**. Quando me licenciiei, **você ficou comigo**. Quando a minha empresa faliu, só **você ficou lá** e me apoiou. Quando perdemos a casa **você ficou perto de mim**. E desde que fiquei com todos estes problemas de saúde, **você nunca me abandonou**. Sabe de uma coisa?

Os olhos da mulher encheram-se de lágrimas:

-Diz amor...

-Você me dá azar!.

Nesta piada, a **orientação** estabelece o enquadre interacional ou o contexto, no qual a cena se desenvolve. Temos, então, a Sequência 1 (*Um homem estava em coma há algum tempo. Sua esposa ficava à cabeceira dele dia e noite*).

Na **complicação** dois domínios são evocados: o domínio de estados positivos, instituído pelo MCI DE SOLIDARIEDADE (*Você esteve do meu lado, você ficou comigo, você ficou perto de mim, você nunca me abandonou*) e o domínio de estado negativo, estabelecido pelo MCI DE AZAR (*você me dá azar*). O primeiro domínio é não-marcado e o segundo, marcado. Estes domínios projetam-se um no outro, através das relações vitais, tais como: *mudança* (o estado positivo de proximidade torna-se estado negativo de azar); *causa-*

²¹ Uma investigação já em curso, conduzida por Miranda (2006 – Projeto IC – PIBIC e BIC), que busca aprofundar o conhecimento sobre tais clusters em termos da GC e de modelos de uso, poderá, talvez, trazer respostas mais precisas sobre tal questão.

efeito (a presença da esposa é a causa dos males vividos pelo marido) e *unicidade* (a união dos estados positivo e negativo).

Numa segunda projeção, dentro do domínio da complicação, projetam-se os domínios-fonte em um domínio de homologia, o esquema genérico da piada. No caso dessa piada, temos uma metáfora primária, nos termos de Lakoff & Johnson (1999), estruturando o espaço genérico e os dois domínios, qual seja, ESTADO SÃO LOCAÇÕES. Esta metáfora primária concebe os julgamentos subjetivos como estados subjetivos e a experiência primária de correlação entre um certo estado e uma certa localização. Nesse sentido, a correlação mais convencionalizada em nosso modelo de cultura é entre proximidade dos seres humanos e estado positivo de solidariedade. É o que se espera, no caso do *frame* de casamento. Na piada, no entanto, esta leitura não-marcada, é contraposta aos estados de azar. Assim, o estado negativo do personagem “marido” na piada está associado com a sua proximidade permanente a “esposa”.

Em seguida, um domínio inédito, com vestígio e compressão de traços de todos os domínios, é criado - o domínio mescla. É no domínio mescla que se cria o enigma da piada, proposto para o alocutário.

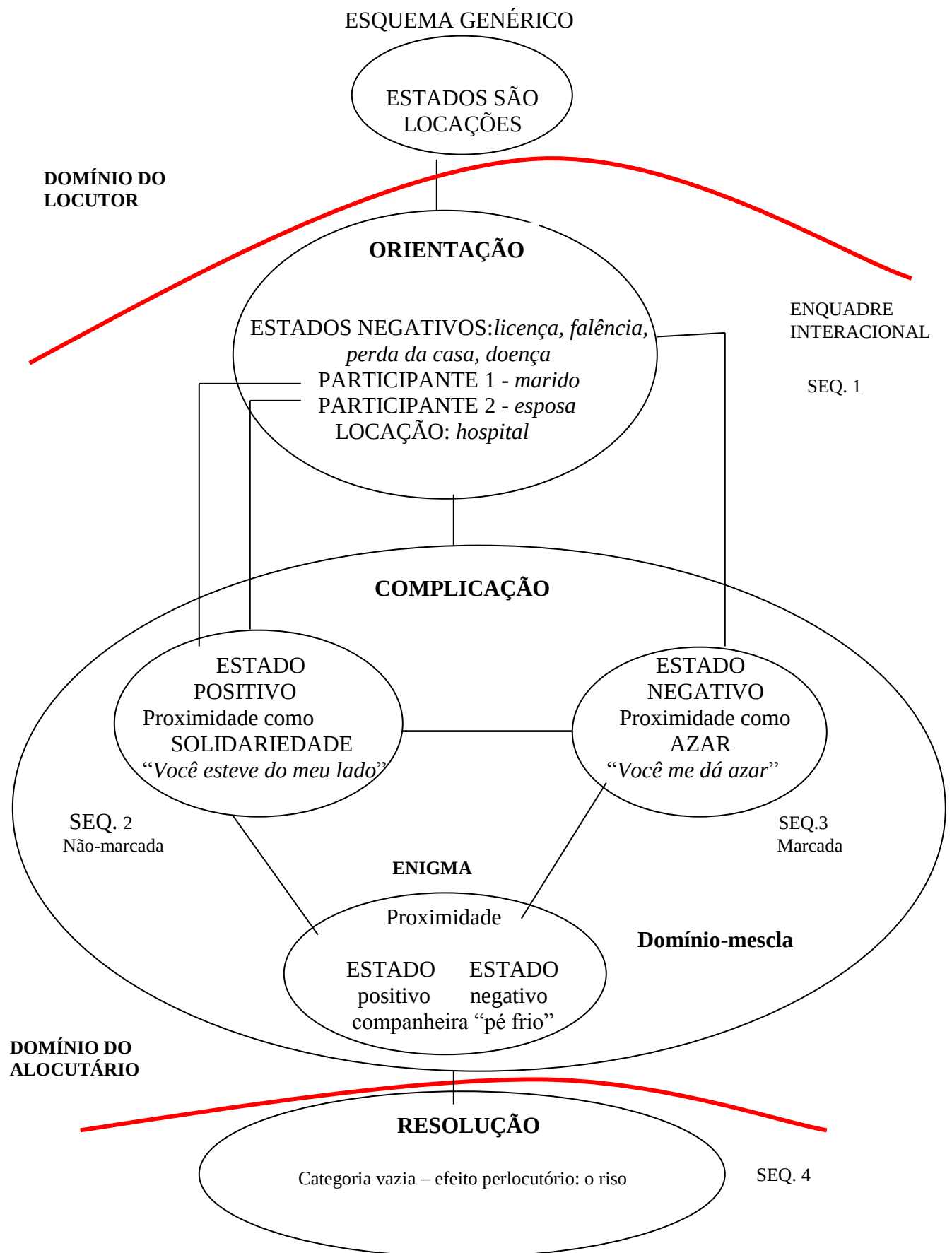
Já no domínio do alocutário, temos a resolução da piada (seqüência 4) e do enigma. Trata-se, conforme já afirmamos, de uma categoria vazia, idealmente preenchida pelo efeito perlocutório desejável, o riso.

A restauração da coerência implica a descompressão da mescla de modo a ser compreendido o “mal-entendido” que decorre do conflito entre o conceito de *estado de proximidade*, prototipicamente associado a solidariedade, a “companheirismo”, e a noção de “companheira pé frio”, cuja proximidade dá azar.

A piada acima implica o processamento de uma mescla de duplo escopo, uma vez que temos dois *inputs* ou domínios com diferentes *frames* e organizados de forma conflituosa. A mescla integra parte de cada um dos domínios evocados, diferentemente da mescla de escopo único, na qual apenas um dos domínios é responsável pela sua organização.

Repare-se ainda que a vinculação dessa piada ao *cluster* conceitual se justifica claramente, quando observamos que o conceito usado como gatilho, o conceito de proximidade associado a estados (Estados são locações), é expresso por seis diferentes formas

pelo marido e pelo narrador: *ficava à cabeceira dele dia e noite, você esteve ao meu lado, você ficou comigo, você ficou lá, você ficou perto de mim, você nunca me abandonou* (cf. negritos no exemplo).



Para melhor ilustrar as piadas instanciadas por este tipo de *cluster*, apresentamos mais três exemplos:

Exemplo (26):

O vizinho bate à porta do outro.

- *Ei, você vai usar seu cortador de grama hoje?*
- *Que pena! Vou usar, sim. Hoje é dia de arrumação.*
- *Maravilha! Vim pedir sua raquete de tênis emprestada.*

Exemplo (27):

A confiança mata o homem

- Eu estou me demitindo! – diz a faxineira do banco para o gerente, irada.
- O senhor não confia em mim!
- Mas o que é isso, Maria? – exclama o gerente, espantado – A senhora trabalha aqui há vinte anos, eu até deixo as chaves do cofre em cima da minha mesa!
- Eu sei! – diz a faxineira, chorando, mas nenhuma delas funciona!

Exemplo (28):

- O senhor não se importa de chegar esse cachorro mais para longe? – disse uma senhora sentada ao lado do homem no banco de jardim. – Já estou sentindo uma pulga no sapato!
- Vem pra perto de mim, Joli – respondeu o homem. – A moça aí tem pulgas.

Os exemplos ilustram bem o *cluster* conceitual, surpreendendo pela mudança ocorrida na orientação argumentativa. O jogo conceitual-pragmático estabelece a brincadeira a partir de pressupostos distintos, em termos de cada participante da cena, mas independe de um significante lingüístico fixo para o seu sucesso.

5.5. Na periferia do PD ‘piada’

Nesta seção, trazemos à consideração algumas piadas que se afastam, em algum aspecto, do modelo prototípico do PD ‘piada’.

O primeiro exemplo é uma piada, única em nosso corpus de 428 exemplos, que apresenta **coda ou moral da história** (cf. Labov & Waletzky, seção 3.3.1).

Exemplo (29)

Três sujeitos caminhando lado a lado, na hora do almoço; o orientador, o bolsista de pós-graduação e o bolsista de Graduação. De repente, eles vêem uma lâmpada velha, dessas bem antiga,

das MIL E UMA NOITES. O orientador pega a tal lâmpada e dá uma esfregadinha com a mão... Logo aparece uma fumaceira e sai um Gênio, daqueles grandes logo dizendo....

-Normalmente eu concedo TRÊS desejos, mas já que vocês são três, um para cada um...

O bolsista de graduação gritou...

- Primeiro eu, primeiro eu !

- OK, disse o gênio...

- Gênio, quero ir para as Bahamas, ficar por lá com uma escrava sexual colocando uvas na minha boca, à beira da piscina do melhor hotel que tiver por lá e sem nenhum tipo de preocupação monetária ou de saúde.

-Buum ! O cara desapareceu.

- Agora eu, gritou o bolsista de pós-graduação...

- Pode falar, disse o GÊNIO.

- Seu Gênio, me manda para Honolulu. Quero duas gatas dessas bem gostosas para me acompanhar, ficar fazendo surf o ano inteiro, só coçando o saco e cheio de piña colada pra tomar, à vontade mesmo....

-BUM! Lá foi o cara embora para os Mares do Sul.

Então o Gênio falou para o orientador...

- Agora você !

E este diz...

- Quero esses dois de volta no laboratório depois do almoço.

Moral da história: deixe o orientador sempre falar primeiro.

A piada acima é um exemplo de periferia em termos de modelo prototípico do PD ‘piada’, tanto pela presença da coda avaliativa, quanto pela sua dimensão, desencadeada pela verbosidade do narrador e de seus personagens. Vale, no entanto, considerar as claras razões para isso, quais sejam, o modelo cultural em jogo e sua conseqüente autoria. Trata-se de uma piada procedente do mundo acadêmico, ou mais ainda, do mundo da pós-graduação. Daí, seu tom “intelectual”, seus alocutários ideais.

Outra questão vale ainda pontuar. Em nosso *corpus*, encontramos um número muito reduzido de piadas que não apresentam uma seqüência inicial de orientação, ainda que mínima. Em um *corpus* constituído de 428 piadas, tivemos somente 15 desse total. Os exemplos a seguir ilustram esses casos encontrados:

Exemplo (30):

- Menina, que cara é esta?

- Sabe o que é amiga? É que o meu marido está trazendo trabalho pra casa toda noite.

- E daí, o meu marido também traz.

- É, mas o seu não é ginecologista.

Exemplo (31):

- *Pai, o moço quer um terno. Mas quer saber se depois de lavado ele encolhe ou fica largo? - diz o filho de alfaiate.*
- *Ele já experimentou o terno? – pergunta o pai.*
- *Já, e ficou largo.*
- *Então diz que encolhe.*

Exemplo (32):

- *Doutor, depois que o meu dedo quebrado ficar bom, eu poço tocar piano?*
- *Sem dúvida, minha senhora.*
- *Que bom! Até hoje nunca consegui tocar.*

Esses três exemplos são classificados por Ruch et al (1993) como piadas do tipo diálogo, o que implica em uma estrutura minimalista de pergunta e resposta, conforme já sinalizamos na seção 5.2.1. Os autores afirmam, categoricamente, que para que um texto possa ser considerado como uma piada, ele tem que ser inserido, de algum modo, em um determinado esquema narrativo, e o esquema diálogo, para os autores, é um tipo de esquema narrativo próprio do gênero piada.

5.6. O PD‘piada’, outros gêneros do humor e do narrar

Na perspectiva defendida no presente estudo, o gênero ‘piada’ é apenas um gênero dentro de duas amplas redes de gêneros, quais sejam, a rede do **domínio do humor** e a rede do **domínio do narrar**.

Distinta de outros textos de humor, a ‘piada’ é um gênero, uma construção específica, com um padrão de expectativa prototípico e único, o PD ‘piada’. O fato, no entanto, é que o senso comum costuma nomear como piada todos os textos que fazem rir. A razão para esta fronteira imprecisa é o que passamos a discutir na presente seção, considerando ainda a peculiaridade do PD ‘piada’ ante os demais gêneros do tipo narrativo.

Nossa hipótese é de que o domínio do humor possui uma expectativa de estrutura pragmática comum a todos os seus gêneros, qual seja, o efeito perlocutório não-verbal - o RISO. Ainda: em termos de expectativa semântica, há também um partilhamento de funções no que respeita à busca por diferentes formas de mal-entendido, de *nonsense*, do inusitado, enfim.

O que, então, distinguiria, efetivamente, a ‘piada’ dos demais gêneros do humor?

Nos termos da Gramática das Construções (cf. seção 2.4.4.1), a construção é uma unidade básica e singular da língua, definida nos seguintes termos: “*C é uma **construção** se C é um par forma/sentido <Fi, Si> de forma que algum aspecto de Fi ou algum aspecto de Si não seja estritamente preditível das partes componentes da construção ou de outras construções previamente estabelecidas*” (GOLDBERG, 1995, p. 4).

O **princípio da não-sinonímia** das construções sintáticas, postulado por Goldberg, também é relevante na presente discussão. Assim, postula-se que, se duas construções são sintaticamente distintas, elas serão semântica ou pragmaticamente distintas. O corolário desse princípio é que, se duas construções forem sintaticamente distintas e semanticamente sinônimas, a diferença de sentido será dada pragmaticamente ou vice-versa (cf. 2.4.4.1).

Aplicados a uma construção discursiva, como é o caso do PD ‘piada’, a definição da construção e o princípio da não-sinonímia têm a seguinte aplicação analítica: a **estrutura composicional** do tipo narrativo, posta como um par adjacente (domínio do locutor e do alocutário) é única, distintiva e, portanto, definidora do gênero ‘piada’ em relação aos demais gêneros do humor. De fato, o efeito perlocutório (fazer rir) e a função semântica (o *nonsense*, o inusitado), definidos no padrão, ultrapassam os limites do gênero, estendendo-se à rede construcional dos gêneros do humor.

Para ilustrar a problemática, vamos apresentar exemplos de gêneros do humor que, no senso comum, costumam levar o rótulo genérico de “piada”, por nos divertirem de alguma maneira:

Exemplo (33):

Errar é humano. Acertar é muçulmano.

Exemplo (34):

- *O que é um pontinho metálico no gramado?*

- *Uma formiga de aparelho.*

Exemplo (35):

ORAÇÃO DO PAU D’AGUA

Santa Cana que se extrai da roça, purificado seja o teu caldo. Aguardente sem mistura, venha a nós o vosso líquido a ser bebida a nossa vontade, assim no boteco como em qualquer lugar. Cinco litros por

dia nos dai hoje, perdoai o dia em que bebemos menos, assim como perdoamos o mal que a “marvada” faz. Não nos deixeis cair atordoados e livra-nos da radiopatrulha. Amém.

Os exemplos acima pertencem ao domínio do humor, uma vez que são capazes de nos provocar o riso, mas não podem ser classificados como piada. Apesar de serem membros da mesma família, uma vez que não podemos conceber categorias em termos de condições necessárias e suficientes, estão afastados do PD ‘piada’, uma construção fortemente convencionalizada, cristalizada. Não é possível contar uma piada por meio de uma outra seqüência que não seja narrativa, uma vez que esse gênero apresenta um alto grau de convencionalidade, o que determina sua pouca flexibilidade em termos composicionais. Assim, a seqüência narrativa, nos termos descritos neste estudo, distingue a piada dos demais gêneros do humor.

Entra aí o outro lado da moeda, ou seja, os aspectos pragmáticos e semânticos peculiares ao humor (FAZER RIR e *NONSENSE*) que integram o PD ‘piada’, vão, então, distinguir a ‘piada’ dos demais gêneros da rede narrativa. Nesse enquadre, as principais distinções entre o gênero piada e os demais gêneros narrativos podem ser sumarizadas nos termos seguintes:

1. A passagem de uma informação menos informativa para uma informação mais informativa, dar-se-á na piada de forma repentina, enquanto nos demais gêneros narrativos, como também nos textos em geral, esta passagem se realiza de forma gradual, (GIORA, 1991);
2. A piada como estrutura narrativa implica necessariamente o domínio do locutor e o domínio do alocutário para completar efetivamente a sua ação;
3. A piada é minimalista quanto à forma, uma vez que cumpre as suas funções semântico-pragmáticas por meio da compressão dramática das expressões lingüísticas.

Nossas análises, portanto, permitem afirmar a necessária compreensão dos gêneros textuais como uma construção, isto é, como unidades simbólicas compostas de forma e função, para que a ‘piada’ ou qualquer gênero textual se definam e se distingam na ampla rede de padrões discursivos que integram nosso conhecimento lingüístico.

5. 7. Considerações finais

Nos termos descritos e como finalização do presente capítulo, voltamos, portanto, a ratificar o estatuto da ‘piada’ como um gênero, como um padrão construcional complexo armazenado em nosso léxico, o PD ‘piada’, que se desenha em uma complexa rede de construções, estruturada em dois *clusters*.

Os principais achados de nossa investigação e sua relevância teórica serão objeto do próximo capítulo em que nos encarregaremos das conclusões.

6. Conclusão

*Tenho a impressão de que há uma continuidade que
vai desde a experiência de viver a vida, de um
lado, até o morfema do outro.*
R. Hasan

A epígrafe que encabeça esta seção final põe em relevo o princípio primeiro que nos conduziu em nosso percurso teórico–analítico no presente estudo, qual seja, o princípio da **continuidade essencial** entre todos os domínios de conhecimento que instituem a arquitetura da gramática de uma língua. Do morfema à vida, ou da vida ao morfema, é certo que a linguagem, como um modo singular da cognição humana, promove, em cada língua, uma grande rede de construções, de todos os níveis, que nos permite participar do jogo social, interacional e, mais ainda, criar cultura.

Nessa esteira, os projetos de Miranda (2000, 2006) e Östman (2005) que reivindicam a extensão da Teoria da Gramática das Construções ao domínio discursivo e, em especial, aos gêneros textuais, foram nossa âncora teórica principal. Assim, nossas análises buscaram verificar a legitimidade da hipótese de se conferir às construções discursivas o mesmo tratamento dado às construções gramaticais, usando, para isso, o caso do gênero ‘piada’.

A escolha de um caminho pouco trilhado no cenário da Lingüística contemporânea - uma abordagem sociocognitiva e construcional para a análise de um gênero textual -, representou, é certo, uma significativa dificuldade. É sabido que o texto/discurso tem sido objeto de grande interesse de vários modelos teóricos dentro da Lingüística (Análise do Discursos, Lingüística Textual, Teoria dos Gêneros, dentre muitos outros), mas o que queremos pontuar é que **o olhar integrador** que buscamos conferir à nossa análise é, ao nosso ver, uma prática analítica bastante rara. No âmbito das teorias de gêneros, por exemplo, as investigações, na grande maioria das vezes, privilegiam apenas um dos lados do fenômeno, ou seja, há estudos que se voltam para as questões referentes ao significante, à materialidade do gênero, e outros que elegem, em múltiplos vieses, o **uso**, como objeto de análise. A indissociabilidade entre essas duas “faces” é um consenso amplo nas discussões, mas não o é, igualmente, na ação analítica.

Quanto ao nosso objeto pontual, as piadas, estas têm sido freqüentemente tema de estudo em várias áreas do conhecimento, tais como a Psicologia, a Filosofia da Linguagem, Antropologia e mesmo a Lingüística. No âmbito da Lingüística Cognitiva, no entanto, não encontramos nenhum trabalho sobre tal gênero. Para ilustrar esse ponto, apresentamos, em anexo (cf. anexo 1), nossa pesquisa bibliográfica sobre tal questão.

Em nosso estudo, privilegiando a noção de CONSTRUÇÃO, buscamos, através de constructos teóricos fundamentais da Lingüística Cognitiva, que dão conta do caráter imaginativo e integrador da linguagem (Teoria dos Espaços Mentais, Teoria da Metáfora, Teoria da Mesclagem), promover uma descrição holística do gênero ‘piada’, apresentando o seu padrão genérico [PD ‘piada’] e sua possível forma de vinculação à rede de construções dos gêneros do discurso.

O término da presente investigação aponta para a legitimidade de nossas hipóteses e de nosso percurso teórico-analítico. É o que pretendemos ressaltar a seguir, através de uma síntese dos principais achados de nossa investigação.

Quanto ao padrão construcional da ‘piada’, o PD ‘piada’, as principais postulações foram as seguintes:

- (i) Postulação de um padrão mais abstrato, o PANG, que inseminaria o PD ‘piada’, que, por sua vez, motivaria uma rede taxonômica de dois *clusters*: a construção ou *cluster* de **compressão formal** e a construção ou *cluster* de **compressão conceptual**.
- (ii) Postulação do PANG e do PD ‘piada’ como **construções**, i.e., como pareamento de forma e modo de significação.

Quanto à descrição do PD ‘piada’, em seu pareamento de forma e significado, vale pontuar os seguintes aspectos:

- (iii) A descrição composicional do PD ‘piada’ evidencia que esse gênero é constituído pela seqüência do narrar;
- (iv) O esquema prototípico da estrutura composicional do gênero ‘piada’ é o seguinte: orientação (Seqüência 1); complicação (Seqüência 2 – não-marcada e Seqüência 3 – marcada); resolução (categoria vazia). As duas primeiras

unidades composicionais fazem parte do **domínio do locutor**, enquanto a última faz parte do **domínio do alocutário**;

- (v) A função semântico-pragmática desse gênero é fazer rir, por meio de um discurso surpreendente, inusitado; trata-se de um macroato diretivo que visa ao efeito perlocutório do riso.
- (vi) A piada é, por definição, uma narrativa breve. É um belo exemplo da insuficiência do significante, uma vez que diz mais do que aponta.
- (vii) O modelo da GC é capaz de recobrir, em parte, o aspecto composicional desse padrão, mas é limitado para recobrir o jogo semântico-pragmático mais pleno. Assim, recorre-se ao processo cognitivo de mesclagem para dar conta desta tarefa.

Quanto ao alcance teórico dessas análises, vale pontuar os seguintes ganhos:

- (viii) A possibilidade inovadora de se estender o construto teórico da GC para além da sintaxe, mais especificamente, para o domínio do discurso, representa um ganho teórico, na medida em que uma mesma abordagem pode recobrir fenômenos de complexidades distintas, o que significa uma grande economia analítica;
- (ix) A compreensão dos gêneros como construções discursivas convencionalizadas implica o seu pareamento de forma e modos de significação, evidenciando o seu caráter estável e flexível, o que permite a sua definição e distinção diante das demais redes de construção de uma língua;
- (x) O reconhecimento de que os gêneros estão armazenados no léxico como padrão abstrato, como itens lexicais complexos capazes de inseminar uma rede de construções concretas, implica a afirmativa de que os gêneros representam um conhecimento discursivo do falante que integra seu conhecimento gramatical nos mesmos moldes que as construções mórficas e sintáticas.

O que temos, por fim, a afirmar é que “valeu a pena”. Somos cientes das lacunas que estamos deixando, mas sabemos também que o trabalho científico é uma

construção contínua, um diálogo renovável. Errar, neste território, não é “pecar”. É dar espaço para a imaginação, para a curiosidade, para a pergunta, sem as quais a ciência não caminha. Nas palavras de Dostoievsky, *o único pensamento que sobrevive é aquele que se mantém na temperatura de sua própria destruição*. Assim, espero que nosso trabalho seja um convite a outros projetos dispostos na direção que apontamos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASKEHAVE, I.; SWALES, J. M. Genre identification and communicative purpose: a problem and a possible solution. **Applied Linguistics**, v. 22, n. 2, 2001, p. 195-212.

AUSTIN, J. L. **How to do things with words**. Oxford: Clarendon Press, 1962.

BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In. **A estética da criação verbal**. Tradução: Paulo Bezerra, 4º ed., São Paulo: Martins Fontes, 2003 [1952], p.261-306.

BONINI, A. A noção de seqüência textual na análise pragmático-textual de Jean-Michael Adam. In. MEURER, J.L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (Org.). **Gêneros: teorias, métodos, debates**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

BONINI, A. Gênero textual como signo lingüístico: os reflexos da tese da arbitrariedade. In: **Linguagem em discurso**, Tubarão, v.1, n. 2, 2001. Disponível em: <<http://www3.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/0102/04.htm>>. Acesso em: 26/04/2006.

BOTELHO, L. **Construções agentivas em x-eiro, uma rede metafórica**. 2004. 124 f. Dissertação (Mestrado em Letras: Lingüística) – Instituto de Ciências Humanas e Letras (ICHL), Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora (UFJF), MG, 2004.

BRONCKART, J.P. **Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sócio-discursivo**. Tradução: Anna Rachel Machado; Péricles Cunha. São Paulo: EDUC, [1999], 2003.

BRONZATO, L. H. **A Abordagem sociocognitivista da construção de destransitivização: o enquadre da interdição**. 2000. 115 f. Dissertação (Mestrado em Letras: Lingüística) – Instituto de Ciências Humanas e Letras (ICHL), Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora, MG, 2000.

CARMO, C. B. da S. **A configuração da rede de construções dos agentivos denominais x-ista: uma abordagem sociocognitivista**. 2005. 119 f. Dissertação (Mestrado em Letras: Lingüística) – Instituto de Ciências Humanas e Letras (ICHL), Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora, MG, 2005.

CHOMSKY, N. **Aspectos da teoria da sintaxe**. Tradução: José António Meireles; Eduardo Paiva Raposo Coimbra, 1975 [1965].

CLARK, H. H. Uso da linguagem. In. GARCEZ, P. (Org.). Tradução: Nelson de Oliveira Azevedo; Pedro M. Garcez. **Cadernos de Tradução**. Porto Alegre, n.9, p. 49-69, jan./mar. 2000 [1996].

CONDE, G. **Piadas regionais: o caso dos gaúchos**. 2005. 206 f. Dissertação (Mestrado em Lingüística) - Instituto de Estudos da Linguagem (IEL), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, SP, 2005.

COUTINHO, M. A. **Texto(s) e competência textual**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2003.

DOLZ, J.; SCHNEUWLY, B. Gêneros e progressão em expressão oral e escrita – elementos para reflexões sobre uma experiência suíça (Francófona). In: ROJO, Roxane; CORDEIRO, Gláís Sales (Org.). **Gêneros orais e escritos na escola**. Campinas: Mercado das Letras, 2004. p. 41-70.

FAUCONNIER, G.; TURNER, M. **The way we think**. New York: Basic Books, 2002.

FAUCONNIER, G. **Mappings in thought and Language**. Cambridge University Press, 1997.

FAUCONNIER, G. **Mental Spaces**. Cambrigde: Cambrigde University Press, 1994.

FERNANDINO, H. M. **As expressões comparativas hiperbólicas idiomáticas: uma abordagem cognitivista**. 2003. 89 f. Dissertação (Mestrado em Letras: Lingüística) – Instituto de Ciências Humanas e Letras (ICHL), Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG, 2003.

FERREIRA, M. da S. **Buscar menino no colégio, pular carnaval na Bahia, e, ainda por cima, jogar lenha na fogueira: retomada de um diálogo sobre a questão da geratividade na linguagem**. 2005. 77 f. Dissertação (Mestrado em Letras: Lingüística) – Instituto de Ciências Humanas e Letras (ICHL), Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora, MG, 2005.

FILLMORE, C; KAY, P.; O'CONNOR, K. Regularity and idiomaticity in grammatical constructions: the case of *let alone*. **Language** 64: p. 501-538, 1988.

FILLMORE, C. **Innocence: a second idealization for linguistic**. University of Califórnia at Berkeley, 1976 (mimeo).

FREUD, S. **Os chistes e sua relação com o inconsciente**. Tradução: SALOMÃO, Margarida. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1969 [1905].

FREUD, S. **A interpretação dos sonhos** (Primeira Parte). Tradução: OLIVEIRA, Walderedo Ismael de. 2^a ed. Rio de Janeiro: Imago Editora Ltda, 1987 [1900].

GIORA, R. On the cognitive aspects of the joke. In: **Journal of Pragmatics**, 16, North-Holland, 1991, p. 465-485.

GOFFMAN, E. **Frame analysis**. New York: Harper & How, 1974.

GOLDBERG, A. **Constructions: a construction grammar approach to argument structure**. Chicago: The University of Chicago Press, 1995.

GOUVEIA, C. A. M. Pragmática. In: FARIA, I. H. *et alli* (org.). **Introdução à Lingüística Geral e Portuguesa**. Lisboa: Caminho, 1986, p. 383-419.

JACKENDOFF, R. **Foudations of Language: Brain, Meaning, Grammar, Evolution**. New York: Oxford University Press, 2002.

JESUS, I. T. **As construções condicionais proverbiais: uma abordagem sociocognitiva**. 2003. 98 f. Dissertação (Mestrado em Letras: Lingüística) – Instituto de Ciências Humanas e Letras (ICHL), Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora, MG, 2003.

JOHNSON, M. **The body in the mind**. Chicago: The University of Chicago Press, 1987.

LABOV, W.; WALETSKY, J. 1967. Narrative Analysis: oral version of personal narratives. In: Helm, J. (org.). **Essays on the Verbal and Visual Arts**. Seale: Washington University Press.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. **Philosophy in the flesh**: the embodied mind and its challenge to western thought. New York: Basic Books, 1999.

LAKOFF, G. **Women, fire, and dangerous things**: *what categories reveal about the mind*. Chicago: The University of Chicago Press. 1987.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M.. **Metáforas da vida cotidiana**. São Paulo: Mercado das Letras, [1980] 2002.

LOBATO, L. M. **Sintaxe Gerativa do Português: da Teoria Padrão à Teoria de Regência e Ligação**. Belo Horizonte: Vigília, 1986.

MANDELBLIT, N. **Grammatical blending**: creative and chematic aspects in sentence processing and translation. San Diego: The University of California, 1997.

MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A.; (Org.). **Gêneros textuais e ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

MARTINS, H. Três caminhos na Filosofia da Linguagem. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Cristina. (Org.). **Introdução a Lingüística**: fundamentos epistemológicos. 2004, p.439-473.

MATEUS, M. H. M.; BRITO, A. M.; DUARTE, I.; FARIA, I. H.. **Gramática da Língua Portuguesa**. 5.^a ed., Lisboa: Editorial Caminho, 2003, p.73-80.

MEURER, J.L. O conhecimento de gêneros textuais e a formação do profissional da linguagem. In: FORTKAMP, M.; TOMITCH, L. (eds.) **Aspectos da lingüística Aplicada**. Florianópolis: Insular, 2000, p. 149-166.

MIRANDA, N. S. **Os gêneros discursivos como construções – uma abordagem sociocognitiva**. Projeto de pesquisa de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Letras – Mestrado em Lingüística, GP “Gramática e Cognição”, Juiz de Fora, 2006.

MIRANDA, N. S.; DIAS, F. H.; FERNANDES, G. S.; CROCHET, P. M. N. A mesclagem com processo de significação no discurso humorístico. In: **Revista Principia – Caminhos da Iniciação Científica**. v. 9, 2004, p. 219-238.

MIRANDA, N. S. **A gramática das construções na constituição do léxico**. Projeto de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Letras – Mestrado em Lingüística; GP “Gramática e Cognição”, Universidade Federal de Juiz de Fora, MG, 2003.

MIRANDA, N. S. **A configuração das arenas comunicativas no discurso institucional: professores versus professores**. 2000. 209 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2000.

MIRANDA, N. S. Domínios conceptuais e projeções entre domínios: uma introdução ao Modelo de Espaços Mentais. In: **Veredas – revista de estudos lingüísticos**. v. 3, Juiz de Fora: EDUFJF, 1999.

MUNIZ, K. da S. **Piadas: conceituação, constituição e práticas – um estudo de um gênero**. 2004. 159 f. Dissertação (Mestrado em Lingüística) – Instituto de Estudos da Linguagem (IEL), Universidade Estadual de Campina (UNICAMP), Campinas, SP, 2004.

ÖSTMAN, Jean-Ola. Construction discourse. In: ÖSTMAN, Jean-Ola; FRIED, Mirjam (eds.). **Construction Grammar: cognitive grounding and theoretical extensions**. Amsterdam: John Benjamin, 2005. p. 121-144.

POSSENTI, S. **Os humores da língua**. Campinas: Mercado das letras, 1998.

PULHIESE, J. O. **Reflexividade e Desreflexividade no Português do Brasil: a abordagem sociocognitiva sobre a linguagem**. 2004. 78 f. Dissertação (Mestrado em Letras: Lingüística) – Instituto de Ciências Humanas e Letras (ICHL), Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora, MG, 2004.

RASKIN, V. **Semantic mechanisms of humor**. Dordrecht: D. Reidel Publishing Company, 1985.

REDDY, M. J. A metáfora do conduto: um caso de conflito de enquadramento na nossa linguagem sobre a linguagem. In: GARCEZ, P. (Org.). Tradução: Ilesca Holdsbach; Fabiano

B. Gonçalves; Marcela Migliavacca; Pedro M. Garcez. **Cadernos de Tradução**. Porto Alegre, n. 9, p. 1-72, jan-mar, 2000 [1996].

ROJO, R. Gêneros do discurso e gêneros textuais: questões teóricas e aplicadas. In: MEURER, J.L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (Org.). **Gêneros: teorias, métodos, debates**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

ROSCH, E. (1978). Principles of categorization. In: ____, LLOYD, B. (eds.) **Cognition and categorization**. Hillsdale: Lawrence Erlbaum.

RUCH, W.; ATTARDO, S.; RASKIN, V. (1993). Toward on empirical verification of the general theory of verbal humor. **Revista Humor**. V. 6-2, p. 123-136.

SALOMÃO, M. M. M. **Teorias da linguagem**. Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJ), 2006 (inédito).

SALOMÃO, M. M. M. **O problema da especificação da estrutura argumental**: voltas sobre o tema “léxico” ou “sintaxe”. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2005. (mimeo).

SALOMÃO, M. M. M. **Construções no português do Brasil: integração conceptual na sintaxe e no léxico**. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 2002.

SALOMÃO, M. M. M. **O processo cognitivo da mesclagem na análise lingüística do discurso**. Projeto integrado de pesquisa. Juiz de Fora: UFJF/UERJ/UFRJ, 1999a. (mimeo).

SALOMÃO, M. M. M. A questão da construção do sentidos e a revisão da agenda dos estudos da linguagem. In: **Veredas – Revista de Estudos Lingüísticos**, v. 3, n. 1, Juiz de Fora, jan/jun, 1999b.

SALOMÃO, M. M. M. Gramática e interação: o enquadre programático da Hipótese Sócio-Cognitiva da linguagem. In: **Veredas – Revista de Estudos Lingüísticos**, v. 1, n. 1, Juiz de Fora, Julho/Dezembro, 1997.

SANTOS, A. M. T. **Uma abordagem sociocognitiva da rede de construções agentivas deverbais x-nte**. 2005. 136 f. Dissertação (Mestrado em Letras: Lingüística) – Faculdade de Letras (FALE), Universidade Federal de Juiz de Fora, (UFJF), Juiz de Fora, MG, 2005.

SAUSSURE, F. **Curso de Lingüística geral**. São Paulo: Cultrix, 1971 [1916].

SILVA, A. S. O poder cognitivo da metáfora e da metonímia. **Revista Portuguesa de Humanidades**. Braga, vol. 7, p. 13-75, 2003.

SWALES, J. M. **Genre analysis: English in academic nd research settings**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

TANNEN, D.; WALLAT, C. Enquadres interativos e esquemas de conhecimento e interação: exemplos de um exame/consulta médica. In. GARCEZ, P. M. & RIBEIRO, B. T. (Orgs): **Sociolingüística interacional: Antropologia, Lingüística e Sociologia em Análise do Discurso**. Porto Alegre: Age Editora, [1987]1998.

TIMPONI, T. “O homem vai botar uma casa para mim morar” – Uma abordagem sociocognitiva e diacrônica da construção de dativo com infinitivo. 2005. 77 f. Dissertação (Mestrado em Letras: Lingüística), Instituto de Ciências Humanas e Letras (ICHL), Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora, MG, 2005.

WEEDWOOD, B. **História concisa da Lingüística**. Tradução: BAGNO, Marcos, São Paulo, Parábola Editora, 2002.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ÁVILA, L. B. B. **O indiscreto charme do humor**: um estudo sociocognitivo do discurso humorístico. 2003. 79 f. Dissertação (Mestrado em Letras: Lingüística) – Instituto de Ciências Humanas e Letras (ICHL), Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora, MG, 2003.

BAKHTIN, M. O problema do texto na Lingüística, na Filologia e em outras ciências humanas. In: **Estética da Criação Verbal**. Tradução: Paulo Bezerra, São Paulo: Martins Fontes, 2003 [1959]. P. 307-335.

BARCELONA, A. Introduction: The cognitive theory of metaphor and metonymy. In: BARCELONA, A. (ed.) **Metaphor and metonymy at the crossroads**: a cognitive perspective. Berlim – New York: Mouton de Gruyter, 2003, p. 1-28.

BARCELONA, A. On the plausibility claiming a metonymy motivation for conceptual metaphor. In: BARCELONA, A.(ed.) **Metaphor and metonymy at the crossroads**: a cognitive perspective. Berlim – New York: Mouton de Gruyter, 2003, p. 31-58.

BARROS, D. P. Estudos do discurso. In: FIORIN, J. L. **Introdução à Lingüística II**: princípios de análise. 3 ed., São Paulo: Contexto, 2004.

BONINI, A. **Gêneros textuais e cognição**: um estudo sobre a organização cognitiva da identidade dos textos. Florianópolis: Insular, 2002.

BRAGA, E. S. Piadas de adolescentes: jogos da e na língua. In: **Veredas – Revista de Estudos Lingüísticos**, v. 5, n. 1, jan/jun, 2001, p. 117-124.

COULSON, S.; KUTAS, M. Getting it: human event-related brain response to jokes in good and poor comprehenders. In: **Neuroscience Letters**, 316, Universidade da Califórnia, San Diego, 2001, p.71-74.

COULSON, S. **Semantic leaps: frame-shifting and conceptual blending in meaning construction**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

DIONÍSIO, A. P. Gêneros multimodais e multiletramento. In: KARWOSKI, A. M.; GAYDECZKA, B.; BRITO, K. S. (Orgs.) **Gêneros textuais**: reflexões e ensino. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006, p. 131-144.

ECO, Humberto. **Seis passeios pelos bosques da ficção**. Tradução: Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

FIGUEIRA, R. A. (2001). Dados anedóticos: quando a fala da criança provoca o riso. Humor e aquisição da linguagem. In: **Línguas e instrumentos lingüísticos**, v. 6, Campinas: Pontes. p. 27-61.

KOCH, G. V. **Desvendando os segredos do texto**. São Paulo: Cortez, 2002.

KOCH, G. V **Introdução à Lingüística Textual**. São Paulo: Martins Fontes.

MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: configuração, dinamicidade e circulação. In: KARWOSKI A. M.; GAYDECZKA, B.; BRITO, K. S. **Gêneros textuais**: reflexões e ensino. 2ª.ed., Rio de Janeiro: Lucerna, 2006, p. 25-36.

PONTEROLLO, D. The cohesive role of cognitive metaphor in discourse and conversation. In: BARCELONA, A.(ed.) **Metaphor and metonymy at the crossroads**: a cognitive perspective. Berlim – New York: Mouton de Gruyter, 2003, p. 283-298.

ROJO, R. ; BARBOSA, J. P.; COLLINS, H. Letramento digital: um trabalho a partir dos gêneros do discurso. In: KARWOSKI A. M.; GAYDECZKA, B.; BRITO, K. S. **Gêneros textuais: reflexões e ensino**. 2ª.ed., Rio de Janeiro: Lucerna, 2006, p. 107-130.

SCHNEUWLY, B. (1994). Gêneros e tipos de discurso: considerações psicológicas e ontogenéticas. In: SCHNEUWLY, B; DOLZ, J. **Gêneros orais e escritos na escola**. Tradução e org. Roxane Rojo e Glaís Sales Cordeiro. Campinas: Mercado das Letras, 2004, p. 71- 91.

SILVA, M. C. **A avaliação da leitura em língua estrangeira: explorando gêneros textuais**. 2004. 344 f. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 2004.

TURNER, M.; FAUCONNIER, G. Metaphor, metonymy, and binding. In: BARCELONA, A.(ed.) **Metaphor and metonymy at the crossroads**: a cognitive perspective. Berlin – New York: Mouton de Gruyter, 2003, p. 133-145.

ANEXOS

ANEXO 1:

Pesquisa bibliográfica
Dissertações e teses sobre piadas

1) ASSIS, Dalva Lobão. **A realização dos pronomes pessoais em piada ou riso pronominal: subjetividade e discurso.** 211 p. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2000.

2) BALBO, Luciana Gomes Júlio. **O chiste e sua relação com o ato analítico.** 103 p. Dissertação (Mestrado), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, SP, 1999.

3) CARVALHO, Cristina Cocco. **Você costuma rir de quê? O uso de piadas de identidade nacional de PL2 numa abordagem multicultural.** 183 p. Dissertação (Mestrado Letras), Universidade Federal Fluminense.

4) CONDE, Gustavo. **Piadas regionais: o caso dos gaúchos.** 2005. 206 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Instituto de Estudos da Linguagem (IEL), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, SP, 2005.

5) COSTA, Maria Viviane do Amaral. **Lingüisterria: um chiste.** 130 p. Tese (Doutorado) Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, SP, 1999.

6) FERNANDES, Sérgio Augusto Franco. **Uma noção de verdade a partir da análise dos chistes conceituais.** 139 p. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Campinas (UNICAMP), Campinas, SP.

7) GIL, Célia Maria Cargagnolo. **Linguagem da surpresa: uma proposta para o estudo da piada.** 220 p. Tese (Doutorado em Letras) Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, SP.

8) LEITE, Cláudia Aparecida de Oliveira. **“O nome próprio e sua relação com o inconsciente”.** 115 p. Dissertação (Mestrado), Instituto de Estudos da Linguagem (IEL), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, SP, 2004.

9) MELO, Bianca Novaes. **O chiste: a produção de sentido pelo não-sentido.** 81 p. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

10) MUNIZ, Kassandra da Silva. **Piadas: conceituação, constituição e práticas – Um estudo de um gênero.** 160 p. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem (IEL), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 2004.

11) PILACKAS, Afonso. **A trova e suas relações com o chiste**. 134 p. Dissertação (Mestrado), Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS), Porto Alegre, 2004.

12) QUADROS, Aurora Cardoso. **Itamar na Veja: Análise do discurso jocoso**. 150 p. Dissertação (Mestrado), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2002.

13) SANTOS, P. C. 2000. **“Os chistes e os quase chistes. (considerações acerca da linguagem da criança)”**. Tese de doutorado. Pontifícia Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2000.

14) SOUSA, Adriana Maria Melo. **Acrônimos e efeitos de humor em José Simão**. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Ceara, Ceara.

15) SOUZA, Anamélia Oliveira. **Do chiste à interpretação: um estudo de psicanálise freudiana**. 136 p. Dissertação (Mestrado), Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, SP, 2003.

16) STOLTING, Cornélia. **A tradução de piadas – um estudo da significação implícita do humor**. 150 p. Dissertação (Mestrado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre, RS, 2002.

ANEXO 2:

Pesquisa bibliográfica
Artigos e obras sobre piadas

- 1) ALBERTINA, F. A des-construção do sentido e a formação do humor em Jô Soares. In: **Linguagem em discurso**, Tubarão, v.1, n. 2, 2001. Disponível em: <<http://www3.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/0102/04.htm>>. Acesso em: 26/04/2006.
- 2) ATTARDO, S. **Linguistic theories of humor**. New York: Mouton de Gruyter, 1994. (Humor Research, 1).
- 3) CHIARO, D. (1992). **The language of jokes: analyzing verbal play**. London, Routledge.
- 4) CLASTRES, P. (1967). “Do que riem os índios? In: **A sociedade contra o Estado**. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1978, p. 90-105.
- 5) DASCAL, M. (1985). “Language use in dreams and jokes: sociopragmatics vs psychopragmatics”. In: **Language and communication**, 5 (2), p. 95-106.
- 6) DAVIS, M. **What’s so funny: the comic conception of culture and society**. Chicago: University of Chicago Press, 1993.
- 7) GOLDSTEIN, H. Jeffrey and Paul E. McGhee (eds), 1972. **The psychology of humor**. New York: Academic Press.
- 8) KREITLER, S.; DRECHSLER, I.; KREITLER, H., 1988. How to kill jokes cognitively? The meaning structure of jokes. **Semiotica**, 68 (3/4): 297-319.
- 9) KULMAN, Thomas L., 1985. The study of salience and motivational theories of humor. **Journal of Personality and Social Psychology**, 11, p. 99-116.
- 10) LATTA, R. L. The basic humor process: a cognitive shift theory and the case against incongruity. New York: Mouton de Gruyter, 1998. (**Humor Research**, 5).
- 11) LEWIS, P. **Comic effects: interdisciplinary approaches to humor in Literature**. Albany: State University of New York Press, 1989.
- 12) LONG, D. L.; GRAESSER, A. C., 1988. Wit and humor in discourse processing. **Discourse Processes**, 11, p. 35-60.

13) MCGHEE, P. E.; GOLDSTEIN, J. H. (Eds), 1983. **Handbook of humor. Reserch, vols. I and II.** New York: Springer.

14) MORREALL, J. (Ed.), 1987. **The philosophy of laughter and humor.** Albany, New York: Suny Press.

15) NAMEHOW, L. Humor as a data base for the study of aging. In: NAMEHOW, L.; McCLUSKEY-FAWCETT, K.A.; MCGHEE, P.E. (Eds.). **Humor and aging.** Orlando: Academic Press, 1986, p. 3-26.

16) NAVON, D., 1983. Characterizing the joke – the inappropriate as seemingly appropriate. **The Jerusalém Research of Jewish Folklore**, 3, p. 125-145. [in Hebrew].

17) NERHARDT, G., 1977. **Operationalization of incongruity in humor.** In: CHAPMAN, A. J.; FOOT, H. C. (Eds.), 1977, p. 47-52.

18) POSSENTI, S. (1991). “Pelo humor na Lingüística”. In: **Delta**, 7 (2), p. 491-519.

19) RASKIN, V. (1987). “Linguistic heuristic of humour: a script-based semantic approach”. In: **International Journal of Sociology of Language**, 65, p. 11-25.

20) SHURCLIFF, A.; 1968. Judged Humor, arousal and the relief theory. **Journal of Personality and Social Psychology**, 8, p. 360-363.

21) SLAVUTZKY, A. A piada e sua relação com o inconsciente ou a psicanálise é muito séria. [2000?]. In: **Estudos gerais da Psicanálise de SP.** Disponível em < <http://www.geocities.com/hotsprings/vila/3170/slavutzky.htm>>. Acesso em: 26/04/2006.

22) SULS, J. M., 1977. **Cognitive and disparagement theories of humor: a theoretical and empirical synthesis.** In: CHAPMAN, A. J.; FOOT, H.C. (Eds.), 1983, p. 39-57.

23) ZILLMAN, D.; CANTOR, J., 1972. Directinality of tranitory dominance as a comunication variable affecting humor appreciation. **Journal of Personality and Social Psychology**, 24, p. 191-198.